

conjuntura brasileira

40 P. 8821

ano 5 nº26 março/abril 1979 IOF



conjuntura brasileira

réception n° 43 089

directeur de la publication

fréteu roger

tiragem : 950 exemplaires

com partituro

inscription no 59390

assinatura

6 meses US\$ 10,45f)

1 ano US\$ 20,90f)

assinatura de apoio

6 meses US\$ 20 (100f)

1 ano US\$ 40 (200f)

pagamento

cheque bancário ou postal

CCP 10 822 83 A paris

via aérea mais US\$ 3 (15f)

números atrasados US\$ 2 (10f)

endereços

bp 322

75 122 paris cedex 03

france

distribuição

librairie portugaise et brésilienne

16, rue des écoles - 75005 paris

le tiers-mythe

21 rue cujas - 75 005 paris

librairie " que faire "

1, place des grottes - 1201 geneve

livraria opinião

rua nova trindade 24-lisboa

publicações consultadas

FOLHA DE S. PAULO

O ESTADO DE S PAULO

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DA TARDE

O GLOBO

GAZETA MERCANTIL

FOLHA DA TARDE

TRIBUNA DA IMPRENSA

MOVIMENTO

Brasil Mulher

O SAO PAULO

DE FATO

REPORTER

EM TEMPO

VERSUS

Visão

EXAME

BAHAS

VEJA

ISTOÉ

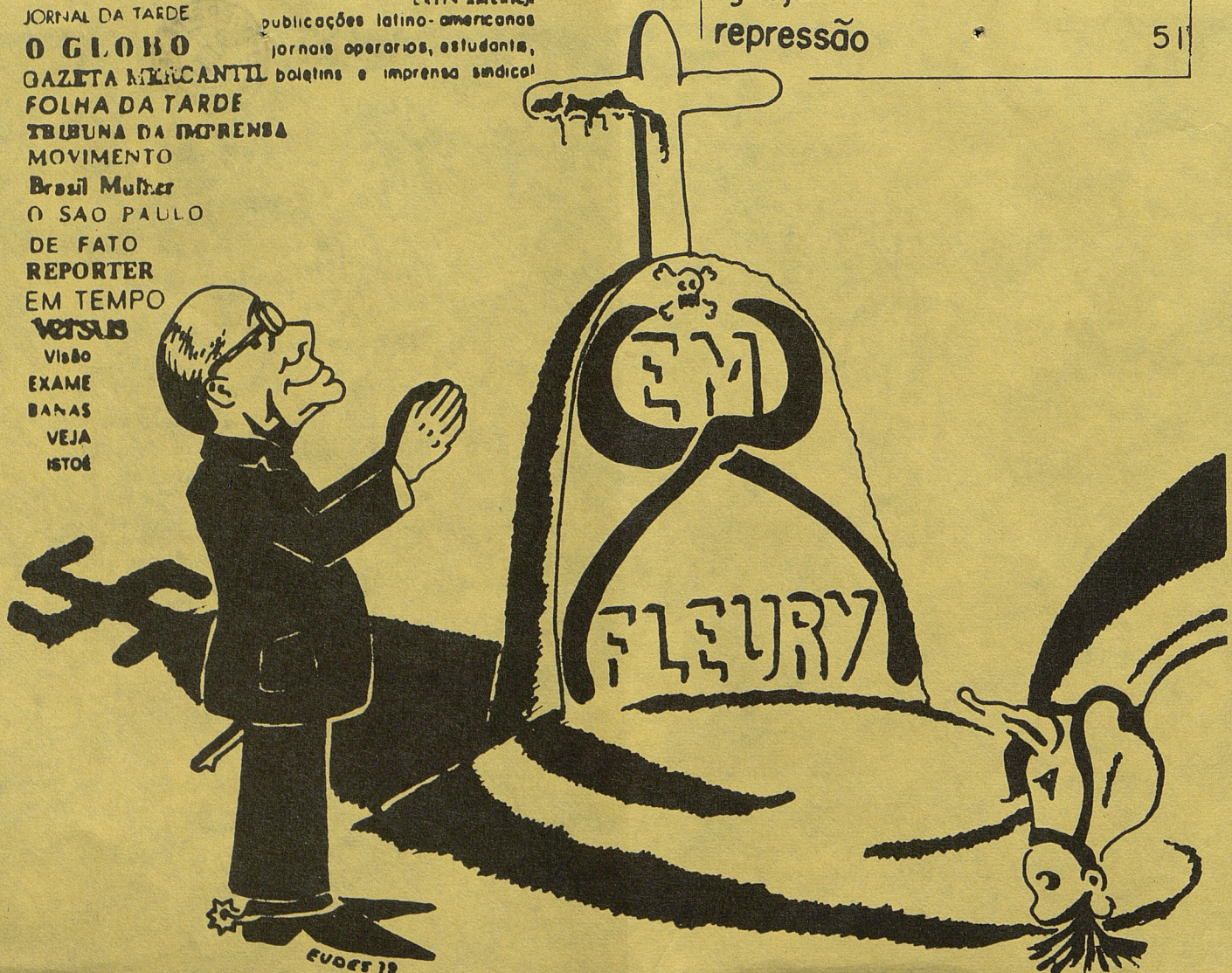
DIÁGENE MOURAL
Conjuntura Econômica

boletins
DIAL

LATIN AMERICA
publicações latino-americanas,
jornais operários, estudantes,
boletins e imprensa sindical

índice

editorial	3
movimentos sociais:	
- operários	7
- organizações populares	16
- profissionais	20
- estudantes	24
- anistia	26
- campo	27
agricultura	32
economia	36
política e comércio ext	40
política nacional	41
militares	45
igreja	48
repressão	51



editorial

A INFLAÇÃO E A POLITICA SALARIAL

Em meio aos movimentos grevistas o estado-maior econômico da ditadura se reuniu para baixar um conjunto de medidas destinadas ao combate da inflação, que nos tres primeiros meses do ano chegou a 15%. Pouco depois um grupo de capitalistas se reunia em São Paulo para apoiar as medidas do governo no combate a inflação. Sintomaticamente, a maioria dos participantes desse grupo são banqueiros. Qualquer pessoa no Brasil, mesmo que nada saiba, sabe que a principal fonte de inflação são as orgias especulativas, na frente das quais está todo o setor financeiro com seus super-juros e super-lucros. E o "pacote" anti-inflacionário nada contém que possa indicar que a ditadura está disposta a promover qualquer tipo de cerceamento as atividades dos nossos agiotas/institucionais. A desfaçatez e o cinismo da equipe Figueiredo ao dar forma ao que anunciou como sua "política anti-inflacionária" pegou de surpresa até mesmo venerandos porta-vozes da grande burguesia, como o jornal O Estado de São Paulo que põe em dúvida a eficácia possível do "pacote" pois ele não toca no principal beneficiário da inflação: o setor financeiro. O ditador, para conservar as expectativas quanto a eficiência dos seus tecnocratas e para não deixar a guarda excessivamente aberta à crítica de outros setores da burguesia, acena com novo pacote que, segundo ele, seria um "container". O que conteria esse "container"?

Quando se vê o sr. Otávio Gouveia de Bulhões, que foi o primeiro ministro da fazenda depois do golpe, dizer que o chamado "pacote" anti-inflacionário ainda é muito tímido e que "ou o governo faz a inflação cair praticamente a zero ou é provável que dentro de algum tempo a inflação derrube o governo", não podemos atribuir sua frase a decrepitude desse velho (o mais antigo?) serviçal do imperialismo no Brasil. Tendo sido o chefe da equipe econômica que preparou o terreno para o "milagre", no centro do qual estava a política de arrocho salarial, o sr. Bulhões está mais que qualificado pela grande burguesia monopolista para dar seu grito de alerta. E decreta: "a causa básica da inflação atual resulta de um excesso de crédito". Logo é necessário conter o crédito e, na linha de raciocínio do sr. Bulhões, é necessário promover uma política econômica de recessão, preservando os lucros extraordinários do capital financeiro no Brasil - nacional e internacional. O sr. Bulhões, prudentemente, não toca na questão dos salários. Mas como promover a recessão, o "saneamento financeiro", na ótica dos interesses que ele representa, sem repressão e sem arrocho salarial? O problema é que 79 não é 64/67 e os sucessivos movimentos grevistas impõem cautela mesmo a um boi-de-piranha do grande capital.


Deixando de lado o "pacote" anti-inflacionário, o que há de mais concreto na prática anti-inflacionária da equipe do novo ditador é

a intransigência em admitir qualquer aumento salarial além dos limites fixados pelo governo. Porque para eles quem alimenta a inflação são os aumentos salariais acima dos índices oficiais. O fato de que a inflação tenha aumentado constantemente nos últimos anos (mais de 40% ao ano), apesar da política de arrocho salarial, não os inibe a seguir repetindo esta monumental mentira de que os aumentos salariais acima dos índices oficiais alimentam a inflação. Durante a greve dos metalúrgicos o banqueiro ministro da Fazenda a meaçou os capitalistas que concedessem 1% além dos índices oficiais. Ao mesmo tempo Figueiredo tem caracterizado os metalúrgicos de São Paulo como uma "elite", pois não se contentam com o que se lhes oferece.

Na realidade estas são formas distintas de reconhecer e afirmar uma mesma coisa: a ditadura não pretende modificar sua política salarial. Pelo contrário. Na perspectiva de novas medidas para promover a recessão da economia, o arrocho salarial é um elemento essencial. É aí que se pode encontrar o segredo do "container" com que ameaça o ditador. Sem dúvida, o "container" não estaria destinado exclusivamente a classe operária e também atingiria a classe média e setores da burguesia. Mas não se trata de pensar que a ditadura vai refazer o caminho de 64/67.

HOJE A DITADURA TEM QUE NEGOCIAR

Hoje as divergências dentro das classes dominantes estão exacerbadas, com importantes setores da grande burguesia brigando para conquistar posições de força no poder. Existem divisões dentro das forças armadas - e não só motorizadas, mas políticas também. A classe média está descontente e alguns setores que viveram um processo de proletarização ao longo dos últimos anos, já se manifestam abertamente contra a ditadura, nas ruas. A classe operária e os trabalhadores de um modo geral ampliam suas lutas e mobilizações, pondo em cheque a estrutura sindical fascista e levantando a bandeira da liberdade sindical. Os salários, durante quinze anos "administrados" pelos tecnocratas e impostos pela repressão ditatorial são agora questionados pelos trabalhadores em meio a assembleias, greves e outras formas de manifestação. Deixaram de ser uma "variável econômica" e voltam a ser uma questão política, voltam a passar pelo crivo de um movimento de massas que avança na sua organização e consciência política. O rei está ficando nu. A ditadura não pode refazer, nessas condições, o caminho de 64/67. As condições objetivas da luta de classes obrigam-na a, em 79, negociar. Claro que negociar não exclue a repressão, a aplicação das leis ditatoriais. Para isso vai servir o arcabouço jurídico de que se dotou o regime ao longo da política de "institucionalização" - incorporação dos atos de exceção, entre eles AI-5, a Constituição, nova LSN, etc.- e que lhe dá os instrumentos repressivos de que poderá necessitar. Mas a repressão vai sendo condicionada, cada vez mais, por uma correlação de forças que a obriga a negociar. Negociar como? o que?



"As 'reformas' da ditadura são suas bases de negociação. Sua reforma partidária visa organizar estas negociações, ordenando as frentes de conflito político de forma a poder atacá-las independentemente. Para tanto ela procura fragmentar a oposição, dando canais de expressão diferentes aos interesses contraditórios que se manifestam no interior dessa oposição. A estratégia da ditadura quer substituir o choque direto com o conjunto da oposição, para o qual suas forças se mostram cada vez mais insuficientes, por uma situação onde sua mobilidade (sua capacidade de barganha e pressão sobre cada um dos setores oposicionistas isolados) e a dispersão política do inimigo, permita a multiplicação de sua resistência" (editorial, cb 23).

Com efeito, a reforma partidária da ditadura é sua principal base de negociação. Entretanto, sua introdução nas "reformas" que entraram em vigor em primeiro de janeiro não produziu imediatamente o resultado almejado de "dividir a oposição que hoje se expressa através do MDB, impedindo a influência dos setores democráticos mais consequentes sobre seu conjunto, isolando esses setores e estabelecendo canais de negociação com as diversas outras forças políticas" (editorial, cb 23). E não foi assim sobretudo porque, para pesadelo da ditadura, as pressões do movimento popular foram se dimentando pela base e a nível de suas direções mais combativas, a consciência do inimigo comum e da indispensável unidade de ação na luta pelo fim da ditadura. Mesmo que esse movimento unitário não conte ainda com um instrumento político mais definido - uma frente popular democrática -, é o seu importante desenvolvimento nos últimos meses que tem feito fracassar as manobras divisionistas da ditadura e que, por sua vez, vai deslocando os liberais do centro da oposição ao regime.

Agora a ditadura volta a carga ha questão partidária. Novos arranjos serão feitos na legislação para facilitar a criação de partidos. O objetivo segue sendo o mesmo: dividir. Mais que isso, procurar pelo fracionamento da oposição separar o movimento popular, suas reivindicações e suas lutas - que são o sustentáculo desse movimento, que lhe dão um caráter massivo, sua força e seu dinamismo - da luta política. Impedir que se manifeste, que se consolide, a relação intrínseca, imanente, entre a luta pelo fim da ditadura e pela conquista de um regime democrático e as greves, a luta dos trabalhadores pela liberdade sindical, o movimento do custo de vida, a luta pela anistia ampla geral e irrestrita, as lutas no campo, a luta pela reconstrução da UNE e tantas outras. Separar, criar um vazio entre a luta pela conquista de um regime democrático e o conjunto de lutas das diferentes frentes do movimento popular. Para a ditadura esta é uma condição essencial para esvaziar a luta do movimento popular pela conquista das mais amplas liberdades democráticas. É condição para diluir esta luta, jogando-a para o terreno do engodo, da abstração: o estado de direito. Para isso a ditadura espera poder contar com os liberais e também com setores da oposição para os quais é mais importante hoje acenar com etiquetas partidárias procurando arrebanhar forças do que lançar-se no trabalho cotidiano de organização e mobilização da classe operária e das massas, pelo fim do regime ditatorial. Para uns e outros - su-

→

prema virtude - o movimento popular, o movimento real da sociedade não passa de sintomas de que "a nação almeja o estado de direito". E assim vão se preparando para serem interlocutores da ditadura. Com eles a ditadura poderá negociar a sua redemocratização.

A UNIDADE DE AÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR

Os movimentos grevistas dos dois últimos meses fizeram avançar mais que cem discursos a solidariedade entre as massas trabalhadoras. Fundos de greve, manifestações comuns, atos de apoio aos grevistas (metalúrgicos, funcionários públicos, lixeiros, professores, entre outros), tudo isso fez avançar na prática a unidade de ação de importantes setores do movimento popular e a consciência do inimigo comum: a ditadura militar.

Ao mesmo tempo este acirramento da luta de classes tem sido interpretado por correntes da oposição como um sintoma de que o terreno está fértil para o lançamento de suas propostas de articulações partidárias. E justificam sua posição pelo fato de que o MDB é um saco de gatos dominado pelos liberais, incapaz de fazer política fora do parlamento, ausente das lutas de massas, etc. A nosso ver a questão que vai sendo colocada pelo movimento popular não está referida a possibilidade ou não de uma unidade da oposição em torno ao MDB. A questão que se coloca quanto a organização política do movimento popular e que as manifestações recentes vieram acentuar é a da luta para dotar o movimento de um instrumento de intervenção política que, tendo em conta as diferenças políticas e ideológicas existentes no seio das massas atualmente, unifique o conjunto das frentes e organizações de massa e as distintas forças democráticas e de esquerda em torno a luta pelo fim da ditadura. A criação desse instrumento hoje se situa não no âmbito das articulações partidárias, mas no terreno da luta pela construção de uma frente popular democrática.

Ainda que, como dizem os presos políticos em documento recentemente divulgado (ver pg.41) "a constituição de uma frente ou movimento de oposição à ditadura militar e pela democratização do país em todos os níveis, não é contraditório com as articulações partidárias que se processam hoje, na medida em que essas articulações possam servir para elevar o nível de organização, consciência e combatividade das massas", é para a luta pela construção de uma frente popular democrática que deve estar voltada a iniciativa política de todos aqueles que no campo da oposição popular não separaram a luta pela conquista de um regime democrático da luta pela derrubada da ditadura.

Mínimo deveria subir 115%

Dieese calcula poder aquisitivo de salário mínimo desde 1940

O novo valor do salário mínimo, que será decretado pelo Governo Federal antes de 1.º de Maio, deveria estar 115,62% acima do atual para equiparar-se ao poder de compra de 1940. Esse cálculo está contido no estudo anual do salário mínimo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), divulgado ontem em São Paulo. Segundo o estudo, o salário mínimo deveria passar de Cr\$ 1.560,00 atuais a Cr\$ 3.363,67, para que o trabalhador pudesse comprar a mesma quantidade de alimentos ou gastar com habitação, vestuário e transporte como em julho de 1940.

No entanto, um aumento de 115,62% parece estar muito distante das intenções governamentais. Pelo contrário, segundo informações extra-oficiais, em nome da necessidade do combate à inflação, o governo Figueiredo estaria interessado em reajustar o salário mínimo em nível inferior ao do aumento do custo de vida nos últimos doze meses. Ou seja, o trabalhador compraria menos alimentos do que em junho do ano passado.

Se isso vier a acontecer, um dos primeiros efeitos será o crescimento do coeficiente de mortalidade infantil. Quem diz isso é Walter Barelli, diretor técnico do Dieese: "Enquanto o salário mínimo vinha caindo, cresciam os índices de mortalidade infantil. A partir do momento em que o mínimo passou a apresentar pequenas elevações de 1975 a 1978, por exemplo, o coeficiente de mortalidade infantil começou a cair". Por isso, acrescentou Walter Barelli, "seria falta de responsabilidade social se houvesse uma reversão na tendência de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo". Barelli lembrou ainda que embora a política do governo Geisel possa ser considerada tímida, não há explicação para o seu abandono. Além do que, recordou, os sindicatos de trabalhadores deram um exemplo ao negociarem maiores aumentos para as faixas salariais mais baixas, chegando até a 66% no caso dos metalúrgicos de Santos, em relação à Cosipa. Essas conquistas dos trabalhadores sindicalizados, na opinião de Barelli devem ser estendidas a todos os trabalhadores brasileiros.

Toda a argumentação de Walter Barelli tem como base o estudo anual divulgado ontem. Nele está escrito que "entre 1956 a 1961 os coeficientes de mortalidade infantil caíram sensivelmente, enquanto o salário mínimo alcançava os maiores índices de poder aquisitivo desde que foi criado". Em 1959 — o melhor ano do poder aquisitivo médio do mínimo como mostra a tabela ao lado — o índice do salário era

de 119,45 pontos em relação a julho de 1940 (base 100) enquanto o coeficiente de mortalidade infantil se situava em 65,42 crianças mortas por mil nascidas vivas. Em 1974, o índice salarial caía para 54,48 pontos ao mesmo tempo em que o coeficiente de mortalidade infantil subia para 85,65. E, no ano passado, com os Cr\$ 1.560,00 em vigor, o índice era 60,68 pontos de seu valor inicial e o coeficiente de mortalidade de 69,72 crianças. Desse modo, se o salário mínimo hoje fosse reajustado para Cr\$ 3.363,67 o coeficiente de mortalidade infantil sofreria uma forte queda.

Esse valor se equiparia ao poder de compra de 1940 mas não aos melhores dias da história do salário mínimo. Para que o poder aquisitivo fosse o mesmo de julho de 1956, por exemplo o salário mínimo deveria ser a partir de 1.º de Maio de Cr\$ 4.963,99. Mais do que isso, se o salário mínimo tivesse acompanhado o crescimento econômico do País (medido pelo PIB por pessoa) seu valor hoje seria de Cr\$ 14.358,83.

Em todo esse período, o trabalhador do salário mínimo também viu o seu poder de compra cair ao ter que gastar mais tempo de trabalho para adquirir o conjunto de alimentos essenciais para a sua sobrevivência. Enquanto em 1959 trabalhava 65 horas e 5 minutos para comprar os gêneros alimentícios essenciais, em 1978 passou a trabalhar 137 horas e 37 minutos com o mesmo fim. Em janeiro, deste ano a ração essencial mínima custava Cr\$ 978,73 por pessoa.

Profetando o custo da ração mínima para a família do trabalhador (quatro pessoas em média) e baseando a estimativa em sua pesquisa de orçamentos familiares realizada em 1970, o Dieese chega à conclusão que o orçamento digno de uma família hoje é de Cr\$ 6.104,35. Ou seja, segundo a pesquisa, os gastos com alimentação atingiam em 1970 48,1% do orçamento total.

Este também foi o cálculo adotado pelo movimento sindical paulista em sua luta pela elevação e unificação do salário mínimo no Brasil, uma das bandeiras do próximo dia 1.º de Maio. Existem hoje, quatro níveis de salário mínimo no Brasil, o que também é criticado pelo Dieese: o salário mínimo mais alto (Cr\$ 1.560,00) vigora no Rio de Janeiro onde o custo de vida é o mais baixo do Brasil. E o Rio Grande do Norte com custo de vida mais alto tem o menor nível salarial. Segundo o estudo do Dieese, isso contraria um dos Princípios básicos do sindicalismo: "Trabalho igual, salário igual".

FOLHA DE S. PAULO
25 de abril de 1979

Salário Mínimo Real Médio Anual em cruzeiros de janeiro de 1979.				
Índice do Salário Mínimo Real Médio Anual Índice de Produto Interno Bruto real por pessoa Coeficientes de Mortalidade Infantil — por 1.000 Nascidos Vivos.				
Ano	Salário Mínimo		PIB	Mortalidade Infantil
	Valor Real	Índice		
1940	2.915,70	98,02	100,00	123,99
41	2.657,79	89,35	102,57	135,12
42	2.386,18	80,22	97,53	121,53
43	2.343,50	78,78	103,30	115,37
44	2.474,47	83,19	108,66	113,79
45	1.993,78	67,03	109,38	101,49
46	1.749,54	58,82	119,28	79,78
47	1.336,77	44,94	119,38	80,12
48	1.234,82	41,51	124,99	87,85
49	1.254,76	42,18	130,47	90,65
50	1.185,11	39,84	135,69	89,71
51	1.094,52	36,80	139,60	91,47
52	2.938,07	98,77	147,30	71,00
53	2.419,80	81,35	146,65	79,16
54	2.941,31	98,88	156,70	74,72
55	3.302,96	111,04	162,56	86,51
56	3.494,00	117,46	162,95	86,38
57	3.648,39	122,65	170,92	75,54
58	3.173,87	106,70	178,75	70,21
59	3.553,03	119,45	183,18	65,42
60	2.983,42	100,30	195,19	62,94
61	3.317,33	111,52	209,27	60,21
62	3.028,64	101,82	214,10	64,42
63	2.665,67	89,62	211,23	69,90
64	2.751,17	92,49	211,36	67,75
65	2.642,03	88,82	210,97	69,38
66	2.261,51	76,03	212,76	73,80
67	2.143,24	72,05	216,89	74,31
68	2.093,94	70,39	234,36	76,61
69	2.014,94	67,74	250,40	84,34
70	2.050,39	68,93	264,83	89,51
71	1.962,32	65,97	291,91	93,87
72	1.927,09	64,79	317,26	93,04
73	1.765,98	59,37	351,59	94,38
74	1.620,63	54,48	375,56	85,65
75	1.693,35	56,93	386,17	86,72
76	1.681,68	56,54	410,30	80,50
77	1.752,71	58,92	418,51	70,68
78	1.805,04	60,68	426,88	69,72
(j) / 79	1.560,00	52,44	—	—

Poder de compra do salário mínimo atingiu maior nível em 1959, quando seu valor equivalia a Cr\$ 3.553,03 aos preços de janeiro de 1979.

ditadura: Cr\$ 3.553,03 aos preços de janeiro de 1979.
POLÍTICA SALARIAL CRIADO DIEESE
DEPENDE DA INFLAÇÃO no RIO

FOLHA DE S. PAULO

BRASÍLIA (Sucursal) — Os ministros-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Saíd Farhat, e do Trabalho, Murilo Macedo, distribuíram ontem nota conjunta sobre a posição do governo com relação à reformulação da política salarial.

A íntegra da nota é a seguinte:

"O Ministério do Trabalho, em conjunto com o Ministério da Fazenda e a Seplan, vem realizando estudos com vistas a uma nova política salarial. O principal problema encontrado está na possibilidade de a reformulação da política salarial vir a constituir um fator de realimentação da inflação.

"Os estudos prosseguem, na busca da melhor solução possível, capaz de conciliar as aspirações do trabalhador com os interesses da sociedade como um todo". 20-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

Vinte e três sindicatos de assalariados do Rio de Janeiro anunciarão hoje a criação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos do Estado. O Dieese fluminense, segundo o presidente do Sindicato dos Petroleiros, Ronaldo Magalhães, "terá expressão nacional, porque analisará o custo de vida na mesma área geográfica utilizada pela Fundação Getúlio Vargas, entidade que informa oficialmente o governo federal sobre índices de preços".

Entre os sindicatos que serão sócios do Dieese fluminense estão o dos petroleiros do Rio de Janeiro, o dos condutores rodoviários, o dos jornalistas, o dos metalúrgicos, o dos petroquímicos de Caxias e o dos artistas. Os moldes de atuação da entidade interestadual e seus primeiros dirigentes serão anunciados hoje, em reunião convocada pelo Sindicato dos Jornalistas. M. J.

TODO APOIO A GREVE DO ABC

Policiais espancaram até mulheres grávidas

JORNAL DA TARDE

A polícia espancou ontem, às 17 e 30, não apenas os participantes de uma passeata em São Bernardo do Campo, como também jornalistas, moradores das vizinhanças, mulheres grávidas e menores de idade, causando ferimentos em muitas pessoas. Exatamente naquela hora, o prefeito Tito Costa dava entrevista, anunciando que as autoridades policiais lhe haviam garantido que não haveria violência.

Quando as primeiras bombas de gás explodiram, o prefeito ficou estupefato e o máximo que conseguiu foi aproximar-se da janela de seu gabinete, no 18º andar do Paço Municipal,

A ordem ontem na Polícia Militar de São Bernardo era "baixar o pau, caso membros do sindicato impedissem a entrada de operários". Mas nem isto nem a "precipitada" decisão do Tribunal Regional do Trabalho — qualificado como "mais patrão que os próprios patrões" — de declarar a greve dos metalúrgicos como ilegal, evitaram que o

UNIDADE SINDICAL

Os cariocas unidos contra a repressão

"O Rio de Janeiro protesta contra a repressão no ABC. Nós que apoiamos desde o início as reivindicações dos metalúrgicos estamos agora, mais do que nunca, solidários com os operários arbitrariamente presos, desempregados e com seu

O FIM DA GREVE NO ABC

Os trabalhadores metalúrgicos do ABC, depois de uma greve que durou 15 dias, decidiram ontem voltar às fábricas. A decisão foi tomada em uma assembleia no campo de futebol de Vila Euclides, onde 70 mil operários ouviram o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva, explicar que havia obtido a promessa do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, de que no prazo de 45 dias as diretorias dos sindicatos sob intervenção serão reempossadas em seus cargos.

Os termos do acordo

Os termos do acordo são os seguintes:

1. Imediato retorno ao trabalho de todos os grevistas.
2. Pagamento integral dos salários do mês de março.
3. Formação de uma comissão tripartite (governo, empresários e operários) para negociar durante 45 dias o aumento salarial da categoria. Embora a partir de 1.º de abril seja aplicado o mesmo acordo feito com os demais sindicatos, está garantido um reajuste superior ao do acordo firmado com a Federação dos Metalúrgicos.
4. O pagamento dos dias parados também será negociado.
5. Nenhum operário poderá ser demitido num prazo de 120 dias por motivo de greve.
6. As diretorias dos sindicatos sob intervenção serão reempossadas em seus cargos.

FOLHA DE S. PAULO

28-3-79

"A greve pela greve não se concebe mais no sindicalismo moderno, que deve ser apolítico", advertiu ontem o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, acrescentando que "entre nós não há lugar para a luta de classes". Grande parte do discurso que pronunciou na inauguração do novo edifício do Senac, nas Perdizes, o ministro dedicou à análise dos movimentos grevistas.

24-4-79

cuje jardim, pouco antes, abrigara a assembleia dos grevistas.

O prefeito, jornalistas, deputados, além de assessores, puderam ver o espancamento indiscriminado, que superou a violência dos últimos dias. "Covardes, covardes", gritavam das sacadas e janelas os moradores dos apartamentos das vizinhanças, demonstrando sua indignação, em coro, ante a brutalidade.

Num chevette branco, os pais, desesperados, tentavam retirar seus três filhos pequenos, que estavam sufocados com o gás lacrimogênio. O carro, como muitos outros, havia sido imobilizado na rua Marechal Deodoro pela passeata e acabou bem no meio do conflito.

Manifestantes e populares — que também foram agredidos, apesar de nada terem a ver com a passeata — reagiram com pedras retiradas da pavimentação e de casas em construção. Pelo menos 20 viaturas foram danificadas, mas não houve baixas por parte da Polícia.

Até mesmo duas mulheres grávidas foram agredidas e tiveram de se refugiar em residências. Várias bombas foram atiradas ao saguão da Prefeitura, onde pessoas buscavam abrigo.

25-3-79

movimento se ampliasse, com a participação das mulheres na formação de piquetes e o ostensivo apoio da Igreja.

Tanto mulheres quanto homens que integraram os piquetes de ontem correram perigo de sofrer violências físicas, já que, segundo o capitão Anísio, comandante do 10º Batalhão da PM, a ordem era "baixar o pau".

sindicato sob odiosa intervenção." E o que diz o manifesto assinado por onze sindicatos, uma Federação de Trabalhadores, dezoito parlamentares do MDB do Rio de Janeiro.

Pedágio pela greve rendeu Cr\$129 mil

Em pedágios nas ruas centrais de São Paulo, os companheiros jor-

FOLHA DE S. PAULO

DEMISSÕES

Cerca de 220 demissões ocorreram ontem em São Bernardo, conforme levantamento feito no Sindicato dos Metalúrgicos com os operários demitidos que foram até a sede da entidade. O caso mais grave é do Motores Búfalo que demitiu por justa causa 81 trabalhadores na segunda-feira e ontem, segundo os operários, mais 50.

AS DEMISSÕES

Eis a relação das empresas que demitiram funcionários ontem em São

JORNAL DO BRASIL

Metalúrgicos ameaçam nova greve no ABC

Uma nova greve dos metalúrgicos do ABC paulista poderá ser deflagrada no dia 12 de maio próximo se não houver acordo em que sejam concedidos 63% de reajuste salarial, sem escalonamento, aos trabalhadores. A proposta sem escalonamento será apresentada amanhã aos empresários do Grupo 14 pela comissão dos metalúrgicos, no Hotel Ca d'Oro.

Até o dia 30, será divulgada por intermédio do Ministério do Trabalho a integral do anteprojeto de atualização da Consolidação das Leis do Trabalho, que propõe que os reajustes salariais sejam efetuados semestralmente, para diminuir e aliviar as tensões sociais e evitar as greves.

22-4-79

nalistas arrecadaram domingo Cr\$ 4,5 mil para o fundo de greve dos metalúrgicos do ABC. Ao todo já foram recolhidos Cr\$ 129 mil em todos os jornais de São Paulo. Setores importantes do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial estão elaborando um jornal de denúncia da intervenção no ABC e solidariedade à greve. A renda será enviada aos metalúrgicos.

São Paulo, 26 de março de 1979

Bernardo:

Motores Búfalo — 81 (ontem, segundo operários, houve mais 50); Ingepal — 1; Nakata — 11; Alumbra — 9; Motocar — 3; Rover — 3; Unitec — 1; — 1; R. Castro — 1; Dobrainox — 5; Filtros Nasa — 15; CBL — 5; Bernina Ind. de Máquinas — 2; Crebesfer — 1; Scania — 1; Metalúrgica Belosa — 2; Meta-Ajax — 1; IPA — 8; Sobraeq — 6; Halux — 1; MTE — 1; Alumínio Fuji — 9; Sake Filtros — 1; MGM — 2; Bombas Albrizi — 3; Toro — 1; Sulzer Weiser — 1; e Detroit — 1.

29-3-79

O ESTADO DE S. PAULO

CONVOCADA A ASSEMBLÉIA

Milhares de metalúrgicos de São Bernardo do Campo participaram ontem de uma concentração em frente à Igreja Matriz daquele município para receberem orientações de Luís Inácio da Silva e de outros membros da diretoria do Sindicato depositos na intervenção. Na oportunidade, Lula ressaltou a importância da suspensão da greve, denunciou os empregados que se submetem às horas extras nas indústrias e, os trabalhadores, no final, deliberaram realizar assembleia no dia 13 de maio, adiando a data anteriormente marcada (10 de maio).

FUNDO DE GREVE

Segundo informou Djalma Bom, membro da diretoria cassada do Sindicato, o movimento de fundo de greve arrecadou durante as paralisações em São Bernardo cerca de 930 mil cruzeiros.

23-4-79

Metalúrgicos gaúchos querem 69% de aumento

Porto Alegre — Desde ontem, os trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre — cerca de 45 mil — decidiram permanecer em assembléia permanente, até o reinício das negociações com os patrões visando a obtenção do reajuste de 69% a partir do dia 23 (amanhã), data do dissídio coletivo da categoria.

Em assembléia-geral realizada sexta-feira a noite, os mais de 3 mil metalúrgicos rejeitaram, por unanimidade a contraproposta patronal que oferece um reajuste máximo de 59% para aqueles que percebem salário de até Cr\$ 3 mil 100, 56% para os que recebem até Cr\$ 11 mil e de 44%, para os que estejam acima desse teto máximo.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Sr Adão Haggstram elogiou a decisão da assembléia, que segundo ele foi "sensata e representou a verdadeira vontade da base", disse que tentará amanhã um encontro com a classe patronal para cientificá-la de que os trabalhadores não abrem mão dos 69%, estando ameaçada inclusive uma greve do setor "caso as partes não cheguem a um acordo satisfatório", observou o Sr Adão Haggstram.

JORNAL DO BRASIL 22/4/79

Greve na Cimetal

Os 1500 metalúrgicos da CIMETAL, em Barão de Cocais, entraram em greve no dia 15 de março. Eles querem 20% de aumento e o cumprimento da portaria 117 que garante a folga depois de 6 dias aos operários.

No ano passado, após uma greve, os metalúrgicos de Monlevade ganharam esse direito, que foi estendido à Belgo de Sabará.

A CIMETAL recusa dar os 20% aos metalúrgicos e propõe

GREVE CONSEGUE 20% 24/3 a 6/4-79

Os 1500 metalúrgicos da Cimetal de Barão de Cocais acabaram com a greve de 9 dias quando a empresa concordou em dar os 20% de aumento. A greve, decidida numa assembléia com 800 pessoas no dia 15 de março, terminou no dia 23. Durante 3 meses, os metalúrgicos se prepararam, armazenando alimentos e guardando algum dinheiro. Nenhum trabalhador furou a greve nos 9 dias que ela durou.

Os trabalhadores asseguraram a manutenção dos equipamentos industriais, que exigiam cuidados permanentes, e o aquecimento dos fornos, para não estragar o patrimônio da companhia.

Além do aumento de 20% a partir de 1º de março, os operários conseguiram a mudança na escala de revezamento de turnos a partir de setembro e o pagamento de 4 dias e meio de greve. 7-4-79

Pescadores ameaçam parar

FOLHA DE S. PAULO FLORIANÓPOLIS (Do correspondente) — Os pescadores de Florianópolis ameaçam paralisar as atividades, caso as suas reivindicações não sejam atendidas pela Sudepe.

O presidente da colônia de pescadores Z-11, Nilo Medeiros, disse que "tanto na pesca artesanal como na pesca de indústria, os pescadores estão sendo explorados através de meios desonestos".

Além da falta de apoio do governo no sentido de aparelhar a pesca artesanal, Medeiros queixa-se das injustiças a que "estão subjugados os pescadores da atividade industrial, que recebendo sobre a quantidade de sua pesca, sequer têm conhecimento desta porção, que geralmente é completamente aviltada de acordo com os interesses dos donos das frotas. Os pescadores ganham o que o dono da frota achar que convem, sendo necessário, então, a determinação de um preço mínimo ao pescador, como é feito com os produtos agrícolas". 25-4-79

Metalúrgicos navais continuam em greve

FOLHA DE S. PAULO

RIO (Sucursal) — As negociações trabalhistas na indústria naval de Niterói e São Gonçalo foram suspensas ontem depois que os metalúrgicos, em assembléia-geral, recusaram a última proposta formulada pelos empresários através do seu sindicato representativo, o Sinaval.

Essa nova proposta dos empresários substituiu uma outra apresentada pelo sindicato patronal, a revelia dos industriais, e referendada pela assembléia dos metalúrgicos depois de aceita pelo presidente da classe, José Moreira, em reunião na Delegacia Regional do Trabalho. Os empresários recuaram na decisão adotada pelo Sinaval, representado nessa reunião pelo presidente Júlio Teles Lobo, tendo formulado nova proposta que não foi aceita pelos metalúrgicos.

A proposta recusada pelos trabalhadores, indicava o índice oficial do Governo de 44% sobre o salário de maio de 1978, com a adição de percentuais escalonados em cima dos salários atualmente

ganhos pelos operários: 20% para até Cr\$ 4.680; 18% para quem ganha entre Cr\$ 4.680 a Cr\$ 6.240; 14% para os situados na faixa salarial de Cr\$ 6.240 a Cr\$ 7.800; e 12% para os que estão acima de Cr\$ 10.920.

Os metalúrgicos manifestaram ontem a intenção de continuar as negociações, tomando por base a proposta anterior, com salários escalonados e formulados pelos próprios patrões, além do adicional de insalubridade de 35%, semana de 40 horas, 100% pelas horas extras, pagamento dos dias não trabalhados por causa da greve (para desconto parcelado nos meses subsequentes) e o quadro de carreira. Os patrões não aceitaram. Os metalúrgicos realizam assembléia hoje, às 9 horas, para uma avaliação do movimento, mas não vão parar a greve, segundo o presidente do Sindicato, José Moreira, "principalmente porque ontem houve uma adesão de 100% dos operários da área de produção das empresas". 24-4-79

FOLHA DE S. PAULO

308 demitidos da Villares

fazem reunião

Os empregados demitidos da Equipamentos Villares, de São Bernardo, farão hoje uma reunião na Igreja Matriz daquela cidade. O número total dos demitidos é de 308, sendo 108 mensalistas, dispensados no último dia 16, e 200 horistas demitidos segunda-feira. As demissões, com todos os direitos, foram explicadas pela diminuição das atividades diante da falta de encomendas, segundo o gerente de Comunicações da fábrica, James Hodge. 25-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

MINEIROS AMEAÇAM

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Carvão de Criciúma, Aristides Felisbino, informou, ontem, em Florianópolis, que os mineiros de Santa Catarina pretendem decretar greve dia 1º de maio, caso não sejam atendidos em suas reivindicações. Nesse dia, os mineiros deverão realizar uma assembléia-geral, cujo edital de convocação será publicado no dia 20 pelos jornais da região. Mas, segundo o dirigente sindical, o dia decisivo para a decretação da greve será dia 26, data máxima fixada para que os mineiros acatem a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região que concedeu reajuste de 80% nos salários dos mineiros. 11-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

A GREVE DOS LIXEIROS

"A greve continua" — gritavam os quase 300 lixeiros reunidos ontem em frente ao gabinete do prefeito, quando souberam que a Prefeitura concederia aumento de 60% mais mil cruzeiros de taxa de insalubridade, contra os 70% mais 2 mil cruzeiros por eles reivindicados. Hélio Tomás dos Santos, líder da categoria, teve muito trabalho para convencer os colegas de que não havia saída se não aceitar os índices propostos. 7-4-79

Borracheiros abrem

campanha pedindo 70%

Os trabalhadores nas indústrias de artefatos de borracha de São Paulo, São Caetano e Santo André decidiram em assembléia no domingo que irão reivindicar reajuste salarial de 70% sobre os salários de junho do ano passado, data base de dissídio da categoria.

Na reunião ficou acertado também a aprovação do anteprojeto de acordo coletivo de trabalho, que será levado aos empresários ainda esta semana, quando a diretoria do sindicato, através de comissão consultiva dará início às negociações. José Sinésio Correia, presidente do sindicato disse que caso os empresários não concordem com os itens do acordo, a greve poderá começar, antes mesmo do julgamento do dissídio coletivo da classe. FOLHA DE S. PAULO 24-4

BERRO MOVIMENTO GREVISTA

fev/março-79

Desde do ano passado as greves surgem nos mais diversos pontos do país, sempre como reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. Aqui no Rio, houve paralisações isoladas, como de algumas fábricas metalúrgicas, empresas, e também a dos gasistas que pela primeira vez no país derrubava a recente lei anti-greve 1632. No entanto, foi a partir do movimento dos rodoviários, que envolvendo a maioria da população pôde servir de exemplo e demonstrar na prática como é possível realizar greves. Por isto mesmo, logo depois vieram os garis, com força total, os fumageiros, os operadores de cinema e agora os professores. Se muitas greves ainda não resultam em sucesso, é porque ainda falta a organização necessária, para a manutenção do movimento, e porque as grandes empresas continuam tendo ao seu lado as leis e o próprio governo.

GARIS CONQUISTAM 116%

Estimulados pelo movimento grevista dos motoristas os garis disseram "se os leões se organizaram e conseguiram, porque a gente não pode?" E conseguiram até mais. Além de conquistarem o direito de greve, conquistaram um aumento de 116% elevando o seu irrisório salário de Cr\$ 1 mil 500 em média, para Cr\$ 4 mil e 3. Um dos maiores aumentos dos últimos tempos. E tudo isto apesar de sua pouca organização: dos 4 mil trabalhadores apenas 30 são sindicalizados.

TAXA DO LIXO

Para a população carioca foi uma surpresa descobrir que um gari ganhava tão pouco. Há pouco tempo, todos foram obrigados a pagar uma gorda taxa do lixo. Era a primeira cidade do país a adotar tal modalidade, antes incluído como um serviço público e

portanto de obrigação da prefeitura. Com a arrecadação a Comlurb, em pouco tempo, se equipou sofisticadamente, vários caminhões importados, usinas de reaproveitamento, etc. E o trabalhador continuava sufocado pelo salário mínimo.

Como da greve dos motoristas, os garis obtiveram amplo apoio da população, que via no movimento a justa reivindicação. Uma compradora na feira do Bairro de Fátima, ao ser entrevistada se a greve dos garis estava lhe trazendo algum problema, foi objetiva: "o problema é a taxa do lixo que a gente tem que pagar, a greve é certa". E o problema vai piorar, a taxa foi aumentada em 36%. Já para a Comlurb, isto vai proporcionar uma bela receita de Cr\$ 507 milhões.

Assim com a greve dos lixeiros o decreto-lei 1632, que proíbe greves nos setores considerados essenciais pelo governo, está liquidado. O decreto, aqui pelo Rio, foi queimado pelos gasistas em dezembro, atropelado pelos motoristas em janeiro e agora jogado no lixo pelos garis.

Delegados Sindicais

Os trabalhadores da indústria de Malas Morumbi (São Paulo) conseguiram uma vitória importante para todos os operários. Depois de uma greve que durou 2 dias, no dia 20 de fevereiro os patrões aceitaram a formação de uma Comissão de Delegados Sindicais.

A Comissão, formada por 3 membros efetivos e 2 suplentes, tem a missão de representar o sindicato dentro da fábrica. Eles serão eleitos anualmente por todos os operários da firma, com voto secreto. A em-

presa se comprometeu a dar uma sala dentro da firma para a Comissão, além de um quadro de avisos em local bem visível. Os Delegados Sindicais têm trânsito livre pela empresa, antes e depois da Jornada de trabalho, e nos horários de alimentação e descanso dos trabalhadores. Quando necessário, eles podem andar pela firma no horário do expediente. Outra coisa importante é que os Delegados Sindicais e os suplentes têm estabilidade provisória.

JORNAL DOS BAIROS - 24/3 a 5/4-79 - M.G.

FUMAGEIROS CONSEGUEM DELEGADO SINDICAL

Os fumageiros da Souza Cruz tiveram várias vitórias no Tribunal Regional do Trabalho:

— O direito de eleger delegado sindical sem assembleia, para atuar na fábrica.

— O reconhecimento da legalidade da greve (o que obriga a Souza Cruz a devolver os 5 dias de greve que a companhia descontou no salário dos operários).

— 5% de quinquênio.

— Abono de falta para o fumageiro estudante e estabilidade de 60 dias para o gestante além do prazo legal.

— Outras reivindicações.

J. dos
Bairos. MG
1a 21-4-79

encontro internacional de bruxelas

O encontro internacional realizado pela oposição sindical brasileira nos últimos dias de março, em Bruxelas, mostrou um outro aspecto das greves desencadeadas no Brasil: a dimensão internacional que adquiriu o movimento. Para as pessoas presentes, quase 200 representantes de organismos sindicais de mais de 20 países, os trabalhadores brasileiros, ao deflagarem e sustentarem greves sob um regime ditatorial, lembraram um ensinamento fundamental do movimento operário: o de que as grandes lutas só se desencadeiam com a ampla participação das massas. O encontro, realizado na Casa Latino-Americana e que recebeu o apoio de centrais sindicais de vários países europeus e latino-americanos, surpreendeu seus participantes pela sua organização, desde a impecável acolhida aos visitantes, até a tradução simultânea em três línguas — francês, inglês e português. Ao final, José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, um dos coordenadores da reunião, e membro do Comitê de Apoio à Oposição Sindical no Exílio, lembrou que os objetivos da reunião tinham sido plenamente alcançados: «O encontro deu ao movimento grevista brasileiro uma dimensão internacional, pois hoje a luta dos trabalhadores não pode mais estar isolada por nenhum tipo de fronteira». De fato, além de representantes de quase 30 organizações sindicais da Europa, América Latina e América do Norte, da Confederação Mundial do Trabalho, das federações sindicais da ONU, o encontro

O patrão é o mesmo

reuniu quase todos os líderes sindicais brasileiros no exílio, entre eles, Rolando Fratti, Apolônio de Carvalho, Manoel da Conceição, além de políticos, como Miguel Arraes. As presenças mais marcantes foram naturalmente, as dos membros da oposição sindical que vieram do Brasil representando os metalúrgicos de Osasco, São Paulo e Contagem (MG) e os bancários de São Paulo. Segundo os membros do Comitê de Apoio à Oposição Sindical que funciona no exterior, o trabalho aumentou muito e ganhou um novo impulso depois das greves de maio do ano passado. «Nós andamos aqui conforme os operários andam lá», explicou Manoel da Conceição a Movimento. «Com o desencadeamento do movimento grevista no Brasil, nosso trabalho de informação aqui aumentou muito. Hoje, no caso de uma repressão violenta no Brasil, muitas centrais sindicais europeias estão prontas para se solidarizar ativamente com os trabalhadores brasileiros.» O movimento grevista no Brasil provoca muito interesse e um grande respeito por parte da centrais sindicais de todo o mundo, e isso ficou evidente durante o encontro. Muitos dos representantes presentes lembraram que as greves no Brasil partiram e foram sustentadas pelas bases, apesar da repressão do governo e do boicote de certos sindicatos «pelegos.» O encontro também confirmou a convicção da oposição sindical de que, diante da internacionalização da

produção e da crise do próprio capitalismo, a luta dos trabalhadores não pode mais ser resolvida entre fronteiras. «Ao nível internacional, nós temos o mesmo patrão», lembrou Luis Cardoso, da oposição sindical no exílio. «Por isso precisamos coordenar nossas lutas.»

Essa preocupação marcou o pronunciamento de quase todos os representantes estrangeiros. Desde Milos Marinovic, da Central Sindical Iugoslava, até Luis Barrigan, do Equador, passando pelos representantes da Suécia, Noruega, Itália, Portugal, Estados Unidos e outros. «Sempre que um trabalhador estiver sendo massacrado, explorado, em qualquer lugar do mundo, nós todos estaremos perdendo», lembrou Serafim Aliada, representante das Comissões Operárias da Espanha. «E sempre que houver uma vitória, estaremos ganhando. Por isso, as greves no Brasil são uma vitória para nós todos.»

Muitos representantes latino-americanos lembraram a necessidade de internacionalização da luta operária, sobretudo na América Latina. «O trabalhador do meu país, onde a tortura faz parte do cotidiano, está os olhos voltados para as lutas do trabalhador brasileiro», disse Ribas, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Uruguai, no exílio. «Nosso êxito depende muito do êxito de vocês.»

(Aureliano Biancarelli, enviado especial)

21-4-79 MOVIMENTO

OPOSIÇÃO SINDICAL: RESOLUÇÕES DO CONGRESSO

congresso da oposição sindical/metalúrgica de s.p.

A) A Oposição Sindical Metalúrgica de S. Paulo (OSM-SP) não é um novo tipo de sindicato mas é uma frente de sindicalistas que lutam por um novo tipo de sindicalismo, orientando os combates dos trabalhadores no sindicato atual e nas fábricas;

B) A OSM-SP intervém privilegiadamente na classe e suas lutas visando organizá-la. Mesmo quando ela participa de algum organismo do sindicato oficial, como a Comissão de Salário, por exemplo, seu objetivo é criar as condições para a derrubada do atual sindicato atrelado;

C) Por isso, mesmo que uma Oposição consiga chegar à diretoria de um sindicato, ela continuará sendo Oposição Sindical, até que o movimento dos trabalhadores, organizado independentemente pela base, consiga construir sua Central Sindical. Por isso, a OSM-SP, na luta pela conquista da direção deste sindicato atual, levará a ele o mesmo programa de organização dos trabalhadores que pratica hoje enquanto Oposição;

D) Quando interessar à OSM-SP fazer composição com diretorias ou membros dela, o critério que deve nortear estas relações é o compromisso explícito que ela tem com a defesa e construção da organização independente e a defesa dos interesses da classe operária;

E) Lutar para que sejam reconhecidos os delegados sindicais eleitos pelos companheiros de fábrica;

F) Conduzir de forma democrática as Assembléias, com direito de pensamento, palavra e colocando em votação todas as propostas apresentadas.

SOBRE AS ELEIÇÕES SINDICAIS

A) Afastamento da diretoria durante o processo eleitoral;

B) Votação em um só dia, com liberação dos trabalhadores do serviço, urnas fixas e liberdade de fiscalização para todas as chapas;

C) Estabilidade no emprego para os membros de todas as chapas antes e depois das eleições;

D) Registro de candidatos mediante a apresentação apenas da Carteira profissional ou da carteira do sindicato;

E) Liberação de dois anos e sem restrições à reeleição;

G) União com todas as categorias, para a derrubada da portaria 34/37 que regulamentava as eleições sindicais;

H) Critério de representatividade de base para a formação das chapas de Oposição.

I) Campanha de sindicalização ampla na perspectiva da derrubada da atual estrutura sindical;

J) Pela criação de sub-sedes do sindicato;

K) Pela garantia de participação de todos os metalúrgicos nas Assembléias, inclusive os não-sócios;

L) Realização de assembléias por regiões ou por fábricas.

SOBRE AS LIBERDADES

A) Pela liberdade e total independência de organização dos trabalhadores a partir de cada empresa;

B) Pela liberdade de organização política partidária dos trabalhadores;

C) Anistia ampla e irrestrita e desmantelamento dos aparelhos repressivos;

D) Apoio total e divulgação da luta pelo direito à terra para quem nela trabalha;

B) Reposição das perdas de 73/74;

C) Reajuste trimestral conforme o aumento do custo de vida;

D) Salário mínimo nacional que satisfaça as necessidades dos trabalhadores;

E) Salário profissional;

F) Pelo fim da carestia e pelo congelamento dos preços;

G) Unificação da data-base das campanhas salariais;

H) Negociação direta com o patronato;

I) Acordos coletivos de trabalho;

J) Férias pagas em dobro;

K) Cumprimento das leis de equiparação salarial.

SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) Lutar pela eliminação das horas extras;

B) Por 40 horas semanais de trabalho;

C) Pelo controle do ritmo de trabalho pelas Comissões de Fábrica;

D) Controle dos trabalhadores sobre a segurança no trabalho;

E) Estabilidade no emprego;

F) Que a empresa seja filiada a um só sindicato, que seja o principal ramo de sua atividade;

SOBRE AS COMISSÕES DE FÁBRICA

A) Organização e reconhecimento das comissões de empresa nas fábricas;

B) Estabilidade para seus membros até um ano após a vigência de seus mandatos;

O Congresso definiu também orientações específicas sobre a constituição das Comissões de Fábrica, tal como se segue:

1. CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS DAS COMISSÕES

A) As comissões devem ser eleitas por todos os trabalhadores com representantes de todas as seções. Estas comissões têm-se mostrado mais firmes diante dos patrões do que aquelas indicadas em parte ou no todo pelas chefias;

B) A Comissão deve negociar; as decisões são da assembléia;

C) A Assembléia de Fábrica pode destituir a Comissão e as reuniões por seção podem destituir os representantes que não estiverem satisfazendo;

D) Os membros das Comissões devem ter estabilidade de acordo com os interesses dos trabalhadores;

E) A Comissão precisa ter seus próprios meios de sustentação: finanças, boletins, local de funcionamento, etc.;

F) As comissões devem manter sua independência em relação à atual estrutura sindical;

g) Várias comissões de uma região formam uma INTERFÁBRICA, cujo papel é definir melhor a função das comissões baseado nas experiências, e junto com os demais companheiros encaminhar as lutas na região;

H) As comissões devem lutar contra as tentativas de desvio do seu caminho, por aqueles que querem transformá-la em CIPAs, Comissões Paritárias (operários e patrões numa só comissão). Todos os que estão contra as Comissões de Fábrica acabam defendendo a atual estrutura sindical;

I) As Comissões devem se tornar órgãos permanentes de luta a fim de quebrar definitivamente a estrutura sindical atual e constituir o sindicalismo independente.

2. AS COMISSÕES E O SINDICATO

A) Um sindicalismo nascido das

comissões não é paralelo porque a atual estrutura sindical é contra os trabalhadores. As Comissões são as sementes de um sindicalismo de base, independente e representativo;

B) As direções sindicais devem estar prioritariamente a serviço das Comissões e não o inverso. Quanto mais fortes forem as Comissões, mais fortes serão as direções; A ligação das Comissões com as direções sindicais deve ser vista em cada caso específico.

C) Com uma direção sindical que pratica a verdadeira democracia operária, a relação será natural e de fortalecimento dos dois lados;

D) Em todos os casos, as Comissões devem participar da vida sindical unidas com o conjunto dos companheiros de fábrica.

3. A OPOSIÇÃO DIANTE DAS COMISSÕES

A) A Oposição deve propagandar e orientar a formação de grupos e Comissões mesmo onde não existam trabalhadores de oposição.

B) Deve lutar para que as Comissões se tornem uma conquista da classe operária.

ESTRUTURA SINDICAL

A) Lutar contra o estatuto padrão imposto pelo Ministério do Trabalho como condição para o reconhecimento do Sindicato;

B) Lutar pela extinção do Imposto (Contribuição) Sindical que é a vigamestra da sustentação da atual estrutura sindical;

c) Lutar contra todo controle governamental, da Constituição ou da CLT nas eleições sindicais, assembléias, estatutos, deixando aos próprios trabalhadores a definição de suas formas de organização;

D) Defender a proposta da formação de uma Central Sindical Única, representativa de todos os trabalhadores e independente da estrutura vigente;

E) Lutar pelo direito de greve sem restrições;

F) Lutar pelo desmantelamento da estrutura sindical que existe e organizar os trabalhadores a partir dos locais de trabalho, criando uma nova estrutura sindical, independente dos patrões e do governo;

G) Lutar contra o caráter assistencialista do sindicato;

H) Utilizar todas as formas possíveis, inclusive a luta dentro dos sindicatos atrelados atuais, quando a classe assim o decidir, mantendo sempre claro o objetivo de desmantelar esta estrutura sindical;

I) Lutar pela revogação das atuais leis trabalhistas (CLT).

SOBRE O ENCONTRO NACIONAL DAS OPOSIÇÕES

A) O Congresso aprovou uma convocação de todas as Oposições Sindicais para um Encontro Nacional que tenha por objetivo:

B) A articulação de Oposições Sindicais e diretorias combativas com o objetivo de estabelecer um programa comum de lutas e dirigir um debate nacional entre os trabalhadores sobre a organização sindical que queremos e sobre outras formas de organização independente para o movimento operário.

COMPANHEIRO

nº 1 - 10/04/79

SOBRE O SALÁRIO

A) Pelo fim do arrocho salarial;

Em Tempo publica o documento «Contribuição para um Programa de Ação Sindical Unitária», redigido pelo setor Socorro e subscrito por 21 delegados que se retiraram do 1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

EM TEMPO - 26/04 a 2/05 - 79

A grande maioria dos operários brasileiros está realizando agora o seu aprendizado de luta democrática, assumindo o seu papel no interior do amplo movimento do conjunto da sociedade que visa instaurar uma verdadeira democracia no Brasil», diz a introdução do documento.

Central única, comissões e unidade dos trabalhadores

Uma ação sindical unitária e democrática não pode se basear somente em questões gerais ou, então, no estabelecimento de alguns poucos pontos de concordância no plano tático. É preciso articular proposições gerais unitárias com um programa de ação a curto e médio prazo. Esse programa deve traduzir em prática imediata as proposições gerais.

O objetivo mais geral da luta sindical no Brasil é o estabelecimento de um sindicalismo autônomo em relação ao Estado democrático e profundamente enraizado nas bases.

Esse objetivo encontra sua expressão mais ampla na luta pela Central Única dos Trabalhadores, e tem a sua expressão mais particular nas organizações democráticas de representação nas fábricas, como é o caso das Comissões de Fábrica.

A Central Única dos Trabalhadores deverá se tornar a expressão mais geral de unidade dos trabalhadores no plano da vida sindical.

As comissões de Fábrica deverão vir a ser a expressão mais concreta da unidade sindical ao nível da base.

Hoje seria pura literatura tentar estabelecer um organograma para os níveis intermediários de organização sindical, isto é, para aquelas formas de organização que deverão ser constituídas entre as Comissões de Fábrica e a Central Única dos Trabalhadores, (sindicatos, federações, confederações, etc.). Mas se não é possível prever a forma da montagem do sindicalismo brasileiro do futuro, já é possível e necessário afirmar que ele deverá ser regido por critérios democráticos e representativos em todos os níveis.

O caráter democrático da luta sindical é da maior importância. A luta por um sindicalismo democrático e unitário é uma parte importante das lutas democráticas no seu conjunto. Assim como a luta sindical reforça extraordinariamente o conjunto das lutas democráticas, a própria conquista do sindicalismo unitário está na dependência das conquistas democráticas a serem realizadas pelo conjunto da sociedade.

O CAMINHO PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS GERAIS

É preciso reconhecer que o caminho para alcançar os objetivos gerais da luta sindical passa pela capacidade de articular a luta pelo sindicato com a luta contra a estrutura sindical oficial.

Para a classe operária brasileira o sindicato atual, apesar de suas contradições internas, é o seu órgão representativo de massas. Isso ficou provado durante a última campanha salarial, quando a categoria metalúrgica da capital compareceu ao chamado do seu sindicato, estabelecendo na prática uma clara distinção entre sindicato e a direção pelega que se apossou dele.

O sindicato é reconhecido pelos trabalhadores, e é preciso valorizá-lo. Mas ao mesmo tempo é preciso saber trabalhar sobre as contradições do sindicalismo atual, resultantes da sua atual estrutura. Dentre essas contradições há duas a destacar:

a. o sindicato é o organismo de massas da classe operária cujo controle e comando está nas mãos do Estado. Esse controle visa dificultar que o sindicato desempenhe o seu papel de instrumento da luta econômica dos trabalhadores, com todas as implicações políticas dessa luta.

b. o sindicato oficial é um organismo de massas da classe operária mas a sua direção não representa democraticamente os operários e nem é responsável perante eles. Na verdade, hoje as direções sindicais são responsáveis perante as Delegacias do Trabalho, perante o Ministério do Trabalho, mas não são responsáveis perante suas respectivas categorias. Mesmo aquelas direções que querem ser radicalmente responsáveis perante a classe, são limitados nisso, na prática, pela estrutura sindical vigente.

A representatividade é um objetivo a ser conquistado. Estamos plenamente convencidos de que somente se chegará a um sindicalismo democrático e representativo se houver um amplo trabalho de organização dos companheiros, através das Comissões de Fábrica. E para que a representatividade se transforme em pressão crescente das bases sobre as direções sindicais, é preciso que cada categoria em particular, e a classe operária em geral ocupe o sindicato.

A ocupação do sindicato pela massa operária, eis o caminho correto para aguçar as contradições internas da estrutura sindical oficial. É preciso deixar claro, porém que a simples ocupação física do sindicato, através da simples presença, não é suficiente. Essa ocupação deve andar junto com uma orientação política correta que não perca de vista os objetivos gerais da luta sindical. Se essa orientação política segura existir, e se os companheiros das fábricas se inscreverem em massa no sindicato através de uma campanha ampla e permanente de sindicalização, ficará claro para todos que essa estrutura que ai esta tem que ser mudada. Entre outras coisas, e isso é só um exemplo, ficará claro que o sindicato não pode ser uma peça auxiliar do INPS, pois com o crescimento do número de associados os serviços assistenciais que os sindicatos assumiram, mas que devem caber aos órgãos previdenciários, serão ineficientes e insuficientes. E se esse exemplo não for suficiente, basta ter diante dos olhos o impacto que a participação maciça dos metalúrgicos de São Paulo nas assembleias do sindicato, durante a última campanha salarial da capital, produziu não só sobre a diretoria mas sim sobre toda a estrutura sindical brasileira.

Na luta pelo sindicalismo democrático o sindicato atual, com todos os seus defeitos e imperfeições, é uma peça chave, pois é um dos campos principais de luta, ao lado das fábricas. Temos que estar presentes no sindicato e nas fábricas para construir, desde já e na luta o sindicalismo que queremos para o futuro. O sindicalismo que queremos é aquele que vai das fábricas aos níveis mais gerais de organização e representação (a Central Única dos Trabalhadores), e deste nível mais geral volta para as fábricas, assegurando a participação permanente dos trabalhadores na vida de seu órgão representativo de massas.

O caminho para se chegar ao sindicalismo que queremos construir será longo e difícil. É da maior importância reconhecer que esta luta é parte do conjunto das lutas democráticas. Não se pode separar a luta sindical destas lutas, nem diluir a luta sindical nelas. Não se pode repetir o erro de 1946 quando, com a redemocratização, não se conseguiu levar a classe operária a romper com a camisa de força da estrutura sindical fascista. A luta pelo sindicalismo democrático está ligada à luta pelo conjunto das liberdades democráticas assim como a unha está ligada à carne.

O PAPEL DA OPOSIÇÃO SINDICAL NA LUTA PELOS OBJETIVOS GERAIS

A oposição Sindical não pode ser confundida com um organismo de massas e nem com um sindicalismo paralelo. A Oposição Sindical é uma união de militantes sindicais cujo objetivo é a construção de um sindicalismo autônomo em relação ao estado, democrático e profundamente enraizado nas bases.

Como união de militantes sindicais, a sua ação se dá no interior da fábrica e do sindicato. Com base nessa presença na vida sindical e em função de seus objetivos, o seu papel é planejar, organizar e propor a luta sindical, sempre em estreito contato com o conjunto da classe.

Organizar, planejar e propor a luta sindical e compreendido pela Oposição Sindical no seu sentido mais amplo. Isso vai desde as lutas imediatas na fábrica (luta por melhores condições de higiene, de alimentação, de segurança no trabalho, etc.) até as lutas mais gerais pelas liberdades sindicais e liberdades democráticas.

Se é esse o papel da Oposição Sindical, é preciso reconhecer, na prática, que a execução, inclusive a decisão da execução das propostas não lhe cabe. A decisão da execução cabe a cada categoria em particular e ao conjunto da classe operária, em geral.

O ESTADO DE S. PAULO COMEMORADO O DIA DA MULHER

A morte de 129 operários de uma fábrica têxtil de Nova York, no dia 8 de março de 1857, época em que pela primeira vez as mulheres reivindicavam equiparação salarial aos homens e a redução de jornada do trabalho para 10 horas, foi lembrada ontem em São Paulo, em ato comemorativo ao Dia Internacional da Mulher.

A reunião foi aberta com a leitura do documento que resultou dos debates realizados por ocasião do Congresso de mulheres, e, da mesa que dirigiu os trabalhos, participaram as viúvas do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, Clarice e Tereza, ambas muito aplaudidas, bem como Flávia Schilling, cuja presença simbólica foi anunciada.

Três itens específicos, contendo reivindicações, foram apresentados: "creches totalmente financiadas pelo Estado e pelas empresas, próximas aos locais do trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e contando com a participação dos pais na orientação pedagógica"; "equiparação salarial — por trabalho igual, salário igual — e melhores salários para todos os trabalhadores"; e "programa de prevenção da gravidez de alto risco, com direitos a opção e demais garantias de vida".

O documento incluiu, também, reivindicações de caráter geral, como o direito de greve contra o trabalho noturno para ambos os sexos, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre sexos, por melhores condições de vida, moradia e trabalho, e pela garantia de emprego para a gestante e para as mulheres casadas.

Falando na ocasião, Rachel Moreno, uma das organizadoras do I Encontro das Mulheres Paulistas.

lembrou que "hoje é um dia de luta, em que devemos levantar a cabeça com orgulho de sermos mulheres, e demonstrar nosso desejo invencível de modificar a nossa situação. Gostaria que este dia, esta reunião, fossem apenas o início da nossa caminhada, que será longa, pois só conseguiremos solucionar nossos problemas específicos depois de transformar este sistema social, que só visa ao lucro e é também patriarcal".

Em seguida, falaram a representante da Associação de Donas-de-Casa de Mauá, dona Ana que defendeu a criação de creches, e a operária metalúrgica Dinha. O encontro prolongou-se até meia-noite.

9-3-79

MULHERES METALÚRGICAS

panfleto distribuído no estado do Rio

**CHEGOU A HORA
DE PARTICIPAR DA LUTA**

MULHER METALÚRGICA



COMPANHEIRAS:

Mulheres no mundo inteiro estão participando na luta por melhores condições, de vida e de trabalho e, pelo reconhecimento de seus direitos na sociedade.

Nos sindicatos a participação feminina ainda é muito pouca.

Temos que engrossar as fileiras da luta operária.

Reivindicações básicas da categoria estão sendo encaminhadas com união e luta de todos os metalúrgicos. Nós, as mulheres, temos a obrigação de também participar mais dessa luta, visto que além de tudo o que sofre a classe operária em seu todo, a mulher, dentro dela, sofre consequências especiais desse estado de exploração. Por exemplo: Onde você deixa seus filhos quando vai trabalhar?

Na fábrica que você trabalha...

- Tem mais de trinta mulheres acima de 16 anos?
- Elas sentem necessidade de creche?
- Já que a solução não vai, nem pode, partir dos patrões, como podemos lutar para conseguir isto?

Este não é o único problema da mulher operária, enfrentamos vários outros, tais como:

- Instabilidade da gestante.
- Insalubridade.
- Falta de oportunidade de se profissionalizar, e outros.

É A HORA DE DIZER UM "BASTA"

Sindicalize-se e participe das reuniões do Departamento Feminino para discutirmos e resolver nossos problemas, juntamente com toda a categoria.

ABAIXO A EXPLORAÇÃO FEMININA!

AS REUNIÕES SÃO REALIZADAS NA SEGUNDA 6ª FEIRA DO MÊS,

Estado do Rio

Jornal dos Metalúrgicos/Abril de 79

Meta

Conferência analisa situação dos metalúrgicos do Estado do Rio

Com cerca de 200 participantes, realizou-se no Rio de Janeiro, de 30 de março a 1º de abril, a IX Conferência dos Trabalhadores Metalúrgicos para analisar os problemas que afligem a classe no Estado do Rio. As resoluções serão levadas ao Congresso Nacional dos Metalúrgicos, a ser realizado entre 4 e 9 de julho, em Poços de Caldas.

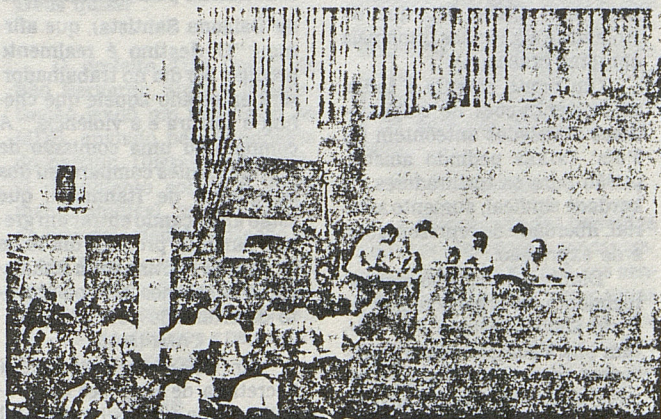
Sabemos que em Poços de Caldas, ao discutirmos nossos problemas com os companheiros dos outros Estados, veremos que suas dificuldades são semelhantes as nossas porque vivemos numa época em que nossa mão-de-obra é uma das mais desvalorizadas do mundo. Como o único produto que temos para vender é o nosso trabalho e como há mais trabalhador do que emprego, quem acaba determinando o preço da mão-de-obra é o patrão que, é claro, não paga o seu valor real.

Ora, se a Constituição nos assegura o direito de greve, por que não o utilizamos para valorizar o preço do nosso trabalho? Quando os empresários querem aumentar suas mercadorias, como por exemplo o óleo de soja, eles simplesmente tiram o produto do mer-

cado. Por que não fazemos o mesmo com o nosso produto, que é a mão-de-obra, para que eles nos paguem um salário mais digno?

**Pelo Direito de Greve
Pela Liberdade e Autonomia Sindical
Pela Estabilidade no Emprego e
Alteração do FGTS
Pela Estabilidade da Gestante
e Construção de Creches
Pelo Contrato Coletivo de
Trabalho
Estabilidade das Delegações
Sindicais
Pela Criação da Central Única
dos Trabalhadores
Organização de Fundos de Greve**

Estas foram as principais proposições da IX Conferência dos Metalúrgicos do Rio e Baixada Fluminense, que aprovou ainda a fixação de uma só data para todos os reajustes salariais em todo o território nacional; que o BNH seja dirigido pelos trabalhadores através de seus delegados eleitos; reforma agrária, distribuição das terras a quem neias trabalha; reposição dos salários perdidos em 1973 e 1974 pela



Cerca de 200 delegados participaram da Conferência na sede do Sindicato.

manipulação dos índices oficiais; participação dos sindicatos na administração do PIS.

A Comissão de Sindicalização da 9ª Conferência dos Metalúrgicos aprovou "o aprofundamento da luta por uma real transformação da estrutura sindical que passa hoje pelo desenvolvimento e alastramento de um bloco sindical autêntico, capaz de unificar as

lutas setoriais e transformá-las em nacionais".

As lutas pelo salário mínimo unificado nacionalmente; pela estabilidade no emprego; pela transformação da CLT são algumas das lutas que devem atingir, em breve, uma amplitude nacional. A Unidade Sindical foi ressaltada pela Comissão que aprovou a organização de uma Central Única de Trabalhadores.

Greve de ônibus

JORNAL DO BRASIL

São Paulo — A greve nas empresas de transporte coletivo parou ontem 40 mil empregados e 8 mil ônibus da Capital e das linhas interurbanas da região metropolitana. A vida da cidade ficou completamente transtornada e o movimento prosseguirá pelo menos até as 14h de hoje, quando o comando grevista se encontrará com o Prefeito Olavo Setubal.

O Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, esteve ontem duas vezes no Palácio do Planalto para trocar informações sobre a greve, problema que considerou grave. Informou que o Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Coletivos de São Paulo estava sob intervenção e que a paralisação foi à revelia da direção atual. As 19h45m, disse que 15% dos grevistas tinham retornado ao trabalho. 3-5

O ESTADO DE S. PAULO

Quase 9 mil ônibus particulares e da CMTC deixaram de circular ontem pela

cidade, impedindo o transporte de 6,5 milhões de passageiros e, em consequência, um faturamento de Cr\$ 21,4 milhões. Os ônibus ficaram estacionados em cerca de 60 garagens, espalhadas principalmente pela periferia, pertencentes a 40 empresas, incluindo a CMTC. Esse foi o resultado do primeiro dia de greve dos funcionários das empresas de ônibus da Capital que não se estendeu à região metropolitana, segundo informações da Secretaria Municipal dos Transportes.

Em vez do movimento normal de entrada e saída de veículos, a maioria das garagens teve suas entradas principais fechadas, protegidas por soldados e cavalariáns da Polícia Militar. Os funcionários — motoristas, cobradores, mecânicos e escriturários — não compareceram ontem ao serviço. Ficaram nas proximidades das garagens, conversando nas calçadas, sentados nos bares e formando piquetes para impedir a circulação de veículos. 3-5-79

Intervenção no sind. de professores

O ESTADO DE S. PAULO O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, determinou ontem a intervenção no Sindicato dos Professores do Distrito Federal, punindo os seus dirigentes "por incitamento à greve proibida por disposição da Constituição Federal e que tem paralisado o sistema oficial de ensino".

Em seu despacho, o ministro considera que os dirigentes sindicais foram advertidos, na semana passada, pelo Ministério do Trabalho, que reconheceu o estado de greve, de que caso colaborassem no movimento ilegal poderiam sofrer penalidade.

A intervenção no Sindicato dos Professores do Distrito Federal foi qualificada de "incapaz de conter o movimento grevista" pelo Comando Geral da Greve, que convocou uma assembleia-geral para hoje, às 15 horas, na rampa do Congresso Federal. Segundo o CGG, "a estrutura da greve não está assentada no sindicato, e sim no comando, que é constituído por um representante de cada regional, eleitos pelos professores". 3-5-79

RESIDENTES 3-5

Todos os residentes do Estado de São Paulo realizarão hoje greve de 24 horas em solidariedade aos seus 2.062 colegas que estão com suas atividades paralisadas desde o último dia 17 reivindicando registro profissional em carteira de trabalho e, conseqüentemente, todos os direitos trabalhistas pre-

vistos pela CLT, além de reajuste salarial. Para reforçar o seu movimento, os residentes marcaram para hoje, às 15 horas, ato público reunindo os médicos estagiários da Capital e do Interior, no pátio interno da Faculdade de Medicina da USP. Depois do ato, os residentes pretendem fazer uma assembleia estadual.

O 1.º de Maio

RIO O ESTADO DE S. PAULO

Foi pequeno o comparecimento de trabalhadores à concentração do 1º de Maio Unificado, no Rio, no estádio do Olaria Atlético Clube. O público foi de cerca de 2.000 pessoas, bastante inferior, numericamente, ao que compareceu ao "show" realizado na segunda-feira no Rio Centro, que reuniu mais de 20.000 pessoas, que para lá foram ouvir Chico Buarque de Holanda e alguns dos principais cantores brasileiros.

Um ponto comum a todas as concentrações de trabalhadores realizadas anteontem no País: faixas pedindo anistia, prisão para os torturadores, liberdade sindical, aumento salarial, liberdade de representação e de expressão.

Diante do pequeno comparecimento, os organizadores do 1º de Maio no Olaria não tiveram outra solução senão transferir a concentração para o ginásio do estádio, em vez de fazê-la no campo de futebol. Ao final da reunião, foi anunciada a plataforma política de um partido dos trabalhadores, lançada por Godofredo da Silva Pinto, presidente da Sociedade Estadual dos Professores.

SANTOS

Na Baixada Santista, enquanto a praça de esportes do Brasil Futebol Clube, local escolhido para as solenidades ofi-

ciais, permanecia quase vazia, aproximadamente 400 trabalhadores se concentravam no ginásio do Colégio Santista. Um documento com reivindicações trabalhistas foi subscrito por 18 sindicatos. A morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury foi lembrada durante as comemorações por Paulo Mauá, do Comitê Brasileiro pela Anistia (seção da Baixada Santista), que afirmou: "O destino é realmente pródigo. No dia do trabalhador será enterrado aquele que chefiou a tortura e a violência". A compareceu uma comissão de representantes compareceu dos bananeiros de Itanhaém, que estão ameaçando entrar em greve a partir do próximo dia 10, se os patrões continuarem sem pagar seus salários, sem o aumento determinado pelo governo.

CAMPINAS

Em Campinas, enquanto a Secretaria de Relações do Trabalho elegia o trabalhador rural "Padrão da Região", sindicatos e estudantes das duas universidades locais — cerca de 600 pessoas — reuniram-se na concha acústica do Parque Taquaral. Os trabalhadores encenaram uma peça teatral e distribuíram um jornal sobre a formação de um partido político. Uma das principais reivindicações defendidas foi o salário mínimo único.

PARANÁ

Desde 1968 que os trabalhadores de Curitiba não participavam de uma manifestação não oficial, no 1º de Maio. Anteontem, cerca de 2.000 pessoas — operários, estudantes e médicos residentes — reuniram-se para comemorar a data e protestar, principalmente contra o novo salário mínimo. A manifestação transcorreu sem prisões, notando-se apenas uma desusada movimentação de fotografos desconhecidos.

Em Londrina, cerca de 1.500 trabalhadores, políticos do MDB e integrantes do Comitê pela Anistia comemoraram o 1º de Maio na concha acústica da cidade. O discurso do general Figueiredo e o novo salário mínimo foram bastante criticados. Segundo o deputado federal Osvaldo Macedo, a mão estendida de Figueiredo significa "a mão estendida para as multinacionais e vazia para os trabalhadores".

BELO HORIZONTE

O futebol e a promessa de um parque metropolitano, o "Fernão Dias", a ser implantado até o ano que vem, segundo o governador Francelino Pereira, marcaram as comemorações oficiais do 1º de Maio em Minas Gerais. O parque, disse o governador, não é um presente, mas "um símbolo da aliança do governo com os trabalhadores e com todo o povo". Mas os traba-

lhadores preferiram participar de uma concentração na Cidade Industrial, na qual foi celebrada uma missa com a participação de vigários de 15 paróquias. Em seguida, os participantes fizeram uma curta passeata até a "Praça do Trabalhador", onde houve uma série de discursos, apoiados pela Convergência Socialista. A missa teve a participação de quase 5 mil pessoas, enquanto à praça compareceram 2.000 pessoas, aproximadamente. As entidades organizadoras da concentração na praça tiveram suas sedes invadidas e as portas arrombadas, antes das comemorações.

BRASÍLIA

Em Brasília, fora da programação oficial, apenas a Confederação Brasileira dos Trabalhadores Críticos comemorou o 1º de Maio, reunindo quase mil pessoas na cidade satélite de Sobradinho.

SALVADOR

Os sindicatos baianos, na sua comemoração, apoiaram a posição do ex-presidente da entidade dos metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, segundo a qual os trabalhadores não devem fazer alianças com partidos políticos. Na região de Sobradinho, sindicatos rurais comemoraram o 1º de Maio, divulgando um documento contra "a situação de miséria em que vivemos". 3-5-79

Primeiro de maio

O ESTADO DE S. PAULO

"Se não vier o nosso aumento, no dia 14, a zero hora o ABC entra em greve outra vez", gritou Luiz Inácio da Silva aos milhares de presentes ao ato público no Estádio Artur da Costa e Silva (mais conhecido como campo da Vila Euclides) que comemoravam o Dia do Trabalho Unitário. Luiz Inácio foi o último orador a falar; os presentes fizeram o contraponto de "greve, greve, greve", ao compasso de um aplauso uníssono. Antes do presidente deposto haviam falado 18 dirigentes sindicais e representantes de entidades como o Comitê Brasileiro pela Anistia, Movimento Contra a Carestia, União Estadual dos Estudantes etc.

Luiz Inácio disse que, na noite de 30 de abril, em Osasco, havia comentado que "a cada trabalhador inconsciente que for à festa oficial no Pacaembu, pelo menos dez trabalhadores conscientes irão a São Bernardo; para cada jogador de futebol idiota que servirá de palhaço no Pacaembu, teremos dez dirigentes sindicais dispostos a continuar na luta. Acho que isso aconteceu porque já não se engana mais o trabalhador como se enganava em outros tempos".

Sempre debaixo de aplausos da multidão de trabalhadores que, lotando o estádio, (não só as arquibancadas, mas também o gramado) se espalhavam pelos morros adjacentes, o presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo disse: "Isso aconteceu porque o trabalhador e sua mulher entenderam que só a união da família pode levar a classe à sua emancipação política e à sua liberdade de ação". Sobre o salário mínimo: "Isso só acontece porque os homens do governo nunca foram e nunca serão trabalhadores; por isso, cabe a nós, trabalhadores, mudarmos as regras do jogo: ao invés de sermos mandados, como sempre fomos, passaremos a mandar nesta terra".

"Graças a Deus a proletarização do trabalhador brasileiro, a pauperização de todos os assalariados, o estado de miséria a que o governo levou todos os trabalhadores, fez com que neste campo de futebol, no dia 1º de Maio de 1979, nós vivêssemos o momento maior da classe trabalhadora" — afirmou Luiz Inácio.

Em outro trecho, Luiz Inácio enfatizou que "os trabalhadores metalúrgicos do ABC sabem que só temos uma trégua e que no dia 13 teremos uma assembléia. Queremos ter aqui neste campo tanta gente como hoje, porque, se não vier o nosso

aumento, no dia 14, a zero hora o ABC entra outra vez em greve". "Estão falando nos jornais e revista que se nós voltássemos às greves, iriam colocar canhões em São Bernardo. Para enfrentar os tanques, os trabalhadores do ABC devem colocar como arma suas mulheres e seus filhos na rua, para mostrar que a nossa luta é mais séria do que as bobagens que andam falando por aí".

Noutro trecho, disse o ex-presidente: "Todas as categorias de trabalhadores devem ir à greve. É a nossa única arma na defesa contra a negativa dos patrões. Nossa única arma é parar as máquinas".

JOÃO LINS

João Lins, presidente deposto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, bastante rouco, afirmou "não vamos barganhar a nossa volta ao sindicato com acordos minguados, porque se os sindicatos foram tomados à força, à força devem voltar para os trabalhadores".

Benedito Marcílio, o terceiro presidente deposto (Santo André), bastante emocionado, disse: "Aqui está uma resposta a essa ditadura, a esse governo de arbítrio, a participação viva dos trabalhadores em praça pública, unidos e organizados, com faixas e cartazes, para que o governo tome conhecimento de que há muitos sindicalistas neste país, dispostos a ir às últimas conseqüências, na luta e na defesa dos trabalhadores."

Disse mais: "Todos os trabalhadores, organizados em comissões de fábrica, fazendo greves, vão derrubar essa estrutura sindical fascista".

Luiz Eduardo Greenhalg, representante do Comitê Brasileiro pela Anistia, foi outro a falar de ditadura: "Esta concentração mostra que a ditadura está com os dias contados, porque o povo, a partir deste 1º de Maio histórico, segue absoluto na defesa de seus direitos". Criticou o governo, "que prega mentira, quando diz que o movimento pela anistia é luta de elite intelectual. Estamos aqui para lutar pela anistia dos diretores dos sindicatos e vamos conquistá-la".

Referindo-se ao movimento dos funcionários públicos, Luiz Eduardo Greenhalg criticou "o governador trombadinha, Paulo Salim Maluf, que no seu diálogo demagógico insulta os funcionários". Mencionou o presidente da República, "que na mão estendida para a conciliação porta um cassetete"; por fim, elogiou Manoel Fiel Filho, José Ibrahim e Manoel da Conceição, "operários vítimas da di-

tadura".

Pouco depois falou o estudante Israel Henrique, em nome da União Estadual dos Estudantes; apoiou os trabalhadores a apoiarem e formação da nova UNE.

O deputado Aurélio Peres, em nome do Movimento Contra a Carestia, a propósito da morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury, ocorrida anteontem: "Com esta grandiosa festa, estamos comemorando também a morte do maior torturador do País".

José Antonio Anania, vice-presidente da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas: "Chega de submissão. Estamos numa nova fase do funcionalismo público".

Nelson Gonçalves, presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo: "Os tempos são outros e o governo não tem outra saída senão aceitar a necessidade de modificação do que aí está".

Agrimeron Cavalcanti, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo: "Há ameaças de novas intervenções, numa clara cobertura aos interesses multinacionais; assim, quem radicaliza é o governo e quem quer retrocesso é o patrão".

Paulo Matos Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Couro: "A trégua está chegando ao fim e os metalúrgicos do ABC têm todo nosso apoio"; mais adiante: "Até a vitória; viva o partido dos trabalhadores".

Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco: "Até o dia 13, se Deus quiser".

O prefeito Tito Costa, de São Bernardo, abriu a concentração lendo um manifesto do MDB, enviado pelo presidente do partido, Ulisses Guimarães. O documento coloca o movimento sindical "na vanguarda da luta pela democratização do nosso País, ao sustentar a luta contra o arrocho salarial, pela liberdade e autonomia sindical, pelo direito de greve e pela estabilidade no emprego".

MISSA

Antes dos discursos, houve missa, no paço municipal de São Bernardo do Campo: a "missa do trabalhador", celebrada por 15 padres da região do ABC, além do bispo diocesano dom Cláudio Hummes. Durante o ofício religioso, o bispo disse que a Igreja já está reconhecendo a necessidade de voltar para o povo: "A libertação vem do povo, mas não pode ser feita de qualquer maneira. A

organização é muito importante. E preciso bater-se pela participação de todos".

Durante a missa, o bispo fez pequena pausa, para anunciar a chegada de Luiz Inácio da Silva, do prefeito Tito Costa e do poeta Vinícius de Moraes, bastante aplaudidos. Como oração final, o poeta leu seu poema "Operário em construção".

POLÍCIA

O policiamento foi muito discreto, tanto na missa quanto na concentração no estádio da Vila Euclides; quase não se notava a presença de viaturas policiais e não houve qualquer prisão. No meio dos trabalhadores, havia estudantes, professores e donas-de-casa, notava-se grande número de policiais civis, em atitudes discretas.

O prefeito Tito Costa pediu a Luiz Inácio que recomendasse, ao final do ato público, que todos se retirassem em ordem. Mais tarde, elogiou o comportamento da multidão.

SEGURANÇA

As 56 organizações promotoras da concentração (sindicatos ou não) montaram um esquema de segurança, com 300 pessoas (homens e mulheres), as quais vigiaram todos os portões do estádio, formaram um cordão de isolamento em torno do palanque — com uma área livre para o trânsito de jornalistas, deputados e outras autoridades — e localizaram crianças perdidas.

Os membros dessa equipe de segurança eram identificados por uma braçadeira cor-de-rosa; dentro do estádio foi montado um posto médico, que atendeu a casos de desmaio. A Prefeitura organizou um serviço de distribuição de água potável. Em cada esquina, jovens da Convergência Socialista e do Movimento Brasileiro pela Anistia disputavam a venda de jornais e de adesivos, gritando "slogans".

FAIXAS

A diversidade das correntes políticas presentes à concentração também se notava nas centenas de faixas e cartazes: umas criticavam o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ("Joaquim a serviço dos patrões"); outras mostravam a presença atuante da Convergência Socialista, do Movimento Brasileiro pela Anistia, da UEE, da UNE, de grupos feministas. Muitas críticas ao prefeito de Santo André, Lincoln Grillo, que vem sendo criticado desde o começo da greve dos metalúrgicos do ABC: "Jardim Trindade está bebendo água contaminada"; "Lincoln Grillo, nós, mulheres de Camilópolis, não queremos funerária, queremos creche".

MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA

O Movimento Contra a Carestia que, desde 1973, luta por melhores condições de vida e trabalho para o povo, vem a público denunciar as novas medidas do governo que irão nos oprimir ainda mais.

Mal começa o ano, e os preços já estão subindo; se ficarmos calados as coisas continuarão assim.

Em janeiro, houve grandes aumentos em diversos produtos de 1ª necessidade. A carne, por exemplo, que já estava caríssima voltou a aumentar.

A conta de luz, que o governo diz que aumentou apenas 37%, na verdade teve um aumento de mais de 100%. As filas na Light para reclamar são enormes porque o povo não suporta mais esses roubos descaçados que vem sofrendo.

E neste mês, teve o aumento da gasolina e também do gás. Aliás, de 1973 para cá a gasolina já subiu 850%. E a gente sabe que todas as vezes que sobe a gasolina as outras coisas também sobem muito.

O governo diz que esses aumentos são para diminuir o consumo e com isso evitar que a dívida externa continue crescendo.

Fala também que os países árabes produtores de petróleo são os maiores culpados.

No entanto, como se explica que no ano passado o governo vendeu mais de 700 milhões de litros de gasolina para os países da África e da América do

Sul a Cr\$ 1,68 o litro?

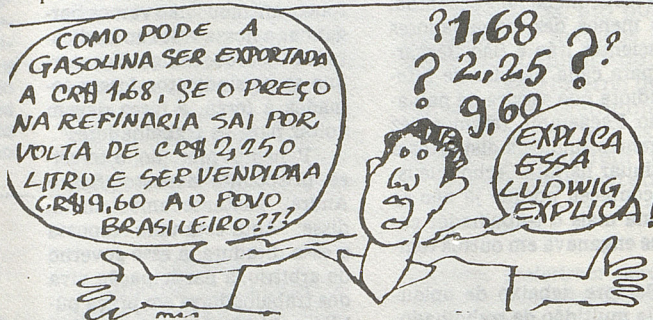
Aqui ela é vendida, agora, a Cr\$ 9,60, dando fabulosos lucros para as companhias distribuidoras estrangeiras como a Shell, Esso, Texaco e outras. Porque não diminuir os lucros dessas grandes empresas?

Isso o governo não faz pois a política econômica do país está inteiramente voltada para os interesses das grandes empresas nacionais, multinacionais e também dos grandes latifúndios.

Enquanto isso nós somos obrigados a suportar toda essa exploração.

Diante dessa situação, o MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA convoca todos a participar da luta por melhores salários e melhores condições de vida e trabalho na cidade e no campo, procurando se unir e se organizar nos bairros, no trabalho e nas escolas.

Não podemos mais ficar calados diante de tanta opressão.



DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A renda nacional é a soma do valor de tudo que é produzido no país durante um período (pela indústria, agropecuária, mineração, etc), além do valor dos serviços prestados (transportes, comércio, etc). Esta renda, a medida que é produzida, vai sendo distribuída entre a população, através dos salários pagos aos trabalhadores, dos lucros dos patrões, juros dos banqueiros, rendas e aluguéis dos proprietários de imóveis, etc. Pode-se dizer que toda a atividade e disputa política entre as classes e grupos sociais visa obter uma fatia maior dessa renda, o chamado "bolo".

Ano	50% mais pobres	30% menos pobres	20% médios	5% mais ricos
1960	16,02	27,15	56,83	28,79
1970	14,91	23,22	61,87	34,12
1972	11,31	21,44	67,25	39,75
1976	13,44	21,60	64,96	37,87

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1960 e 1970, PNAD de 1972 e 1976.

Após o golpe de 64, a política econômica dos sucessivos governos militares tem feito com que os mais ricos se apropriem de parcelas cada vez maiores da renda nacional, em prejuízo dos setores mais pobres, os trabalhadores em geral.

Geisel, Simonsen, Delfim e cia. sempre negaram que isto fosse verdade. Mas a tabela abaixo, com dados oficiais divulgados recentemente pelo IBGE, mostra exatamente o contrário. Ainda que tenha havido ligeira melhora após 1972, esta foi tão pequena que não chega a compensar as perdas sofridas pelos 80% mais pobres, que em 76 ficavam com apenas um terço da renda nacional. Se a situação já era grave em 1960, vê-se que a política econômica pós-64 só fez agravá-la muito mais.

MORTALIDADE INFANTIL

O coeficiente de mortalidade infantil (número de crianças mortas no 1º ano de vida em cada mil nascidas vivas) traduz bem as condições de vida da população.

O general Geisel, no fim de seu governo, gabou-se da diminuição desse índice na capital de São Paulo, "esquecido" de que a nível nacional a mortalidade infantil vem se agravando. Os números abaixo (dados mais novos do Ministério da Saúde) representam a média do coeficiente de mortalidade infantil nas capitais do país:

1968	80,9
1972	85,8
1975	96,9
1976	94,1

Algumas cidades têm situações bem mais graves (dados de 76), como Recife, 126,4; Maceió, 146,2; Aracaju, 149,7. Isso sem falar da grande massa interiorana.

MOVIMENTO 26/3 a 1/4/79

Bairro denuncia abandono

Os moradores do Jardim Previdência fizeram uma passeata ontem reivindicando a canalização do córrego Pirajussara em uma extensão de dois quilômetros, entre a avenida Pirajussara e rua Edmundo Scarpaleco. Mais de 50 pessoas saíram às ruas, carregando faixas e distribuindo folhetos, para denunciar o abandono do bairro pelo administrador Regional do Butantã, Fiore Vitta, o secretário Celso Hahne, e o prefeito Olavo Setúbal.

A comitiva foi acompanhada por cinco vereadores (Francisco Gimenez, Benedito Cintra, Altino Lima, Almir Guimarães e o suplente Miguel Rizzo), além de representantes do diretório do MDB no Butantã, que condenaram a intenção da Prefeitura em comprar o clube "Solar dos Amigos" por 82 milhões de cruzeiros, no momento em que a região está carente de recursos para solucionar o problema das enchentes. O jornal "Paineira", do diretório do MDB, chamou a transação de "negociata". ESP-11-3-79

conjuntura brasileira REGISTRA

• O lançamento da publicação OS HUMILDES CONTRA A VIOLENCIA POLICIAL pela COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DA PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E DOS MARGINALIZADOS DE SÃO PAULO. O trabalho é composto de cinco discussões. A primeira trata da idéia da violência em geral e nossa reação a ela. O segundo dá orientação prática quando alguém está preso. A terceira trata de menores. O quarto, do problema da tortura pela polícia e o quinto nos fala sobre os nossos direitos com base na Constituição.

• O lançamento em março/79 do Boletim Dos Bairros, organizado pelos seguintes bairros do Rio de Janeiro: Catiri, Camboatá, Senador Câmara, Vila Kennedy, Vila Aliança, Inhaúma, Realengo, Jardim Bangu, Cardeal Câmara, Guandu do Sena, Jacarepaguá, Parque União.

• A circulação do número 4 do JORNAL DO BAIRRO da Vila Santa Roza-BH, onde encontramos:
- denúncia contra o abandono das obras de saneamento do bairro.
- o movimento de reivindicação dos Moradores pela exigência das escrituras definitivas dos lotes pagos.

• A instalação no dia 5 de fevereiro/79 do DIEESE, no Rio de Janeiro (Berro)

• A formação da AMAB-Associação dos Moradores de Água Branca e adjacências, iniciativa dos moradores do Conjunto Habitacional da Água Branca de Realengo-Rio de Janeiro, em março/79.

• A COHAB de Pernambuco, a companhia que deve construir casas para as pessoas pobres, está construindo sua sede nova e, para isso já removeu do terreno cerca de 100 FAMILIAS (JORNAL DOS BAIRROS- Recife-Janeiro/79)

• A realização em dezembro/78 do I ENCONTRO DE VILAS POPULARES, no bairro de Vila Pano Rama, Porto Alegre, promovido por iniciativa da Federação Rio-grandense de Associações de Bairros. Do encontro participaram moradores e cerca de 20 dirigentes ou representantes de associações de bairros de Porto Alegre. (FM-4/12/78)

Em março foi lançado o n.º do jornal UNIDADE SINDICAL, produzido pela colaboração de sindicatos e associações profissionais de São Paulo.

• O lançamento do semanário COMPANHEIRO de circulação nacional.

EM IJUÍ MORADORES LUTAM POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

Alarmados com o grande número de desempregados e de trabalhadores sem emprego fixo em Ijuí, os sindicatos urbanos, o Conselho de Bairros de Ijuí (CBI) e as associações de moradores decidiram realizar uma pesquisa para saber até onde ia o problema. Ficaram sabendo que existem mais de cinco mil desempregados, numa cidade onde moram aproximadamente 50 mil pessoas.

Além dos baixos salários e do alto custo de vida, existe a insegurança da falta de emprego, que provoca a fome e a miséria.

Para discutir tudo isto e estudar os resultados da pesquisa, foi realizada uma Assembléia Geral do CBI. Depois de muitos debates, resolveram publicar a pesquisa no jornal A Voz do Trabalhador, para que todos pudessem discutir o problema. (Boletim dos Bairros-R.G.S outubro/78)

CIDADE INDUSTRIAL OUVE RELATO DO ENCONTRO NACIONAL CONTRA A CARISTIA (cb)

Realizou-se no colégio Santa Rita, dia 2 de fevereiro, mais uma reunião do Movimento Contra a Caristia.

Cerca de 100 moradores da cidade Industrial e outros bairros de periferia de Belo Horizonte ouviram o relato sobre o Encontro Nacional Contra a Caristia, realizado em São Paulo dia 28 de janeiro.

Os moradores que foram a São Paulo, voltaram animados com o movimento ali: "Lá, as donas de casa se organizam nos bairros lutam por melhores condições de vida e contra a caristia". "O povo de lá é animado e sem medo. Tô aqui com muita animação prá levar o movimento prá frente", diziam dois moradores que haviam ido a São Paulo, Dona Eva e seu Quinzinho. (Jornal dos Bairros-BH/17-2)

BAIRRO DE B.H. luta contra POLUIÇÃO

O Grupo de Amigos do Bairro JK continua firme na luta contra a poluição da Lafersa, uma das indústrias que mais prejudicam o bairro. Depois de dois meses de trabalho conseguiram reunir 920 assinaturas num documento que foi encaminhado ao presidente da COPAM (órgão do governo que cuida dos problemas de poluição ambiental), pedindo solução para o caso. (JORNAL DOS BAIRROS-B.H.)

A polícia gaúcha, invade e destrói as casas de 500 famílias

«Queremos terra». «Terra a quem trabalha» e «Onde morar?» foram as faixas carregadas por mais de 200 moradores da vila já conhecida em Porto Alegre como «Caiu do Céu», uma área de 25 hectares na vila Santo Agostinho, numa manifestação em frente a Assembléia Legislativa, na semana passada. Os moradores decidiram recorrer ao legislativo depois de invasões violentas da polícia que resultaram em destruição de barracos e inclusive no braço quebrado de uma das moradoras. A tentativa dos moradores é garantir a posse da terra, ocupada há cerca de dois meses por famílias das redondezas, empurrados pelos altos preços dos aluguéis. O apoio pedido aos parlamentares é contra a medida tomada por Décio Selaimen, um engenheiro que entrou na justiça alegando usucapião e exigindo a posse da terra. As famílias posseiras, hoje mais de 500, se recusam a sair da área e acham que somente uma medida política impedirá que sejam expulsas. Uma comissão conversou com o senador Pedro Simon e outros deputados do MDB e da Arena, que prometeram soluções para o caso. E os moradores acreditaram nas promessas. Uma delas, mãe de seis filhos, comentou: «Naquele dia dormi tranquila, o que não acontecia desde

que começaram a querer tirar a gente daqui».

«Vamo continuá lutando»

Essa é a disposição dos moradores. É notório em suas atitudes e palavras a determinação de não sair daquelas terras, hoje já com os terrenos demarcados, quase todos do mesmo tamanho com lugar para a casa e um quintalzinho para as crianças.

No próximo dia 28 o juiz da 16ª Vara Civil de Porto Alegre irá julgar ação de Décio Selaimen contra cinco dos moradores da vila, por esbulho da terra. Organizadamente, os moradores pretendem comparecer ao local, pois se o juiz conceder liminar em favor de Décio, os moradores terão que se retirar. As duas testemunhas de Décio para comprovar a invasão e o esbulho da área que ele se diz dono, mas que não tem como provar, são exatamente dois dos três policiais que têm promovido as intimidações, espancamentos e derrubada dos barracos duramente construídos pela população da vila: o Dorocy (Gonçalves da Silva) e o Pedrinho (Pedro Salibi).

(EM TEMPO-52)

A UNIÃO DA VILA NHOCUNÉ

Mais uma vez, o povo da periferia de S. Paulo se reúne para exigir das autoridades, melhores condições de vida.

Desta vez foi da Vila Nhocuné, na Zona Leste, onde mais de 200 moradores, se reuniram domingo à tarde, em assembleia, para a entrega de um abaixo-assinado com mais de 9000 assinaturas, aonde é colocado a urgência da construção de um Pronto-Socorro e a ampliação do posto de Saúde naquela região.

O representante do secretário de saúde tentou conduzir a reunião esboçando um monólogo onde aparecia a preocupação de justificar a situação, colocando a culpa na burocracia (que não deixa de existir) e nas dificuldades financeiras.

Já com a ameaça da chuva e sem muita resposta concreta, o secretário acenou com a possibilidade de construção de um hospital geral em Itaquera e construção de um Pronto-Socorro no Jardim Nordeste, distante três quilô-

metros da região, mal servida pelos transportes coletivos. Finalmente, o representante do secretário não prometeu o posto mas garantiu que se esforçaria para tanto, lembrando que a promessa poderia ser cobrada antes de sua saída do cargo, a 15 de março.

Ali mesmo, marcou-se a próxima assembleia para o dia 11 de março, para dar continuidade à luta pelo pronto-socorro e ampliação do posto de saúde da Vila Nhocuné. (EM TEMPO-52)

CRESCE O MOVIMENTO DAS BARRICADAS EM PORTO ALEGRE

Pessoas armadas ameaçam desmanchar as barreiras. Crianças adoecem por causa da água do valo e da poeira. Fogo nas barreiras formadas por moradores de vilas que querem calçamento nas suas ruas. O movimento começou na Vila Monte Cristo. Agora tem barricada na Vila São Francisco (Lomba do Pinheiro), na rua Cristiano Kraemer (Campo Novo) e na rua Doutor Barcelos. E pode surgir mais uma no Beco do David (Lomba do Pinheiro).

Beno Grosser, o presidente da Associação dos Amigos da Vila São Francisco, era um dos que estava ontem de manhã junto a barreira. Sem camisa, de braços cruzados, irritado.

A barreira é um amontoado de galhos de árvores, colocado na rua Principal pelos moradores sexta-feira à noite. No meio tem uma plaquinha de madeira que diz assim: «Nossos filhos querem saúde, não poeira». Ali não passa mais nenhum veículo, principalmente as caçambas que enchiam as casas, os pratos, as panelas, os móveis, os olhos e os pulmões de poeira. Nem o ônibus Vila Mapa. Tem gente que reclama da barreira porque agora precisam caminhar muito para pegar o ônibus que mudou de percurso. Uma barreira, inclusive, foi desmanchada e tentaram botar fogo na barreira da rua Principal.

ZERO HORA — Terça-feira, 16.1.79

QUINHENTAS FAMILIAS DESPEJADAS EM NOVA IGUAÇU.

Quinhentas famílias residentes em casas construídas pelo sistema financeiro do BNH, nas localidades de Monte Líbano e Califórnia, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, estão com ordem de despejo decretada pela justiça local. Oficiais de Justiça, protegidos por choques da Polícia Militar, já deram início à desocupação dos imóveis.

Cerca de 100 famílias já foram despejadas. Os moradores alegam que o atraso nos pagamentos resultou do elevado aumento das prestações. Afirmam que, em dois anos, as mensalidades passaram de Cr\$ 450,00 para Cr\$ 3.300 e sustentam terem sido inúteis as tentativas de acordo para parcelamento da dívida com o grupo financeiro.

A Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu enviou telegramas ao ministro do Interior, Rangel Reis, e ao presidente do BNH, Maurício Schuman, pedindo providências imediatas e sugerindo a criação de um plano comunitário para resolver o problema. (ESP-11/3/79)

3 mil sem água

O prefeito do município baiano de Morro do Chapéu, Wilson Dourado Lima, da Arena, fechou com cadeados, na semana passada, os chafarizes públicos que fornecem água potável aos três mil habitantes dos distritos de Catuaba, Santa Mônica e Mônica, por causa da derrota de seus candidatos nas eleições de novembro último. A população está sendo obrigada a utilizar água de três poços contaminados, o que, inclusive, já teria provocado a morte de duas crianças nos últimos 30 dias.

A denúncia foi feita ontem por um jornal de Salvador e confirmada pelo escrivão de polícia de Morro do Chapéu, Geraldo da Cunha Santos, segundo o qual os moradores já procuraram o prefeito para pedir a reabertura dos chafarizes mas só ouviram a advertência: «Eu avisei que se não votassem nos meus candidatos teriam os seus cordões apertados». (E.S.P. - 11-04-79)

ASSINE EMTEMPO/LEIA MOVIMENTO/DI
SISTENCIA(PARA)/DIVULGUE ZERO HOR
DOS BAIRROS(B.H.)/DIVULGUE BERF
LEIA BRASIL MULHER/DIVULGUE MUTI
ASTORAL DA TERRA(CNBB)/DIVULGUE I
AHIA)/DIVULGUE O JORNAL DOS BAIRE
DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA)/ASSINE C
VULGUE, ASSINE REPORTER

NOVAS VITÓRIAS DEPENDEM DE MAIS LUTAS

Na Assembléia Geral do dia 14 de outubro de 1978, foi feita uma proposta do Movimento Amigos do Bairro ao representante do Prefeito presente, Sr. Silvio Ferreira: "que o Prefeito assumisse o compromisso de receber quinzenalmente em dia, hora e local fixos, qualquer comissão de bairro que quizesse levar suas reivindicações ou cobrar os compromissos assumidos, sem necessidade de marcar audiência ou de ir com político".

Para conseguir que essa proposta se concretizasse, comissões tiradas na Coordenação de Amigos do Bairro foram à Prefeitura 7 vezes sem conseguir uma resposta, recebendo a cada dia uma desculpa diferente.

Diante dessas dificuldades, a Coordenação decidiu dar um prazo para as idas na Prefeitura. A data limite foi o dia 7 de dezembro, quando foi uma comissão de 15 pessoas dispostas a conseguir definitivamente uma solução.

Ainda nesse dia enfrentamos várias dificuldades, desde uma espera de quase 2 horas até a recusa de nos receberem. Porém insistimos até que fomos recebidos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito.

Nesse encontro, depois de quase 2 horas de debates, conseguimos que ele assumisse o compromisso de receber todas as quintas-feiras pela manhã, as comissões de bairro com suas cobranças e novas reivindicações.

A partir da semana seguinte, várias comissões de diversos bairros já compareceram à Prefeitura. Todas as quintas-feiras comparecem entre 20 a 40 pessoas representando de 5 a 10 bairros.

Depois de tudo isso mais ou menos 20 bairros foram visitados pelos engenheiros do Departamento de Obras para levantamentos e confirmação dos pedidos feitos. O Chefe de Gabinete tem pedido a volta de todas as comissões para dar respostas mais concretas.

Apesar da situação dos bairros continuar quase a mesma, compreende-se que alguma coisa mudou. O atendimento é mais organizado, com todos os processos em pastas contendo os pedidos dos moradores e plantas dos bairros com levantamentos do Departamento de Obras.

Mas principalmente o fato de qual-quer bairro ser atendido todas as quintas-feiras sem precisar marcar audiência é uma conquista importante. Devemos nos conscientizar de que esse é apenas um passo de toda uma caminhada e que todos os direitos dependem exclusivamente da união de todos. Só assim é possível

lembrar aos dirigentes públicos da existência e da aflição dos bairros da periferia de Nova Iguaçu. (Editorial do ENCONTRO - Nova Iguaçu/fevereiro-79)

MOVIMENTO CRIA REGIONAIS

Em fevereiro o Movimento Amigos do Bairro passa a funcionar de uma nova maneira. O conjunto dos grupos de bairro foi dividido em 4 regionais. Cada Regional conta com a participação de 8 a 12 bairros. Os primeiros encontros de cada Regional devem se realizar até final de fevereiro ou princípio de março.

PORQUE REGIONAIS—Essa divisão foi decidida porque o Movimento cresceu muito desde a Assembléia. Hoje contamos com a participação de mais de 40 bairros filiados, e a divisão por Regionais vai ajudar na troca de experiência em permitir um maior entrosamento entre os bairros, além de incentivar os grupos novos.

COORDENAÇÃO—Além disso numa reunião onde estavam representantes de 26 bairros foi eleita uma coordenação para orientar e dar conta das tarefas do Movimento no seu conjunto. (ENCONTRO-NOVA IGUAÇU/fevereiro/79)

DESPEJO CRIMINOSO em FORTALEZA (cb)

Na tarde de 15 de dezembro na Favela da Zé Bastos, homens, mulheres e crianças lotavam os dois caminhões, que os levariam para falar com as autoridades. De repente, 3 viaturas e camburão da polícia surgiram e deles saíram os policiais armados de metralhadoras. Um deles, gritou alto, perguntando pelos motoristas. "Pronto doutor, o que o senhor deseja", apresentou-se um dos motoristas.

— Lugar de motorista e na bo-léia", ordenou o policial. E quando o motorista foi subindo no caminhão, este agarrou-o pela camisa e desfechou-lhe golpes na cabeça, no que foi seguido por outros policiais. Espancado, o motorista correu. Neste momento, um homem louro e alto a paisana, que acompanhava os policiais, saca de um revólver e aponta contra o motorista no que é contido por um senhor, que estava ali próximo.

Em seguida, os policiais lançam-se contra o povo aboletado na carroceria dos caminhões. Homens, mulheres e crianças, são espancadas e, sob a ameaça de metralhadoras, abandonam os caminhões.

Esta não foi a única denúncia feita ao MUTIRÃO pelos favelados, contra seus despejadores. A grande maioria dos mais de 10.000 moradores da favela tomou conhecimento do despejo apenas no dia de seu início. Não apenas casas desabitadas foram derrubadas, mas também, muitas na ausência de seus moradores e mesmo com a presença de mulheres e crianças. O material de construção das casas derrubadas ficou quase completamente imprestável. Policiais e pessoas ligadas aos proprietários ameaçavam constantemente os favelados de colocar tratores contra suas casas, atirar de metralhadora e até jogar bombas.

Durante o despejo, inúmeras mulheres abortaram, os desmaios foram frequentes e, com os vexames sofridos, alguns moradores ti-

veram a saúde abalada, tendo mesmo o caso de um que sofreu um ataque de coração.

OS FAVELADOS FORAM LUDIBRIADOS

No início da formação da favela, o Comissário de Polícia Sr. Bandedeira, junto com um certo Ervelido, atraíu o povo para o local, dizendo ser o terreno de duas irmãs caridosas, que deixaram os pobres morar neles. Quando alguma nova família lá chegava, eles tratavam de lhe destinar um pedaço de terreno e de pedir uma gratificação pelo trabalho de organização da favela, que estavam fazendo.

A LUTA DOS FAVELADOS

Os habitantes da favela reivindicam permanecer no local. Se isto de todo não for possível, querem a indenização de seus barracos, ou uma ajuda em dinheiro, para que consigam uma nova morada. Estas reivindicações, ainda não unificadas, eles procuram encaminhar, indo individualmente ou em pequenos grupos a jornais, autoridades judiciárias, advogados, deputados, vereadores, à Fundação do Serviço Social, à Arquidiocese e até, embora sem êxito, ao Governador e ao Prefeito. A tentativa reprimida da ida em caminhões para falar com as autoridades, foi a primeira maior iniciativa coletiva.

Inúmeras pessoas têm ido à favela se solidarizar com seus moradores, entre elas, políticos do MDB, elementos da Igreja e Jornalistas. A luta, mesmo desorganizada, dos moradores da favela e a repercussão negativa do despejo junto à opinião pública, são os responsáveis pelo adiamento do despejo por 60 dias. Esta concessão arrancada foi a primeira vitória obtida pelo povo da favela, e não um "presente de natal" dado pelo juiz.

(MUTIRÃO-janeiro/79)

O movimento dos funcionários públicos



O ESTADO DE S. PAULO

25 mil parados, no sétimo dia de greve na Prefeitura

Cerca de 25 mil funcionários públicos municipais, de vários setores da administração, paralisaram as atividades ontem, durante o sétimo dia consecutivo de greve da categoria, segundo informação do Comando Geral da Greve.

Os 40 representantes do CGG, reunidos ontem à noite na sede da União dos Servidores Públicos Cívicos do Brasil, para avaliar a repercussão da greve e definir um direcionamento às formas de luta pela reivindicação, decidiram continuar mobilizando a categoria e conseguir novas adesões ao movimento. Afirmaram, inclusive, que realizarão piquetes, exigindo a paralisação dos setores que continuam tra-

balhando.

Para a presidente do Comando Central da Greve, Luisa Erondina de Souza, a paralisação dos setores municipais aumentou bastante nos dois últimos dias, quando o movimento conseguiu novas adesões, como a de algumas unidades de saúde.

De acordo com as informações do Comando Geral da Greve, além dos professores municipais, as atividades estavam paralisadas, ontem, total ou parcialmente, nos seguintes setores:

Hospitais de Vila Nova Cachoeirinha, São Miguel, Vergueiro (com 90% de paralisação), Tide Setúbal, Menino Jesus e Hospital do Servidor Municipal; postos de saúde de São Miguel

Paulista, Parque Buturuçu, Veleiros, Pedreira, Santa Catarina, Santo Antonio, Santana, Viaduto Pedroso, da Cidade Líder; clínica psiquiátrica do Itaim-Bibi; Departamento de Saúde da Comunidade; o Centro de Controle de Zoonoses; o Ambulatório de Recuperação de Alcoólatras; as unidades de Assistência Social das Regionais da Penha, São Miguel Paulista e Vila Maria-Vila Guilherme; o Montepio Municipal; a Escola de Ballado; Departamento Fiscal; as bibliotecas Mário de Andrade e de Artes; o Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura; a Cogep; a Divisão Técnica de Convênios e Informações e o Idart.

4 mil professores em greve

Segundo dados ontem fornecidos pelo secretário municipal de Educação, Hilário Torloni, cerca de quatro mil professores da rede municipal permaneciam em greve (28%); os demais, em torno de dez mil

não considerando os três mil substitutos — estavam ministrando aulas. A Secretaria de Educação do Estado, por outro lado, nada informou sobre a situação nas escolas estaduais, ontem.

F.S.P. - 25-4-79

Prefeitura vai descontar dias não trabalhados

Os servidores municipais que estão em greve terão esses dias de paralisação descontados dos salários, decidiu ontem o prefeito Olavo Setúbal durante reunião com o secretário das Administrações Regionais, Celso Hahne. 19-4-79

Memorial fala em achatamento

Onze presidentes de associações que representam mais de 60% do funcionalismo público municipal, em reunião realizada ontem na sede da Associação dos Escriturários Municipais de São Paulo, declararam ter lançado mão do último recurso para evitar medidas extremas por parte da classe que representamos. Agora só resta a decisão das bases e, pelo que sentimos, poderá acontecer a paralisação total nessa área".

O "achatamento salarial" é confirmado através dos números apresentados pelo documento, onde eles reivindicam 70% de aumento, mas 2 mil cruzeiros fixos:

"Verifica-se, no exposto, que o número de servidores que compõe a totalidade da folha de pagamento sofreu, no período de 1975 a 1978, um acréscimo da ordem de 21,6%, enquanto que o percentual da verba destinada ao pagamento de pessoal manteve-se praticamente inalterada". F.S.P. 18-4-79

FOLHA DE S. PAULO

Paralisada a rede municipal de saúde

Funcionários e médicos do Hospital Municipal do Tatuapé e do Hospital do Servidor Municipal também, estão em greve. No primeiro, 76 residentes aderiram ontem ao movimento de reivindicação dos médicos e demais servidores públicos, depois de reunião realizada pela manhã. A exemplo de outros estabelecimentos em greve, também os dois hospitais municipais estão atendendo apenas a emergências.

18-4-79

A situação na área da Secretaria de Higiene e Saúde também continua a mesma da semana passada, conforme informou o titular, Fernando Proença de Gouvea. Os hospitais estão apenas atendendo a casos de emergência e somente estão sendo feitas as cirurgias absolutamente necessárias.

ESP - 24-4-79

MANTER PARALISAÇÕES

O Comando Geral da Greve e os seus cinco setores regionais, empenharam-se ontem apenas na convocação dos servidores para a assembléia geral que realizariam às 19 horas, sem se preocupar muito em conseguir paralisar, através de piquetes, nov. os setores da administração pública.

Segundo a presidente do CGG, Luisa Erondina da Silva, o movimento reivindicatório tem recebido novas adesões e cita como exemplo os funcionários do cemitério da Quarta Parada, na Água Rasa e os insistentes pedidos de piquetes feitos por funcionários que querem paralisar os serviços.

Disse que, até agora, conseguiram atingir o objetivo de paralisar os setores de Educação e Saúde, com adesões de outras áreas, como a assistência social, e durante esta semana a intenção será manter paralisados os 30 mil funcionários atualmente em greve. O objetivo vai se restringir ainda aos dois setores atingidos, Saúde e Educação, durante esta semana, embora o CGG pretenda paralisar alguns setores importantes da administração municipal. Eles vêm mantendo essas repartições em sigilo para poder contar com o elemento surpresa.

ESP 24-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

O movimento dos funcionários públicos

6 mil na Assembléia "pressões"

Cerca de seis mil funcionários públicos estaduais realizaram ontem, no pátio lateral da Assembléia Legislativa, uma manifestação na qual reiteraram aos deputados o pedido de rejeição da mensagem a ser enviada pelo governador Paulo Maluf, sobre o aumento a ser concedido aos servidores. Na ocasião, os professores, conforme o decidido durante assembleia realizada anteontem, participaram da concentração que exigia o reajuste salarial de 70%, mais dois mil cruzeiros.

Todavia, a participação dos docentes limitou-se à leitura, por um dos membros do Comando Geral da Greve, (CGG), de cartaberta aos servidores, na qual criticam a pres-

O ESTADO DE S. PAULO

COMANDOS REUNEM-SE

O comando geral de greve dos professores de 1.º e 2.º graus esteve reunido ontem à tarde com o comando da greve dos professores da USP, para organizar a concentração de hoje, às 15 horas, no Palácio Bandeirantes e ampliar e organizar unificadamente a luta pela campanha salarial de todos os docentes.

Na sede do CGG dos professores, na Apeoesp, notícias procedentes do Interior davam conta de que 196 cidades haviam aderido ao movimento, o que significaria

FOLHA DE S. PAULO

universidades: Greve

Segundo a Comissão Geral de Greve da USP, dos 4.600 professores que lecionam em todo campus da Universidade — Capital e Interior — 3.500 entraram em greve a partir de ontem, por melhores salários e condições de ensino. Os docentes estimam em 90% a paralisação na Capital e 20% nas unidades do Interior.

Os funcionários da USP realizaram uma assembleia, ontem pela manhã, com a presença de cerca de 3 mil servidores. Na ocasião, decidiram entrar em greve com a consequente formação de um Comando Geral que, às 12h de ontem, tomou a sede da Associação dos Funcionários da USP (Asusp).

Segundo a comissão de greve dos servidores,

Reitores ameaçam punir grevistas

FSP

Os professores e funcionários da USP e da Unesp foram ameaçados, ontem, de serem punidos "com base na legislação em vigor", em notas à imprensa distribuídas pelas Reitorias das duas universidades. A Reitoria da USP, após dizer que não entra no mérito dos índices pleiteados pelo funcionalismo e "reafirmar sua fé na abertura democrática", diz que, "antes

são exercida sobre o Legislativo, afirmando que ela deve ser feita sobre o Executivo, "o único patrão".

Durante a concentração falaram ainda o prof. Modesto Carvalhosa, da Associação dos Docentes da USP (Adusp), e o presidente da União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial (Udemo), prof. Santo dos Reis Siqueira. Uma moção de solidariedade ao funcionalismo, da União Estadual dos Estudantes (UEE), foi vivamente aplaudida pelos presentes. Os estudantes pretendem promover pedágio no centro da cidade, ainda esta semana, para angariar fundos ao movimento.

18-4-79

que 3.680 escolas encontram-se paralisadas e 175 mil professores sem dar aulas.

Uma novidade no movimento foi anunciada, ontem: várias Delegacias de Ensino de cidades do Interior encontram-se também paralisadas, segundo se informou. São elas: Adamantina, Dracena, Marília, Penápolis, Votuporanga, Rio Preto, Catanduva, Jaboticabal, Bebedouro, Casa Branca, Piracicaba e Registro. Nesta última, só os funcionários aderiram ao movimento.

24-4

cerca de 90% dos 9 mil funcionários que trabalham na Cidade Universitária entraram em greve.

Na Unicamp, a manutenção da greve foi decidida em assembleia geral, ontem à tarde, no pátio do Ciclo Básico, com a participação de aproximadamente duas mil pessoas, entre professores e funcionários, que receberam o apoio de quase uma centena de estudantes.

Nove dos quatorze campi da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp) aderiram, a partir da zero hora de ontem, à greve dos servidores estaduais, reivindicando um aumento salarial de 70% mais Cr\$ 2.000,00 fixos.

18-4-79

Reposta do Comando Geral da Greve dos professores às alegações dos últimos dois dias, feitas pelo governo do Estado: "A greve continua até a vitória". Em comunicado divulgado no início da noite de ontem, o CGG diz que "já esperava esse tipo de atitude por parte do governador e seu secretariado", lembrando aos professores em greve o exemplo dado pelos seus colegas do Rio de Janeiro: "Os professores daquele Estado receberam as mesmas ameaças, mas mantiveram a unidade e firmeza. Assim, saíram vitoriosos e conseguiram 80% de aumento, sem nenhum grevista punido".

"A atitude do Governo — diz o comunicado — não faz mais do que tornar ainda mais públicas as nossas forças e o temor governamental diante delas".

ESP-19-4

Ato público reúne 2 mil

CAMPINAS (Sucursal) — Aproximadamente duas mil pessoas participaram ontem à noite do ato público, promovido pelo funcionalismo estadual nas escadarias da Prefeitura de Campinas, para reivindicar aumento de 70% mais 2 mil cruzeiros. Em carta lida pelos presentes, os servidores afirmam que "nos últimos vinte anos, a população brasileira tem sofrido as consequências da política de arrocho salarial imposta pelo governo".

ESP-24-4-79

3.600 escolas sem aulas

São 3.600 as escolas da rede estadual totalmente paralisadas, num total de 170 mil professores em greve, informou ontem o Comando Geral de Greve, durante assembleia realizada, à noite, na Cidade Universitária (USP). Somente no Interior, 140 cidades têm as suas escolas fechadas, e em 62 delas funcionam parcialmente. Na Grande São Paulo, não há aulas em 1.500 escolas. Em Campinas, informou o Comando Geral de Greve, os supervisores da Delegacia de Ensino também aderiram ao movimento.

Quase cinco mil professores participaram da assembleia, que começou às 20h30. Uma das propostas foi a da realização de uma assembleia geral de funcionários de todos os órgãos públicos do Estado, para que a paralisação tenha um caráter único e mantenha unidos todos os servidores, visando ao atendimento das suas reivindicações.

ESP-20-4

Injusto opor funcionário à população

"É profundamente injusto opor o funcionário e o professor ao resto da população. A verdadeira oposição é esta: salário decente versus obras suntuárias. Nossa luta tem um sentido amplo. É uma lição aos governantes, que deverão, de hoje em diante, ao elaborarem o seu orçamento, dar mais peso ao contingente humano e a projetos de interesse social, do que a obras faraônicas, como a propalada

construção de uma nova capital do Estado". Com estas palavras o Comando Geral de Greve da USP respondeu, em comunicado oficial, às declarações feitas pelo governador Paulo Salim Maluf, anteontem, em cadeia de televisão.

Para os dirigentes do movimento grevista na USP, o pronunciamento do governo foi "arrogante, prepotente e irresponsável", procurando "desvirtuar o atual movimen-

to dos funcionários e professores do Estado".

As críticas ao pronunciamento de Paulo Maluf não ocorreram apenas na USP: em Santos, os professores em greve distribuíram uma resposta ao governador, na qual afirma que "o sr. Paulo Maluf, demagogicamente, tenta jogar a população contra o funcionalismo público, utilizando chantagem emocional".

ESP-20-4-79

O ESTADO DE S. PAUL

*O movimento dos funcionários públicos***Médicos em greve nas Clínicas** C.B.

Todos os médicos do Hospital das Clínicas aderiram ontem à greve por um aumento de 70% mais Cr\$ 2.000,00 fixos — iniciada pelos cinco mil funcionários. Durante a manhã, pelo menos oficialmente, a paralisação ainda não contava com a participação dos 800 médicos contratados pelo hospital, mas a partir das 14 horas, todos estavam parados. Esta decisão foi tomada por unanimidade, em assembléia realizada às 10 horas no teatro do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina. Na Associação dos

Médicos do Hospital das Clínicas, a comparação com a greve do ano passado, é constante. "A esta altura, no ano passado, o governador Paulo Egídio se preparava para invadir o Hospital com tropas do II Exército. Esta informação foi confirmada pelo secretário de Justiça da época, Manoel Pedro Pimentel. Este ano, em compensação, eles só faltam trazer cafezinho para nós. O que estará acontecendo?"

As especulações se multiplicam. Muitos sentem "massa de manobra", não sabem se

o governador Paulo Maluf, para conseguir uma eventual reforma tributária do Planalto, ou se do Governo Federal para desmoralizar o governador.

O aumento proposto que varia, em termos reais, de 8,9% a 29,1% é visto por eles como uma "provocação. Um convite à greve". "Muitos dos servidores que receberão 29,1%, terão, na prática, um acréscimo de Cr\$ 700,00 em seus salários". . . .

Uma das médicas, também na assembléia do HC, informou que há centros de Saúde do Estado paralisados: "Os 326 centros de saúde da Grande São Paulo aderiram à greve e amanhã (hoje), certamente ela se expandirá aos postos do Interior".

A Faculdade de Saúde Pública da USP, pela primeira vez em 25 anos, paralisou ontem suas atividades. **23-4-79**

Hospital do Servidor C.B.

O movimento grevista do Hospital do Servidor Público Estadual conta, desde ontem, também com os médicos efetivos, que entraram em greve à meia-noite de anteontem. A paralisação foi decidida pela categoria no último dia 10, incluindo as atividades científicas e didáticas. Os médicos fazem a mesma reivindicação — aumento de 70% mais Cr\$ 2 mil fixos — que os demais funcionários, médicos residentes e internos do Iamspe, que estão em greve desde o dia 9. **R.S.P.-18-4-79**

FOLHA DE S. PAULO

reunião: grevistas e governo C.B. O ESTADO DE S. PAULO

Os 42 representantes dos setores do funcionalismo público em greve obtiveram ontem o que consideraram sua primeira grande vitória, desde o início do movimento pelo reajuste de 70% mais dois mil cruzeiros fixos: o governador Paulo Maluf, após longa reunião em seu gabinete, concordou com a abertura de negociações em torno dos índices de aumento, marcando para hoje, às 10 horas, na Secretaria da Administração, uma reunião com os grevistas, da qual participarão os secretários da área econômica.

Enquanto os dirigentes do movimento conversavam com Maluf, mais de cinco mil servidores concentravam-se diante do Palácio dos Bandeirantes, gritando "slogans" sobre a greve e as reivindicações do funcionalismo, aguardando os resultados do encontro. Viaturas do Dops, Corpo de Bombeiros, Rota e policiais à paisana, além da guarda do Palácio, montaram um forte esquema de segurança em torno do prédio, fazendo com que os manifestantes ficassem na rua.

Durante a reunião, Maluf pediu aos representantes que pusessem fim à greve, para que as negociações pudessem ser iniciadas. Porém, eles não cederam, afirmando que só as assembléias setoriais podem decidir sobre o movimento. **25-4-79**

FOLHA DE S. PAULO

Estado adverte grevistas C.B.

O Governo do Estado anunciou ontem à noite, em nota oficial assinada por sete secretários, a disposição de punir os funcionários públicos em greve, com base na Constituição Federal e no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis. **24-4-79**

Grevistas decidem vigília diante do Palácio

Todos os 900 funcionários dos 11 Centros de Saúde da região do ABC estão em greve por melhores salários, e, em assembléia realizada ontem, em Santo André, resolveram que farão uma noite de vigília diante do Palácio dos Bandeirantes, na Capital, em data a ser marcada. Eles resolveram, também, não pressionar nem deputados nem vereadores, e sim o próprio governador, para obter suas reivindicações. Em Osasco, os 143 funcionários do Distrito Sanitário, em greve desde terça-feira — 13 Postos de Saúde da região estão parados — decidiram manter o movimento. **20-4-79**

JORNAL DO BRASIL

Rio tenta acordo com médicos C.B.

Estão em greve os médicos residentes de todos os hospitais estaduais e municipais do Rio — à exceção do Pedro Ernesto, ligado à UERJ — com a adesão, ontem, daqueles que trabalham nos Hospitais Miguel Couto e Rocha Faria, municipais, e São Sebastião, Instituto de Hematologia e IASERJ, estaduais, num total de 300 residentes.

O Prefeito Israel Klabin se reunirá amanhã, às 17h, no Palácio da Cidade, com representantes do Sindicato dos Médicos, da Associação dos Residentes do Rio de Janeiro e com acadêmicos bolsistas dos hospitais municipais, a fim de estudar uma solução para as reivindicações dos médicos e estudantes.

Na próxima quarta-feira,

os médicos estarão reunidos em assembléia-geral para examinar o dissídio coletivo impetrado pelo Sindicato contra os donos de casas de saúde particulares. Os médicos pedem 150% de aumento sobre os Cr\$ 4 mil 680 que ganham atualmente, além de redução do plantão semanal para 12 horas, em lugar das 24 atuais. **22-4-79**

O ESTADO DE S. PAULO

Comando denuncia C.B.

À noite, depois de uma reunião entre seus representantes, o Comando da Greve dos funcionários municipais distribuiu uma nota oficial à imprensa denunciando e repudiando "a manobra desonesta dos senhores vereadores, que traíram mais uma vez a causa dos servidores municipais".

Nessa nota o Comando explica que o aumento aprovado ontem em primeira discussão, que vai de 16 a 37%, já foi consumido nos primeiros meses deste ano. O CGG afirma que os vereadores conheciam o desejo dos servidores, que queriam a rejeição "pura e simples" do projeto e denuncia a "manobra do prefeito" de conduzir funcionários não grevistas à Câmara.

O Comando afirma ainda que "não será desta forma que irão nos calar, pois continuaremos a defender nossos interesses". No final da nota são mencionados os vereadores que ajudaram a causa do funcionalismo e os considerados "traidores".

Ainda ontem o CGG informou que os 30 mil funcionários paralisados na semana passada continuam em greve e que essa meta deverá ser mantida durante toda esta semana. Hoje seus representantes deverão fazer um balanço de todos os setores paralisados e decidir uma posição definitiva sobre os rumos do movimento, depois que o projeto de aumento do prefeito for apreciado em segunda discussão, quando será confirmada ou não sua aprovação. **25-4-79**

25 mil professores encerram greve

C.B.

RIO (Sucursal) — Os 25 mil professores da rede de ensino particular de 1.º e 2.º graus e de cursos livres retornaram ontem às aulas, depois de uma greve de sete dias, considerada ilegal mas justa pelo Tribunal Regional do Trabalho que, no julgamento do dissídio, garantiu aos professores atendimento às suas principais reivindicações. A suspensão da greve foi resolvida domingo, em assembléia geral da categoria, por decisão majoritária.

Marcada por medidas repressivas adotadas por proprietários e diretores de escolas — algumas chamaram a PM para en-

frentar os piquetes — e paralisando cerca de 95 por cento das escolas particulares, os professores do Rio obtiveram do TRT um pagamento do repouso remunerado superior ao pedido — calculado sobre o mês de cinco semanas — e a garantia de “semi-estabilidade”, considerada por muitos como a vitória “politicamente mais importante”. Em caso de dispensa sem justa causa no meio do ano letivo, o professor receberá, além das indenizações legais, o equivalente a metade dos salários a que teria direito até dezembro, mais janeiro e fevereiro integrais.

FOLHA DE S. PAULO 24-4-79

Onze mil professores de Brasília param por aumento de 25%

CSP

BRASÍLIA (Sucursal) — Cerca de onze mil professores do sistema público de Educação do Distrito Federal deflagraram ontem um movimento de greve, que atingiu todas as escolas de 1.º e 2.º graus de Brasília e das suas oito cidades satélites. Os professores do Distrito Federal reivindicam aumento salarial de 25% além dos 40% concedidos em março, um piso salarial, de quatro salários mínimos e reajustes trimestrais de acordo com os índices fornecidos pelo Dieese.

O movimento aprovado em assembléia geral que reuniu, no último sábado, cerca de sete mil professores, tem o seu comando concentrado na rampa principal do Congresso Nacional e só será encerrado quando as reivindicações da classe forem atendidas conforme declararam os líderes grevistas. Em assembléia permanente, os professores de 1.º e 2.º graus estão assinando seus pontos em frente ao Legislativo. A adesão, segundo o presidente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Olimpio Mendes, foi praticamente de todo o corpo docente das escolas públicas de Brasília. 24-4-79

Vitória

C.B.

EM TEMPO - 19 - 25 - 4-79

Resistindo a todas as pressões por parte do Governo, os professores gaúchos se mantiveram unidos numa greve que durou 13 dias e lhes rendeu um aumento salarial entre 70 e 123%, além de outras vitórias importantes para a categoria. A Secretaria de Educação, depois de se negar a dialogar com o Comando Geral de Greve e ameaçar punir os grevistas, voltou atrás.

Numa concorrida assembléia geral, 12 mil professores rejeitaram a propos-

ta do Governo e decidiram continuar em greve autorizando o Comando Geral de Greve a negociar com o Governo, embora a decisão final ficasse a cargo da assembléia. O secretário de Educação, Leônidas Ribas negou-se a receber a delegação representativa dos professores e ameaçou abrir inquérito administrativo contra os grevistas. O fato apenas acirrou os ânimos, levando os indecisos a se solidarizarem com os colegas ameaçados, aumentando o número de professores parados.

Criado o impasse, restava à parte mais fraca ceder, o que aconteceu com o governador Amaral de Souza aceitando o cardeal metropolitano dom Vicente Scherer como mediador.

Magistério público pode parar de novo

Termina hoje o prazo de 30 dias dado pelo Governador Chagas Freitas à comissão especial de secretários para decidir sobre o atendimento às reivindicações dos professores estaduais e municipais, sem que ela tenha cumprido três de suas promessas: a retroação dos novos vencimentos à data de 16 de março, a equiparação dos inativos e o enquadramento no Plano de Classificação segundo a habilitação específica.

Em consequência, os professores estaduais e municipais do Rio poderão decretar nova greve-geral na assembléia do próximo dia 29, quando será avaliado o trabalho da comissão do Governo. Antes disso, os professores ainda esperam ver aprovadas terça-feira, na Assembléia Legislativa, as emendas ao projeto de lei sobre o aumento do magistério, que incluirão no documento as promessas que o Governo deixou de lado.

Os 90 mil professores entraram em greve no dia 12 de março, como recurso para garantir o atendimento às suas reivindicações; aumento de 300% nos pisos das quatro categorias, efetivação dos contratados, equiparação dos inativos, carga horária máxima de 12 horas semanais em sala de aula, adicional de 30% por regência de turma e de 10% por difícil acesso e classificação imediata do pessoal técnico-pedagógico e administrativo. J.B.-20-4-79

saúde

C.B.

O ESTADO DE S. PAULO 21-3-79

O estudo feito pelo grupo, de que participaram os Ministérios da Educação, da Saúde e da Previdência, será levado ao Conselho de Desenvolvimento Social. Foi o CDS que recomendou a realização desse trabalho, diante das numerosas greves ocorridas no País, ano passado, na área médica, e da necessidade de definir melhor a formação dos profissionais de saúde e sua atuação no mercado de trabalho.

O estudo mostra que o processo de urbanização crescente do País pressionou a necessidade de expansão do atendimento

médico para o que o Sistema Previdenciário Federal — à época de sua criação capaz de atender a necessidades da população — revelou-se inadequado. Feita, então, a opção pela compra de serviços no setor privado, ocasionando sua imediata expansão, ao mesmo tempo em que, ao promover essa expansão, a previdência social federal deixou de investir na construção de ambulatórios e hospitais de sua rede própria.

O principal problema de se fazer a expansão dos serviços por essa via — a do desenvolvimento do setor privado —, se-

gundo o estudo, é que se evidencia a tendência de privilegiar-se os atos médicos com instrumental sofisticado em detrimento de atos mais simples e de maior necessidade para a população.

em 1977, para cada internação feita pela previdência federal em hospitais próprios, o setor privado fazia 30, e para cada duas consultas do setor da previdência, a rede privada fazia uma. Quanto mais simples e mais barato o ato médico, menos é oferecido pelo setor privado, e quanto mais caro e mais sofisticado, o setor privado oferece e a previdência social federal o compra

Professores baianos param

Os professores da rede particular de ensino da Bahia decidiram ontem paralisar suas atividades, até que o sindicato patronal reconheça a legalidade de uma comissão de professores, escolhida para encaminhar as negociações diretas entre as partes. A greve foi declarada numa assembléia geral que terminou na madrugada de ontem. Somente em Salvador, onde a maioria dos colégios particulares não funcionou, cerca de 50 mil alunos ficaram sem aulas.

O movimento ontem recebeu apoio dos estudantes, que chegaram a participar dos piquetes formados nas portas dos colégios. Na parte da manhã, 18 dos maiores colégios da rede particular em Salvador já tinham parado.

greves estudantis

Belo Horizonte — Cerca de 2 mil 200 estudantes mineiros - 1 mil 400 da Universidade Federal de Ouro Preto e 800 da Escola de Engenharia de Alfenas entraram ontem em greve contra o aumento das anuidades, reajuste do preço das refeições, falta de professores e más condições de ensino.

Além de pedirem o afastamento do Reitor Teódulo Pereira, que é também diretor dos Diários e Emissoras Associados em Belo Horizonte, os alunos de Engenharia e Farmácia de Ouro Preto responsabilizaram a tentativa governamental de generalizar o ensino pago no país "pelos caos administrativos na Universidade".

GREVES

Em Alfenas, os estudantes de Engenharia Civil apresentaram 22 reivindicações à direção da escola, incluindo protesto contra o aumento de anuidade, falta de professores, dificuldades no fornecimento de documentos e transferências, e falta de equipamentos.

Greves estão sendo decididas pelos estudantes da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e das Universidades Federais de Juiz de Fora e Viçosa.

ALAGOAS

Estudantes e professores do curso de Arquitetura da Universidade de Alagoas continuam em greve, enquanto outros cursos ameaçam aderir ao movimento por melhores condições de ensino, iniciado na última semana. Os grevistas vão distribuir uma carta aberta à população na qual deverão entrar protestos contra o custo de vida.

COPPE E PUC

Com o curso de Planejamento Urbano e Regional em greve desde o início das aulas, os alunos da COPPE — Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia — da UFRJ divulgaram, ontem, nota de repúdio à escassez de bolsas de tudo, ao seu valor, considerado baixo, (Cr\$ 5 mil 800) e ao atraso no pagamento. J.B.-24-3-79

Paraíba:

Cerca de 800 estudantes do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, localizado na cidade de Areia, entraram em greve para reivindicar melhores condições de ensino e o afastamento do professor Amaro Calheiros, acusado de praticar atos arbitrários. Esta é a primeira paralisação que se verifica nos últimos 11 anos na universidade, onde o movimento tende a se ampliar, pois os alunos da instituição em João Pessoa também ameaçam iniciar greve, se não for reaberto o restaurante universitário. ESP-24-3-79

em Minas

Belo Horizonte — Cerca de 1 mil estudantes do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG entraram ontem em greve para protestar contra a prisão da estudante Maria de Fátima Oliveira e dos livreiros José Adão Pinto e Antônio Roberto Bertelli. As prisões não foram confirmadas pela Polícia Federal, que prometeu divulgar nota oficial caso os presos estejam sob sua responsabilidade.

Dois mil alunos do Instituto de Ciências Exatas e 1 mil da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG deverão parar hoje as aulas se os presos não forem soltos. O Deputado Dalton Canabralva, do MDB, fez a denúncia das prisões. Alterando o protocolo da sessão da Assembléia Legislativa, durante as solenidades de posse do Governador Francisco Pereira. J.B.-16-3-79

Taubaté

A Irmandade de Misericórdia de Taubaté, mantenedora da Faculdade de Medicina local — que se encontra em greve há 50 dias — assinou ontem um documento aceitando as exigências dos alunos e médicos residentes. Mesmo assim, eles não retornaram às aulas hoje de manhã, conforme o previsto, surpreendendo a Irmandade e o interventor do MEC, José Carlos Prates, que se encontra em São Paulo.

Ao contrário, alunos e médicos residentes devolveram o documento à Irmandade, acentuando que um dos seis itens não estava claro e exigindo maior definição. É que alunos e residentes fazem questão do retorno de todos os 108 professores da faculdade que haviam sido dispensados pela Irmandade. Esta, no entanto, só concordou com a recontração de 104

docentes, menos a dos dois ex-diretores Emílio Francischetti e Umberto Lippi, cuja apreciação está na Justiça. ESP-16-3

Minas

Durante mais de quatro horas os estudantes que tomaram na manhã de ontem os dois restaurantes da Universidade Federal de Juiz de Fora — em protesto contra o último aumento no preço das refeições — ficaram retidos dentro dos estabelecimentos pela Polícia Militar, que fez 20 prisões. À noite — após a retirada das tropas — os alunos voltaram a se concentrar, desta vez na sede do DCE, e resolveram iniciar uma greve geral a partir de hoje.

CASPER LIBERO

Os alunos da Faculdade de Comunicação Social "Casper Líbero", que estavam em greve desde quinta-feira passada — em protesto contra o aumento de 62,9% nas anuidades — voltaram às aulas ontem, mas decidiram boicotar o pagamento das mensalidades. À tarde houve uma reunião do diretor, Eugênio Malanga, com a delegada regional do MEC, Dalva Souto Mayor, que não tomou nenhuma atitude a favor dos alunos. ESP-24-3

Universidade invadida

O reitor da Universidade Federal de Viçosa (MG) Mario Del'Ceideice, requisitou um pelotão da Polícia Militar de Barbacena, que no último dia 27 invadiu o campus daquela Universidade. O reitor proibiu a continuidade da realização das assembleias e fechou o restaurante universitário. Imediatamente os estudantes de Viçosa entraram em greve, parализando todos os 18 cursos. C.T.-N.º 57

SÃO PAULO

Em assembleia realizada ontem pela manhã, os alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie decidiram entrar em greve até que a reitoria da escola assegure a matrícula dos candidatos classificados erroneamente no vestibular devido a um erro no processamento dos cartões de resposta. ESP-13-3-79

GOIÁS

CERCA de 300 estudantes fizeram ontem uma assembleia no campus da Universidade Federal de Goiás para discutir o anunciado aumento de preço das refeições no restaurante universitário. Como os estudantes da USP, eles são contra o aumento (atualmente, pagam Cr\$ 330,00 por mês). Querem ainda supervisionar junto com uma nutricionista a qualidade da comida. J.T.-16-3-79

Universidade ocupada

No momento em que se promete maiores liberdades democráticas, abertura do regime, o que percebemos é exatamente o oposto dos demagógicos juramentos. No Rio de Janeiro, a Universidade de Santa Úrsula foi mais uma das vítimas da repressão policial: teve o Centro Acadêmico de Psicologia invadido por forças policiais, que detiveram dois estudantes, pelo simples fato de estarem rodando no mimeógrafo da Universidade, uma nota que repudiava a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Os estudantes da Santa Úrsula responderam de imediato, convocando assembleia, mobilizando advogados, imprensa e deputados, e que garantiu que os detidos fossem liberados.

A Reitoria da Universidade expediu comunicado, solidarizando-se com os alunos presos e repudiando atos arbitrários do regime. C.T.-N.º 58

Projeto revoga o Decreto 477

O senador oposicionista Henrique Santillo apresentou ontem projeto de lei revogando os decretos-leis 228 e 477 para devolver aos estudantes a liberdade de organização, "sem os sérios cerceamentos que lhes desfiguram o poder de iniciativa".

Santillo argumenta que os dois decretos-leis referentes à proibição de organizações estudantis e a punições de estudantes "já estão profundamente desajustados à realidade dos movimentos estudantis e do alto espírito de maturidade político-social que apresentam". ESP-28-3-79

O ESTADO DE S. PAULO

GOVERNO NÃO ACEITARIA UNE

O governo não admite a reorganização da União Nacional dos Estudantes, porque isso significaria um estímulo à criação de outras entidades a nível nacional, o que não está nos planos do presidente Figueiredo. Essa posição foi revelada ontem pelo ministro da Educação, Eduardo Portela, logo após seu primeiro despacho com o presidente da República. O governo prefere, segundo o ministro, que a representação estudantil se faça a nível de universidade, com a criação ou o fortalecimento dos diretórios centrais.

Portela informou também que foi autorizado pelo presidente a fazer uma revisão da legislação que regula a organização estudantil. "Será feita uma comissão para rever o que se chamou a legislação punitiva, rever e adaptá-la a nova realidade institucional brasileira" — disse o ministro, observando que ontem teve a primeira conversa formal com o presidente sobre esse assunto.

"O famoso 477 será um dos contemplados com esse esforço de revisão. A revogação dos atos legais não é exatamente da minha área, mas o esforço de revisão de determinadas coordenadas, isto sim, nós podemos conduzir. Suponho que no interior dessa revisão o 477 realmente morre". O ministro informou também haver proposto ao presidente a reestruturação do Departamento de Assuntos Estudantis do MEC de forma que se possa atender a um conjunto de reivindicações justas dos estudantes que talvez não sejam atendidas por insuficiência dos próprios serviços do MEC. "As reivindicações dos estudantes são em geral justas, absolutamente justas, rigorosamente universitárias e convêm que sejam feitas, pois ativam a vida das universidades" — completou Portela.

Sobre a reunião da Comissão Pró-UNE, que se realiza em Brasília para preparar o congresso de estudantes em maio próximo, quando se pretende criar a UNE, o ministro disse que o governo não foi consultado e os estudantes não pediram licença para fazer essa reunião: "Eles não pediram licença para realizar a reunião, então o governo não teve porque dar ou negar licença" — disse, acrescentando que o governo tem por obrigação "não reconhecer organizações mas atender ao estudante. Tudo o que diz respeito ao estudante interessa ao governo".

20-3-79

O ESTADO DE S. PAULO

No País, os protestos

Estudantes de várias cidades do País organizaram manifestações de protesto contra a posse do general João Baptista Figueiredo na presidência da República. Mas, em Campinas, além de um protesto em silêncio organizado por universitários da PUC, houve uma manifestação em favor do general Figueiredo: 13 integrantes da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição fizeram, na tarde de ontem, por iniciativa própria, "uma hora de orações em favor do êxito, da segurança e da paz do governo Figueiredo".

Em São Paulo, no largo de São Francisco, integrantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, leram, às 11 horas, uma "carta aberta à população" protestando contra a posse do general Figueiredo e dos governadores de Estado, inclusive, Paulo Salim Maluf. Presenciada por aproximadamente mil pessoas, a manifestação durou pouco mais de meia hora e não teve interferência da polícia. Depois de definir a posse do general Figueiredo como

mais um "ato de arbítrio do regime militar que oprime o povo brasileiro há mais de 15 anos", a carta dos estudantes lembra que "as promessas de abertura e redemocratização não passam de uma farsa". Por fim, os estudantes pediram eleições livres e diretas em todos os níveis.

Os estudantes de Campinas também leram e distribuíram uma "carta aberta à população" condenando a posse do general Figueiredo. Na carta, os estudantes afirmaram que "não acreditam nas promessas de democracia que a ditadura está propondo". E acrescentaram: "Acreditamos que a democracia que interessa aos trabalhadores e ao povo não será dada, mas sim está sendo conquistada pelo próprio povo." E em Mogi das Cruzes, estudantes afixaram várias faixas em frente ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Psicologia. "O povo tem cheiro de povo", dizia uma das faixas. Como não puderam colocar as faixas em dependências da Universidade, os estudantes decidiram usar tarjas negras no braço esquerdo como for-

ma de protestar contra a posse de Figueiredo.

Estudantes de várias universidades fluminenses realizaram, no Rio, uma manifestação que acabou sendo reprimida por cerca de 200 soldados do Batalhão Especial de Choque da Polícia Militar. A concentração começou às 17 horas, em frente à Câmara dos Vereadores, na Cinelândia, transformando-se em passeata que percorreu as ruas transversais à avenida Rio Branco. Para dispersar os estudantes, a polícia usou um carro "brucutu". Houve apenas um incidente: o vereador Hélio Fernandes Filho foi agredido por um policial.

Em Belo Horizonte, um grupo de estudantes dos Institutos de Geociências e de Ciências Exatas da UFMG promoveu, no "campus" da Pampulha, o "enterro" do general Figueiredo. No entanto, a manifestação foi prejudicada por fortes chuvas. Já em Salvador, os estudantes, apoiados por integrantes do Movimento pela Anistia, do Comitê de Defesa da Amazônia e por parlamentares do MDB, conseguiram realizar a maior manifestação dos últimos anos, reunindo cerca de quatro mil pessoas em uma passeata que percorreu todo o centro da cidade. Durante a passeata, os manifestantes pararam em frente ao Palácio Rio Branco — onde, mais tarde, Antonio Carlos Magalhães tomou posse —, gritando frases contra o general Figueiredo e o novo governador da Bahia: Ironizando o carnaval preparado para a posse de Magalhães, os estudantes organizaram um bloco para desfilar em meio aos trios elétricos e afoxés. A frente do bloco, os estudantes levaram uma faixa preta onde se lia: "Bloco Carnavalesco Abaixo a Ditadura".

Em Alagoas, a Universidade Federal, para evitar possíveis manifestações, resolveu liberar os estudantes das aulas.

14-3-79

UNE

O deputado José Ribamar Machado, da Arena do Maranhão, pediu ontem na Câmara a reorganização da União Nacional dos Estudantes, por entender que "é chegada a hora de uma revisão ampla e irrestrita em tudo o que foi feito de errado, em nome da Revolução democrática de março de 1964".

Na opinião do deputado José Ribamar Machado, com a extinção da UNE, agravada com a edição do Decreto-Lei 477 e do Ato Institucional nº 5, "os estudantes brasileiros passaram à condição de verdadeiros marginais, atuando às escondidas, na clandestinidade, como verdadeiros proscritos".

11-4-79

EM TEMPO

N. 61

Pró-UNE

Cerca de 100 mil exemplares do jornal PRO-UNE já estão sendo distribuídos em todo o país, como uma das formas preparatórias do Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes, marcado para 29 e 30 de maio. Nada menos de 30 mil cartazes, com a consigna «A UNE SOMOS NÓS. A UNE É A NOSSA VOZ» serão distribuídos pelas universidades de Norte a Sul do Brasil. Em Salvador, a capital escolhida para o encontro, já estão se formando os «comitês de estudantes pró-UNE», dedicados, no momento, à preparação da Assembléia Geral do próximo dia 5 de maio, que contará com a presença de parlamentares oposicionistas autênticos e entidades comprometidas com as lutas populares na Bahia. Em São Paulo, a UEE está organizando um roteiro de viagens para o interior do Estado, promovendo debates e exibição de peças de teatro sobre a reconstrução da entidade nacional dos estudantes. Ainda em São Paulo, será realizada a última reunião preparatória da Comissão Pró-UNE, que é composta por DCE's de todo o país. A reunião será aberta, no TUCA (PUC), e contará com a participação de várias personalidades da oposição e a presença massiva dos estudantes. Além dos últimos preparativos para a realização do Congresso, a Comissão Pro-UNE aprovará um manifesto à nação, defendendo o direito de livre organização dos estudantes e pedindo o apoio da população para a realização do Congresso.

Até o momento não houve nenhuma declaração oficial, taxativa, proibindo a realização do Congresso de Reconstrução da UNE. O governador nomeado da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, declarou que está disposto a dialogar com os estudantes sobre o assunto.

Se se confirmar a previsão de alguns DCE's, o Congresso de Salvador deverá contar com a participação de pelo menos 1000 delegados, representando mais de um milhão de estudantes universitários brasileiros. Nesse sentido, será a maior congresso da história da UNE.

Na última reunião da comissão Pró-UNE, realizada no dia 14 deste mês, foi aprovado um manifesto pela anistia ampla, geral e irrestrita.

FOLHA DE S. PAULO

MANIFESTAÇÕES PELA ANISTIA

Diversos atos públicos e solenidades marcaram a passagem, ontem, do 34.º aniversário da decretação de uma anistia ampla por Getúlio Vargas. Em São Paulo, um debate realizado na Faculdade de Física da USP, com a presença dos professores Paulo Duarte, Perseu Abramo, Eder Sader e Vânia Sant'Anna, teve a participação de cerca de 300 professores da Universidade que estão em greve.

Vânia Sant'Anna, participando na condição de representante do Comitê Brasileiro pela Anistia, conclamou os professores em greve a entender que suas lutas particulares "não podem se isolar da questão básica hoje colocada — a questão democrática — e que nela a anistia ampla, geral e irrestrita se faz presente como garantia de vitória sobre as forças da ditadura em todas as suas manifestações".

Perseu Abramo, editor de Educação da "Folha", disse que todos devem ter consciência de que "mais cedo ou mais tarde, virá alguma repressão sobre o movimento dos professores e funcionários" e lembrou que "essa é a ligação entre a campanha pela anistia e o movimento dos professores".

"A luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita — disse ele — é a mesma e única luta daqueles que exigem maiores salários e liberdade para se organizar e se reunir."

O ESTADO DE S. PAULO

Petrônio:

A lei da anistia será abrangente e não nominativa, beneficiando, automaticamente, todos os políticos e pessoas cassadas por atos que não configurem crime, segundo anunciou, ontem, o ministro da Justiça, Petrônio Portella, ao fazer um pequeno esboço da parte legislativa do projeto, em estudos naquele Ministério. Haverá, segundo ele, casos duvidosos, nos quais caberá provocação do interessado para que a Justiça julgue se ele está ou não enquadrado nos termos da lei, além de processo judicial para aqueles que ainda estejam cumprindo penas.

O ministro negou que a anistia venha por escalas, conforme se anunciou em algumas áreas do Legislativo, e que o prazo de sua concessão já tenha sido fixado. "Tudo isso não passa de conjecturas erigidas em notícias apenas consideradas fundadas. A decisão final e a sua oportunidade, contudo, serão definidas pelo presidente Figueiredo". Petrônio em nenhum momento de sua conversa com os jornalistas falou em

Ainda em Brasília, a data foi comemorada na UnB, com um ato público promovido pelo Diretório Central dos Estudantes e Comitê Brasileiro pela Anistia, com a presença do jornalista Pompeu de Souza, presidente do CBA-DF, do advogado Luis Carlos Sigmaringa Seixas e do ex-banido Lúcio Flávio Regueira.

O manifesto preparado pelo CBA-DF, lido para os estudantes pelo advogado Sigmaringa Seixas — associa a data de 18 de abril à anistia de 1945 e afirma que "depois de 15 anos de arbítrio e violência ousa-se ainda falar numa anistia entre aspas, da qual ficariam excluídos os mortos, feridos, inválidos, torturados, exilados, e desaparecidos durante os 15 anos de violência e arbítrio."

No Rio, o Comitê Brasileiro pela Anistia comemorou a data com a divulgação de uma lista atualizada de 69 pessoas que teriam sido presas por órgãos de segurança e desapareceram, 17 exilados e banidos que morreram ou desapareceram no exterior, 186 mortos a partir de 1964 e 41 mortos ou desaparecidos na guerrilha do Araguaia. Além disso, em notas oficiais, o CBA defendeu a instalação da CPI dos Direitos Humanos e a concessão da anistia ampla, geral e irrestrita.

A Comissão Pró-UNE, de Belo Horizonte, divulgou comunicado em comemoração ao Dia Nacional da Anistia, afirmando que "a bandeira da anistia ampla,

geral e irrestrita" foi assumida pela maioria do povo e que ninguém deve deixar-se enganar "pela manobras da ditadura que, temerosa pelo avanço da mobilização, acena como uma anistia parcial".

Ao final, o comunicado, que lembra que "o próprio pai do general Figueiredo, participante do movimento armado de 1932 em São Paulo, em razão do qual teve de se exilar, foi dois anos depois anistiado", pede apoio à proposta de constituição de uma CPI para averiguar as violações aos direitos humanos. 19-4-79

JORNAL DO BRASIL

Anistia gaúcha pede por presos no exterior

Porto Alegre — A seção gaúcha do Comitê Brasileiro pela Anistia já coletou 1 mil 500 assinaturas no documento que será enviado ao Ministério das Relações Exteriores pedindo imediatas gestões junto aos Governos do Uruguai e da Argentina para libertar Flávia Schilling e Flávio Koutzki, brasileiros presos naqueles países por motivos políticos.

O CBA/RS, que realizou uma reunião geral de suas 31 entidades filiadas, ontem, na Assembléia Legislativa, informou que a partir de amanhã a campanha se estenderá a todos os Estados que mantêm comitês organizados. 22-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

segurança consultada

A capacidade de assimilação da anistia pela área militar e pela comunidade de informações deverá constituir, para o presidente da República e sua equipe política, um teste tão ou mais importante que a greve dos metalúrgicos em São Paulo, segundo opinião manifestada por observadores militares que em encontros informais têm analisado a questão.

Já não existe dúvida de que

não haverá qualquer setor da sociedade civil ou militar a se opor de maneira ostensiva às diretrizes presidenciais que se converterão em projeto a ser enviado proximamente à consideração do Congresso, mas teme-se que haja mal-estar nos setores diretamente ligados à repressão, em que pese o fato de o general Figueiredo e o ministro Walter Pires, do Exército, já haverem assegurado que eles são intocáveis. 12-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

Arena rejeita emendas

Por nove votos a sete, a Arena rejeitou ontem, em comissão Mista, a emenda do MDB concedendo anistia ampla e irrestrita aos que participaram dos acontecimentos depois de 1964. Também foi rejeitada a emenda, do senador Nelson Carneiro (MDB-RJ) que estabelecia para o Poder Legislativo a iniciativa da concessão de anistia. O deputado Inocêncio de Oliveira (Arena-PE) votou a favor da emenda do senador Carneiro.

O relator, deputado Ernani Sátiro (Arena-PB), destacou que aprovar as duas propostas seria "uma capitulação da Arena, porque o presidente da República seria excluído do processo de concessão da anistia" e que a emenda do MDB ainda fazia uma distinção porque só beneficiaria os que participaram dos acontecimentos políticos depois de 1964. Como relator fez questão de afirmar que o Governo prepara um projeto de anistia, o que torna as emendas do MDB inoportunas. 19-4-79

Na Catedral da Sé, uma nova missa: trabalhadores e donas-de-casa fazem uma reflexão sobre o nosso povo indígena — humilhado, explorado e destruído.

Completa de operários, donas-de-casa, estudantes e trabalhadoras, a Catedral da Sé formou-se num templo de vida e a morte do nosso indígena. A Missa da Terra sem Males, escrita pelo bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, com a colaboração do terra dos bandeirantes caçadores de índios, sem exploradores

II — MEMÓRIA PENITENCIAL

Todos (canto) — Herdeiros de um Império de extermínio, filhos da secular dominação, queremos reparar nosso pecado, viemos celebrar a nova opção: Ressurreição na Ceia da Morte e da Vida, a antiga memória perdida; - a morte dos Povos do passado, na festa do Povo esperado — A História da América inteira, nesta Memória de Libertação; — na Páscoa do Ressuscitado, a Páscoa da América ainda sem ressurreição... Solo (R) — Eu era a Paz comigo e com a Terra. — E nós te violamos ao fio das espadas, no fogo do arcabuz queimamos teu sossego. Solo (R) — Eu vivia na pura nudez, brincando, plantando, amando, gerando, nascendo, crescendo, na pura nudez da Vida... Todos — E nós te revestimos com roupas de malícia. Violamos tuas filhas... Te demos por Moral a nossa hipocrisia. Todos — Quando nós te terramos, com um batismo imposto,

marca de humano gado, blasfêmia do Batismo, violação da Graça e negação do Cristo. Solo (R) — Eu era um Povo de milhões de milhões e milhões de gente Humana. milhões de imagens vivas do Deus Vivo. Todos — E nós te dizimamos portadores da Morte, missionários do Nada. Todos — E nós te depredamos desnudando as florestas, calcinando teus campos, semeando veneno nos rios e no ar. E cercamos de arame a Terra generosa, separando, por cercas, os homens contra os homens: para engordar o gado da fome nacional, para plantar a soja da exportação escrava. Solo (C) — Eu era a Terra livre, eu era a Água limpa, eu era o Vento puro, fecundos de abundância repletos de antigas. Todos — E nós te dividimos em regras e em fronteiras.

A golpes de ganância retalhamos a Terra. Invadimos as roças, invadimos as tabas invadimos o Homem. Solo (R) — Eu fazia um caminho a cada vez que passava. Era a Terra o caminho. O caminho era o Homem. Todos — Nós abrimos estradas, estradas de mentira, estradas de miséria, estradas sem saída E fizemos do Lucro o caminho fechado para o povo da Terra. Todos — E nós te embriagamos de cachaça e desprezo. Fizemos-te objeto do Turismo imprudente. tornamos os teus Povos uma placa de rua, e o teu Saber antigo, Tutela de menores. Pusemos as algemas dos nossos Estatutos na tua Liberdade. Jogamos tua Língua nas covas do silêncio, e os teus Sobreviventes

à beira das estradas, à beira dos viventes... mão-de-obra barata nas fazendas e minas nos bordéis e nas fábricas; mendigos dos subúrbios das cidades sem alma; restos do Continente da grande lacta-Mama... IV. OFERTÓRIO Todos (Recitado) Erguemos em nossas mãos, a memória dos séculos, reunimos na carne do pão a história do Tempo de Libertação. Todos (Recitado) Erguemos em nossas mãos a memória dos séculos, recolhemos no sangue do vinho a história e um tempo de escravidão. Em nossas mãos vos entregamos a cinza das aldeias saqueadas o sangue das cidades destruídas, a vencida legião dos oprimidos. Em nossas mãos vos entregamos as veias abertas de América, a pedra caída dos templos, o pranto da memória índia.

Xavantes: mudança de pessoal na Funai

O ministro do Interior, Mário Andreazza, ouviu ontem dos 30 caciques xavantes que estão em Brasília um longo relato sobre as situações mais graves que ocorrem em áreas indígenas e o mesmo pedido feito ao ex-ministro Rangel Reis, para o afastamento de diversos funcionários da Funai que, segundo os índios, "foram comprados por fazendeiros e políticos".

O novo ministro esteve com os índios durante mais de uma hora, mas não fez qualquer promessa de demitir os funcionários apontados pelos índios, alegando não conhecer ainda a estrutura da Funai.

Os próprios índios é que contaram o que disseram a Andreazza: "Dentro da Funai tem muita gente que está corrompida, estragada mesmo, como coisa que precisa jogar fora — afirmaram os índios. Este pessoal está comprado pelos fazendeiros. Nós não estamos comprados, como afirmou o general Ismarth — fazendo referência ao presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, que poderá continuar no órgão como superintendente. E se o general continuar falando assim, ele não pode continuar na Funai. É uma vergonha falar assim

e qualquer pessoa que escuta vai ficar com raiva, mesmo quem está fora do Brasil, porque sabe que não é verdade. Nós não somos crianças temos a cabeça para pensar, olhos para ver e orelha para escutar".

Os índios afirmaram que todo funcionário do governo que não trabalha para o povo deve ser mandado embora e por isso todo funcionário da Funai que não trabalhar pelo índio deveria ser demitido. "Não é para roubar do índio, roubar terra, madeira, castanha e outras coisas mais que existem funcionários na Funai. No entanto, sabemos que o general Bandeira de Mello — ex-presidente da Funai —, e outros, como o coronel Perfecto, que torturou índios, já fizeram muita coisa contra nosso povo."

Os índios compararam alguns funcionários da Funai a gambás: "Eles estão estragados. Muitos deles cheiram assim como gambá e o presidente da República não gosta de cheiro de gambá. Depois que o senhor limpar bem a Funai, então precisa começar a resolver o problema de terra não só dos índios xavantes, mas do índio do Brasil inteiro", disseram a Andreazza.

Depois, eles citaram os pro-

blemas específicos enfrentados por diversas comunidades: "A gente escuta que tem índio sem terra em Roraima e no Amapá tem fazenda do Exército dentro da terra dos índios. No Pará, a terra do índio vai ficar debaixo da água. E então onde é que nós vamos morar? No Amazonas e no Acre, a situação também é assim, e no Mato Grosso é uma vergonha o que fizeram com os índios nhambiquaras. No Acre, o general Bandeira de Mello roubou a terra dos índios. Até o filho do ministro Costa Cavalcanti tem terra na região ocupada pelos nhambiquaras. Tem fazendeiro que comprou certidão negativa da Funai só para ficar com a terra do índio. Vergonha mesmo. No Mato Grosso, a Funai arrenda a terra dos índios cadiuê. Terra de catingue também vai ficar debaixo d'água. Tudo isso a gente escutou na reunião dos chefes da aldeia xavante de São Marcos. Acho que a gente não sabe ainda tudo sobre o problema do índio do Brasil, mas, ministro, nós vamos procurar saber mais e queremos que o senhor informe a gente, para sabermos dos nossos patrícios, que estão sofrendo injustiças".

Os caciques levantaram, também, a situação dos vaimiri-

atroari, de Roraima, que ainda permanecem arredios, e mata-ram, vários sertanistas da Funai. "O que está acontecendo com os vaimiri-atroari? — perguntaram. Será que já morreu tudo? Será que foi só fazendeiro que matou eles? Não tem soldado matando também?" Os índios pediram, ainda, para os brancos: "Não estraguem mais a terra do índio. Não levem doença para aldeias e respeitem as mulheres índias".

E terminaram acusando Andreazza: "Parece que o senhor e o general Bandeira de Mello mandaram abrir a estrada que cortou o Parque do Xingu. Por que isso? Será que vão fazer outra vez assim? A gente fica assustado quando escuta que o novo presidente da Funai vem do DNER que é a repartição que abre estrada. Nós vamos ver. Esperar um mês até ver como vão ficar as coisas. Depois, a gente voltará para agradecer o senhor ou então falar duro, não sabemos ainda".

O ministro Mario Andreazza não permitiu o acesso dos repórteres à reunião, sem maiores explicações de sua assessoria.

MISSIONÁRIO CRITICA FUNAI

O ESTADO DE S. PAULO

O ex-secretário do Cimi — Conselho Indigenista Missionário, padre Antonio Iasi, criticou ontem, em Goiânia, a entrevista do presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, publicada domingo em O Estado, dizendo que ele está simplificando demais os fatos. "Não acredito que a simples demarcação das terras indígenas acabe com as tensões existentes em certas áreas. Às vezes, ela até faz aumentar a tensão como foi o caso da reserva de Meruri, onde o fazendeiro João Mineiro comandou o assassinato de um missionário e um índio bororó."

Recordando seu recente encontro com o presidente da Funai, quando este lhe pediu colaboração, inclusive com críticas construtivas, Iasi disse que se dispunha a dá-la, começando já. "No caso das demarcações, para controlar todas as tensões, é preciso muito mais do que a disposição de demarcar. Não se pode esquecer, por exemplo, os invasores que vão ser atingidos. É preciso dar a maior divulgação possível aos projetos e aos trabalhos de demarcação — não apenas por editais no Diário Oficial, que ninguém lê — para

que nenhum invasor seja pego de surpresa e reaja com violência."

Sobre a indenização das benfeitorias, que Ademar Ribeiro da Silva disse na entrevista que seria estudada, o missionário acha que no caso dos grandes fazendeiros, cujas benfeitorias são muitas, ela não deveria ser dada. "Quanto maiores as benfeitorias, maior foi a exploração feita na terra do índio e, nesse caso, elas é que deveriam ser dadas como indenização aos índios."

Também a declaração do presidente da Funai de que pretendia demarcar as "terras sem garantias" foi criticada pelo ex-secretário do Cimi, para quem isso não existe. "As terras indígenas são garantidas pelo artigo 198 da Constituição e pelo artigo 25 do Estatuto do Índio, que diz: 'o reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas (...) independência de sua demarcação'". "Ora — disse Iasi —, a garantia não está na demarcação como pretendeu afirmar o general Ismarth, ex-presidente da Funai, em recente discussão,

LUTAMOS NÃO COMO SELVAGENS, MAS PELO QUE É NOSSO

QUANDO, ENFIM, VAMOS SER TRATADOS COMO GENTE?

CIMI regional norte II



transmitida pela TV, como o cacique Mário Juruna."

Iasi afirmou, ainda, que quem diz que para ser do índio a terra indígena precisa da demarcação no papel, parte do princípio de que a Constituição e o Estatuto do Índio nada valem.

***O bispo de Goiás Velho, dom Tomaz Balduino, declarou em entrevista à Televisão Borborama, de Campina Grande, que a Funai é o órgão mais infeliz e mais desmoralizado do atual governo. Para ele, dada as suas vinculações com o Ministério do Interior — "cujo objetivo é a implantação de grandes empresas agropecuárias" — a Fu-

nai não pode defender a política do índio. "Ela está onde não devia estar. Onde está, tem que ceder aos objetivos maiores do Ministério", disse dom Tomaz.

Ainda na entrevista, dom Tomaz Balduino afirmou que os brasileiros estão alarmados com o avanço das multinacionais na Amazônia. "Além de usufruir toda a riqueza da Amazônia, essas empresas dispõem de todo apoio oficial, inclusive incentivos fiscais, multiplicando suas possibilidades de lucro em prejuízo até mesmo das médias empresas nacionais. A Amazônia praticamente vai-se tornando terra de estrangeiro."

10-4-79

LUTAS PELA TERRA ...

O «progresso» na Bahia

Barra, município do norte da Bahia, começa a sentir os efeitos do «progresso». Quem o trouxe, foi a rodovia Brasília-Salvador que, cortando suas terras, mostrou-as aos olhos ávidos de empresá-

rios que contam com os incentivos fiscais do governo. Com isso, os antigos posseiros encontram-se às voltas com grileiros que, com títulos de propriedade, estão expulsando-os da região, com a

ajuda da polícia.

As mortes são frequentes e o medo já se alastrou. As roças são queimadas, os moradores forçados a abandonar suas terras. Quando há reação, a polícia é requisita-

da e o posseiro levado à justiça.

Esta história de Barra é a mesma de outros lugares onde há posseiros (e índios)..

Pedida a reforma agrária em Itaipu

O ESTADO DE S. PAULO

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura distribuiu ontem, em Curitiba, um documento reivindicando a implantação de programas de reforma agrária em latifúndios por exploração e extensão, existentes no Paraná, a fim de promover o assentamento dos proprietários, parceiros arrendatários e assalariados atingidos pela desapropriação feita pela Itaipu Binacional para formação do lago da barragem.

O documento anuncia ainda a criação de uma comissão técnica de avaliação, integrada por membros da Comissão Pastoral da Terra e Comissão Justiça e Paz, que se encarregará da mediação entre a Itaipu Binacional e os agricultores atingidos.

As terras da região oeste, lembra o documento, são as mais férteis do Paraná e de acordo com o mercado imobiliá-

rio, o preço atual da terra nua está em torno de 120 a 150 mil cruzeiros o alqueire. "Reivindicamos — diz a nota — que seja estabelecido um preço-base desapropriatório de 100 mil cruzeiros para qualquer área da região, tomando-se como base o

O TERRIVEL DRAMA DOS EXPULSOS PELAS AGUAS - AS

HIDRELÉTRICAS

mês de janeiro de 79 e com reajustamento mensal, de acordo com as Obrigações Reajustáveis do Tesouro nacional".

O documento denuncia ainda que a Binacional Itaipu está pagando apenas 50% do valor

da terra nua aos proprietários que ainda não possuem o respectivo título e que há na região cerca de 1800 propriedades ocupadas por posseiros, sendo que a área já foi declarada prioritária para fins de reforma agrária.

22-2-79

Já são vários os lugares em que estamos vendo a expulsão de trabalhadores de suas terras, devido à construção de hidrelétricas, que beneficiam apenas um pequeno grupo de privilegiados, enquanto centenas e milhares e pessoas são jogadas na miséria.

Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, Itaparica e outros, são nomes que significam pobreza, fome, desespero, indefinição para muita gente.

Será que o governo, que deveria estar a serviço do povo, não poderia encontrar soluções que não fossem cruéis e desumanas como estão sendo as hidrelétricas?

Os trabalhadores estão se organizando, se unindo, e dia virá em que conseguirão a vitória nesta luta pela sua libertação.

CPT - n.º 19

A briga dos posseiros da Paraíba EM TEMPO 58 POLÍCIA QUEIMA

Os agricultores do Coqueirinho e Cachorrinho, no município de Pedras de Fogo, na Paraíba, estão sendo violentamente expulsos de suas terras. No dia 15 de fevereiro de 1979, 40 policiais armados de fuzis e metralhadoras, acompanhados do oficial de justiça da comarca, invadiram o sítio da agricultora Dionila Otávia da Silva, viúva de 68 anos de idade. Os policiais expulsaram todos

que estavam ali, destruíram a lavoura e a casa.

Esse foi o primeiro de uma série de despejos que estão sendo promovidos pela Usina Central Olho D'Água, de Pernambuco, contra 300 agricultores que residem naquelas terras há mais de 50 anos. As ameaças aos agricultores começaram em 1976, quando a usina adquiriu a propriedade. Desde essa época são constantes as ameaças de destruição das lavouras. Além

disso, com a colaboração de militares, vários agricultores foram presos no quartel de João Pessoa.

Os agricultores estão resistindo. Procuram seus órgãos de classe — sindicatos e a Federação — tentando sensibilizar as autoridades administrativas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), para que este cumpra o Estatuto da Terra, «que a terra será desapropriada por interesse social».

CASA DE DIRIGENTE SINDICAL Bahia

Armados de revólveres e rifles e protegidos por nove jagunços, o delegado Edgard Cavalcanti Medrado, corregedor da Polícia Civil da Bahia, seu irmão Valdir e o advogado Washington Rocha destruíram domingo as cercas, e queimaram a casa do trabalhador rural Andreilino Souza Sena, posseiro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iacu, cidade a 271 quilômetros de Salvador, prometendo depois matá-lo. A denúncia foi feita ontem em Salvador, pelo próprio Andreilino Souza Sena e por mais 15 posseiros, que também se dizem ameaçados pelo delegado Edgard Medrado. Todos compareceram à Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia para solicitar providências. 13-3-79

Cachorrinho e Coqueirinho 16/2/79

CARTA ABERTA AS AUTORIDADES (trechos)

Somos 50 famílias residentes em Coqueirinho e Cachorrinho, ao todos mais de trezentas pessoas que vem apelando a três anos mostrando a nossa triste situação, de ficar sem agasalho pelo meio das estradas. Nós agricultores vem por meio desta relembrar as vossas excelências o que foi dito na carta anterior que a Senhora Dionila Otávia da Silva ia ser despejada e agora cumpriu-se. A agricultora já está despejada. Ontem dia 15 nos estávamos limpando a lavoura da la quando chegou de surpresa todos armados de fuzil e metralhadora e mais os trabalhadores da usina Olho d'agua com máquinas e oito tratores e vários carros de cana. Dando dez minutos para desocupar o terreno, então nós saímos porque sabia que era para obedecer a orde do Juiz e todo mundo foi para debaixo do cajueiro onde botaram os troços da despejada fora das duas hectares que pertencia a ela. A polícia não queria que ficasse ninguém perto dos troços da velha despejada. Mandou todo mundo ir embora pra casa. Mesmo assim juntou mais de duzentas pessoas e ficou perto da velha. Desta hora por diante começaram devarar vinte quadras de feijão, duas quadras de mandioca plantada, derrubaram as fruteiras que servia desde muito tempo a velha, derrubaram a casa e plantaram todo terreno de cana. No nosso conhecimento o que a velha tem como indenização é 600 cruzeiros. A velha despejada com 58 anos de idade continua desabrigada / com os troços na beira da rodage, vive chorando não tem pra onde ir e sem recuso. Um filho que ela tem que podia ajudar dando uma dormida está com um prazo de dez dia para ser despejado também junto com a esposa e seis crianças pequenas. O pior é que seu sítio está coberto de lavoura com mais ou menos cem sacos de batatas, varias quadras de feijão florando, abacaxi plantado, mandioca, fruteiras, manga, laranja, jaca, café, goiaba, maracujá etc, com mais uma área de pastage onde cria uma vaca para o leite das crianças. Esta família vive desta lavoura e desta terra.

Nesta situação se encontra as 50 famílias ao todo mais de trezentas pessoas. Ninguém tem para onde ir.

Até hoje trabalharam todos e dava pra viver e fornecia ao povo da cidade. Agora pode se dizer que estamos desabrigados. Isto para nós brasileiros é um tipo de justiça? Será que isto é tranquilidade pra nos agricultores paraibanos?

Já faz tempo que o pessoal do Incra na Paraíba falou à nós que o nosso processo de desapropriação já foi encaminhado. Nestes dias o presidente da federação dos trabalhadores rurais da Paraíba telefonou para o Incra em Brasília, por intermédio da Contag pra saber como ia o processo de cachorrinho e coqueirinho. O Incra de Brasília diz que lá não existe este processo. Nós agricultores não podemos ficar nesta situação de desespero. Exigimos que as vossas excelências deem a vossa necessaria ajuda para a solução do nosso grandioso problema. Se não aparecer uma solução para nós agricultores não sabemos o que vai acontecer com tanto absurdo e as injustiças. Nem todos suporta ver os tratores arrancar os alimentos dos nossos filhos por que uma só usina tira o socego e a paz de tantas famílias e ainda acha apoio para fazer tudo isto?

Os Agricultores

O ESTADO DE S. PAULO

LUTA PELA TERRA NO CRATO

No Sítio Belo Horizonte, situado a meia légua do Crato, 80 famílias trabalhavam para o proprietário de terra, Coronel Nelson, plantando cana de meia, com o pagamento do corte e do engenho por conta deles, sendo que em 20 cargas de rapadura, só têm direito a 8.

Habitando e trabalhando no local há dezenas de anos, estas famílias, em novembro último, foram intimadas pelo proprietário a deixarem a terra com o prazo de 60 dias. Como indenização, o Coronel Nelson prometia-lhes um pequeno lote de terreno e mil cruzeiros para cada família.

Os moradores não aceitaram as promessas e resolveram lutar para permanecer na terra. Fundaram uma união dos moradores dos Sítios Belo Horizonte e Parque Grangeiro e enviaram um abaixo-assinado ao Presidente da República, reclamando seus direitos. Agora, esperam a resposta ao abaixo-assinado.

FOLHA DE S. PAULO

Posseiros resistem

Os posseiros de Trindade, Estado do Rio, mostravam-se dispostos, ontem, a resistir à execução de vinte ordens de despejo contra vinte famílias do local, expedidas pelo juiz de Parati. Elas ocupam uma gleba, alguns há mais de vinte anos, que é reivindicada por uma companhia imobiliária. Uma das ordens de despejo atinge uma família que tem uma liminar dada pelo mesmo juiz, para lhe garantir a permanência na área.

Um advogado do escritório de Sobral Pinto, que defende os interesses dos posseiros, estava casualmente em Parati e, quando soube das ordens, regressou urgentemente ao Rio para tentar sustar judicialmente a execução do despejo e, com isso, evitar cenas de violência. 19-4-79

mutirão - jan. 79



A TERRA PERTENCE A QUEM NELA TRABALHA
**TUDO APOIO AOS
AGRICULTORES DE
COQUEIRINHO E
CACHORRINHO (PEDRAS
DE FOGO/PB)**

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DIRETORIO CENTRAL DOS ESTL. ANTES - UFPB
MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - J. PESSOA
SETOR JOVEM DO M. D. B. - C. GRANDE - J. PESSOA
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFPB - J. PESSOA - C. GRANDE
COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA - C. GRANDE
COMISSÃO PRO-FORMAÇÃO DO COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA - J. PESSOA
CENTRO DE JUSTIÇA E FRATERNIDADE DE ITABAIANA

O CONGRESSO DOS TRABALHADORES RURAIS -- como vai ?

CB registra:

No Boletim da CONTAG de novembro e dezembro de 1978, nós encontramos um resumo dos assuntos mais discutidos nas reuniões de preparação ao Congresso.

Maior de 1979 já está perto e o Congresso está quase começando. Será que tudo está preparado? Será que o pessoal das bases já garantiu que as suas precisões e a sua idéia estejam presentes nos dias do Congresso em Brasília?

... Ainda temos algum tempo. O jeito é reunir-se e obrigar o Sindicato do seu município a levantar e debater os problemas e precisões dos companheiros. E fazer isso tudo chegar até a CONTAG, em Brasília. Isso porque muitas Federações não estão ligadas com as bases e nunca fizeram nada para promover a classe. O jeito, nesse caso, é fazer chegar a voz da gente diretamente. E começar a organizar-se para mudar a diretoria e a orientação da Federação do seu Estado.

Para que o pessoal possa ver se são esses mesmo os pontos que mais interessam a todos os trabalhadores rurais, apresentamos aqui os que foram mais discutidos nas quatro reuniões preparatórias, cada uma delas reunindo representantes de vários Estados:

1 - LIBERDADE SINDICAL - o movimento sindical quer lutar pela liberdade do Sindicato do mando do Ministério do Trabalho, como está no Título V da CLT. O movimento quer um sindicato livre: não adianta mudar a lei sindical sem mudar as leis que amarram toda a sociedade.

Também não adianta mudar as leis que amarram a sociedade sem mudar a lei que amarra os sindicatos.

2 - REFORMA AGRÁRIA - o latifúndio está crescendo e os trabalhadores tem menos terra em suas mãos. É preciso que o movimento trabalhe, com apoio consciente das bases, pra forçar as autoridades a ampliar a lei e fazer uma reforma agrária completa e profunda. A terra precisa ser de quem trabalha nela.

3 - POLÍTICA AGRÁRIA - é preciso conseguir preços melhores, mais ajuda pra plantar, técnica ajustada aos pequenos... Afinal, fazer que os pequenos produtores sejam a base da política pro campo, e não as grandes empresas e os latifundiários.

4 - PREVIDÊNCIA - precisa melhorar a assistência ao trabalhador. Por que os trabalhadores rurais têm menos "direitos" do que os trabalhadores da cidade? A luta tem de ser na direção de alcançar pelo menos os mesmos direitos, também na aposentadoria...

5 - POLÍTICA TRABALHISTA - conquistar melhores salários para os assalariados; partir para dissídios coletivos; que os salários sejam iguais em todos os Estados; que os salários sejam acertados entre empregados e empregadores, e não marcados pelo governo; que a greve seja um instrumento livre nas mãos dos trabalhadores pra conseguir seus direitos.

6 - EDUCAÇÃO SINDICAL - conseguir a participação de todos os trabalhadores na luta do movimento sindical em defesa dos interesses da classe. Pra isso é importante um verdadeiro trabalho educacional. Não só para informar, mas seguir um caminho continuado na direção de um debate dos problemas do pessoal e na promoção de atitudes e ações para conquistar o que a classe necessita.

No final, encontramos isso:

"Há muito tempo que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais se preocupa com a conscientização dos trabalhadores, e todo um esforço tem sido feito nesse sentido. Mas, no entender dos dirigentes sindicais que participaram dos Encontros Regionais, é muito importante que se intensifique e aprimore o trabalho no momento atual em que o modelo sindical e o modelo político estão sendo questionados.

Já dentro desse espírito, é que foi feita nos Encontros a recomendação de que as propostas e sugestões aprovadas, a níveis regionais, sejam intensamente discutidas nas bases, antes do próximo Congresso".

1. Mais um sindicato de Trabalhadores Rurais é formado, após meses de trabalho, em Gloria de Dourados-Mato Grosso do Sul (CPT nº19)
2. Saiu a primeira cartilha da FASE (Federação de Organizações para Assistência Social e Educacional) - no PARA: "Noções de Legislação Trabalhista Rural" (CLT e Lei 5889-8/6/73 - específica para o trabalhador do campo)

3. "Terra para quem nela trabalha e deseja trabalhar nela e condições técnicas para tanto" - foi a 4ª reivindicação acrescentada às outras 3 do Movimento do Custo de Vida: congelamento dos preços dos gêneros de 1ª necessidade, abono salarial imediato a todas as categorias de trabalhadores e aumento de salário acima do custo de vida. (1º Encontro Nacional dos repres. do povo contra a carestia - Em Tempo nº46)

- - -

O ESTADO DE S. PAULO

DELFIN CRITICA...

JORGE ROSA
Da sucursal de Brasília

O ministro da Agricultura, Delfim Netto, disse ontem aos participantes do I Congresso Brasileiro de Revendedores de Veículos Automotores que o presidente Figueiredo decidiu "retornar, de certa forma, ao passado", quando colocou a agricultura como principal prioridade do seu governo. Na sua opinião, depois de cinco anos marcados pela crise mundial de energia, ficaram alguns desequilíbrios fundamentais que precisam ser superados, pois "a política de substituição de importações provocou uma aceleração da taxa de inflação e déficits não corrigidos no balanço de pagamento. Em consequência, os preços dos alimentos sofreram aumentos frequentes e, do ponto de vista social, este é um processo absolutamente injusto e inaceitável. O nosso esforço, agora, é convencer o agricultor a ter a confiança de que a política do governo não sofrerá avanços repentinos nem recuos de surpresa".

Delfim Netto criticou a falta de continuidade da política econômica do governo, embora sem fazer referência direta ao governo passado. Disse apenas que a política de avanços e recuos trouxe muito sofrimento ao produtor, porque cada processo de ajustamento significava uma aceleração ou uma freada brusca, de forma que o sistema econômico teve tensões permanentes e muito fortes, afirmou ainda que não pretende fixar programas quantitativos "porque, normalmente, estão inexoravelmente destinados a não serem cumpridos", numa menção indireta ao II PND.

POLÍTICA FRACASSADA

O pronunciamento foi considerado por observadores como o mais importante discurso feito por Delfim Netto após sua posse no Ministério da Agricultura, não só porque explicou em detalhes os motivos que levaram o presidente Figueiredo a dar prioridade absoluta à agricultura, como também porque fez uma análise crítica da política econômica seguida desde 1974, para enfrentar a crise energética.

Delfim lembrou que, "com a crise do petróleo, houve um verdadeiro terremoto na economia do mundo ocidental e ficou claro que o processo de ajustamento era muito mais difícil numa economia como a brasileira do que nos países mais desenvolvidos". Como exemplo citou a política adotada pelo Japão.

"No caso japonês — enfatizou — o processo de desequilíbrio econômico foi atacado instantaneamente. O governo local não criou um processo de substituição das importações e a inflação subiu para 30% em menos de 18 meses depois de instaurada a crise, mas depois de 30 meses da crise, os níveis de inflação caíram para 5 a 6% ao ano e hoje estão em pouco mais de 3%".

"Por que no Brasil foi diferente? — perguntou. Por que o processo de ajustamento não surtiu o mesmo efeito? Eu suspeito que as exportações brasileiras não cresceram com a mesma rapidez, embora seja certo que conseguimos um verdadeiro milagre, mas não é menos certo que as exportações caminharam menos do que seria desejável para se conseguir esse processo de ajustamento".

"Como as exportações cresciam com menos rapidez, nós embarcamos num processo de substituição de importações que num prazo mais longo pode produzir resultados interessantes, mas que no curto prazo produz resultados extremamente difíceis, que podem ser resumidos em dois fatos: pressionar o nível de preços, ou seja, criar tensões inflacionárias e, por outro lado, a curto prazo, continuar pressionando o desequilíbrio do balanço de pagamentos".

Delfim Netto ponderou, porém, que "o governo brasileiro optou por uma política de menor custo social. Preferiu manter o nível de emprego, ainda que isso tenha custado um pouco mais em termos de inflação e de desequilíbrio do balanço de pagamentos. Foi uma escolha política, consciente e aparentemente razoável".

O ministro afirmou que, depois de cinco anos de ajustamento, "entramos em 1979 com uma crise de abastecimento interno que ameaça se tornar crônica. Um país, como o Brasil, que há trinta anos, praticamente, não importava alimentos, volta a se tornar importador líquido de alimentos. Isto significa que a oferta de alimentos está crescendo de forma insuficiente para atender a demanda. Isto significa tensões crescentes de custos e de inflação."

"Foi constatando essa situação — disse — que o governo decidiu alterar um pouco a direção do vetor principal de sua atuação". Explicou que o governo agora quer a ampliação da oferta de alimentos, "o que não deve, entretanto, pre-

judicar a produção de produtos exportáveis".

Segundo Delfim, a política formulada pelo presidente Figueiredo é bastante simples, pois "o que se busca é estimular o agricultor a retomar seus riscos. O setor privado só trabalha quando tem confiança, pois só é capaz de atingir o máximo de sua eficiência quando não é sujeito a tensões frequentes de avanços e recuos ("stop and go"). É preciso dar tranquilidades mínimas".

"Vamos formular uma política razoável e coerente — assegurou. Uma política com a qual o setor privado poderá contar durante alguns anos. Uma política de estímulo que representará o máximo que o governo poderá dar, mas que terá a garantia de que não será alterada no decorrer dos próximos anos".

GARANTIA

Entre os planos de governo, Delfim Netto revelou que "a idéia é estabelecer uma política de preços mínimos que seja razoável, que remunere de forma adequada e que se mantenha durante alguns anos. A idéia, realmente, é estabelecer uma política de preços mínimos plurianual, que dê ao agricultor a perspectiva de que pode comprar uma máquina, de que pode adubar, porque nos próximos três, quatro ou cinco anos o seu nível de renda estará garantido". Ele mesmo ponderou que "isso pode parecer uma aventura, mas é evidente que comparamos os excedentes de safra por um preço mínimo razoável". 28-3-79

Delfim promete ... resolver os 3 problemas do País

O ESTADO DE S. PAULO

"Só a agricultura pode resolver, com eficiência e rapidez, os 3 grandes problemas da economia brasileira: inflação (produzindo mais alimentos necessários ao mercado interno); balança de pagamentos (ampliando o volume de produtos exportáveis e produzindo novos gêneros de exportação); energia (produzindo metanol e álcool, através da madeira, do milho, da cana e da mandioca, e economizando derivados de suas áreas de plantio para as culturas dos principais gêneros alimentícios, acabando com as atuais necessidades de importação de milho, arroz, feijão etc.

A declaração foi feita, sob aplausos, pelo ministro Delfim Netto aos produtores reunidos na Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, ontem, durante cerimônia de posse das diretorias das 13 comissões técnicas que compõem a entidade.

Dizendo que o maior problema do setor é a falta de preços remuneradores, Delfim prometeu que o "governo vai financiar tudo o que for plantado e comprará tudo o que for colhido". Para isso, disse não haver limites de aprovação pelo presidente Figueiredo, no Conselho Monetário Nacional para a conta de custeio agrícola. O sistema de compra da Comissão de Financiamento da Produção está sendo aperfeiçoado para que os novos preços mínimos (que se rão examinados em maio próximo) sejam "capazes de garantir os custos e deixar resíduos para reinvestimentos".

O ministro confirmou que, para aumentar a produção de alimentos, os produtores serão convocados a reservarem parte de suas áreas de plantio para as culturas dos principais gêneros alimentícios, acabando com as atuais necessidades de importação de milho, arroz, feijão etc.

Prometeu o fim do tabelamento sobre diversos produtos agrícolas, "assim que houver excedente da oferta, possivelmente em 1980".

Como outras medidas de apoio à agropecuária, Delfim repetiu que o projeto de lei retirando o aval do produtor nas Notas Promissórias Rurais já está pronto e, depois de aprovado pelo presidente Figueiredo, será levado ao Congresso Nacional. Disse que a CFP está qualificando grandes empresas transportadoras para a compra das próximas safras agrícolas e pediu, para isso, a fiscalização das prefeituras municipais e das entidades de classe do Interior. Garantiu que o Proagro será dinamizado e aperfeiçoado, como "primeiro passo para se criar

um seguro mais amplo"; disse que o cooperativismo será fortalecido assim como a melhoria técnica das fazendas.

Na área de comercialização, disse estar sendo organizado pelos ministérios da Agricultura e das Comunicações, um programa de informação agrícola, utilizando as linhas de telégrafo para "quebrar o monopólio da informação das cotações nas bolsas das grandes cidades". Serão criados terminais informativos em cada município, que serão instalados em cooperativas ou nas associações de produtores rurais. Nesta altura, Delfim foi novamente aplaudido, assim como quando prometeu expansão da telefonia rural.

Para que o produtor possa reter suas safras, aguardando preços melhores, prometeu ampliação da rede de armazenagem (com secadores) a nível de fazendas. E quanto à pecuária, prometeu implantar um sistema de financiamento para retenção de matrizes, como forma de repor o rebanho que "comemos nos últimos anos". 25-4-79

O cerco ao latifúndio ?

VIJA, 11 DE ABRIL, 1979

Hoje, no Brasil, as cercas dos latifúndios impediriam uma melhor utilização de aproximadamente 86 milhões de hectares — terras cultiváveis, porém mantidas improdutivas, com fins meramente especulativos —, de acordo com dados cadastrais do INCRA, de 1976. Ou seja, elas representariam 88% dos 98 milhões de hectares de terras improdutivas mantidos nas mãos de especuladores. Assim, a disposição de pressionar os latifúndios começa a ser vista como uma necessidade dentro do governo. Principalmente depois que o novo ministro da Agricultura, Antônio Delfim Netto, proclamou sua disposição de "encher as panelas vazias" e de diminuir o êxodo rural.

Para se atingir esse objetivo, o ex ministro da Fazenda tem repetido insis-

tentemente que não hesitará em taxar pesadamente as terras mantidas estocadas como simples reserva de valor. Inimigo declarado da reforma agrária — "é um instrumento de soluções sociais e não econômicas" —, Delfim já elegeu, portanto, a sua arma para essa batalha de vital importância: o imposto territorial rural (ITR). A questão toda é saber como calibrar adequadamente essa arma para auxiliar o ministro nas escaramuças com o latifúndio improdutivo e com as empresas acusadas de se dedicarem à especulação fundiária, na fronteira agrícola da Amazônia Legal. Essa é a principal dúvida de especialistas como José Francisco Graziano da Silva, economista da Unicamp e autor de vários trabalhos sobre o campo brasileiro. Cético, Graziano chega a afir-

mar que não existe precedente histórico, "em lugar algum do mundo", de transformação agrária importante ocorrido graças à pressão fiscal.

Na verdade, assessores mais próximos de Delfim não discordariam desse ponto de vista. Admitem que as pretensões do Ministério da Agricultura são bem mais modestas. E se restringiriam à tentativa de atrair para a esfera da produção enormes glebas de terra simplesmente estocadas. A fórmula aliás não é nova. Ela foi testada pela primeira vez durante o governo Castello Branco, que a incluiu no ante projeto do Estatuto da Terra, enviado ao Congresso Nacional em 1967. Lá, contudo, a ação do bloco de representantes rurais, principalmente do nordeste, reduziria a proporções insignificantes a alíquota do ITR.

ALGUNS TESTES — Cobrar os impostos atrasados, porém, seria apenas um primeiro passo. Dado o baixo valor das alíquotas (menos de 1 cruzeiro por hectare), para que o ITR venha a ter, de fato, algum poder de pressão, ele teria de ser elevado substancialmente. E Delfim sabe disso. Ele pretende encaminhar, até o final do ano, ao Congresso Nacional — se a necessidade de expandir a produção não forçar um recuo nessa frente —, um novo projeto de lei referente a esse imposto. Se aprovada, a nova legislação entraria em vigor já em 1980. E a idéia que cresce entre os assessores de Delfim é a da criação de uma escala progressiva de alíquotas, de zero a 100%, numa relação inversamente proporcional à utilização das terras.

O teste do Congresso, porém, não será o único pelo que passará o novo ITR. Uma dificuldade adicional, segundo o agrônomo gaúcho Luís Ângelo Giacobbo, será superar as várias barreiras de autodefesa desenvolvidas pelos latifundiários.

... "Nos últimos anos, por exemplo", contou ele a Affonso Ritter, da sucursal gaúcha de VEJA, "houve uma verdadeira corrida aos cartórios do Rio Grande do Sul para descaracterizar juridicamente os latifúndios improdutos, através da criação de empresas rurais, ou pelo parcelamento das terras em nome de herdeiros."

Mas o principal impasse, ao que tudo indica, e talvez o grande teste para o ITR, deverá ocorrer exatamente na região fundiária mais crítica do país. Ou seja, no nordeste, onde 4% dos proprietários controlam mais de 50% da área agrícola disponível, segundo o Banco Mundial.

O PAÍS REAL — Através de seu ainda respeitável poder político, os grandes proprietários nordestinos têm conseguido enfrentar, incólumes, inúmeros planos e siglas oficiais, como IBRA, Supra, IN-

CRA e Proterra. E já estariam preparados, ao que parece, para fazer o mesmo com o ITR. Gileno Carli, presidente da Federação da Agricultura de Pernambuco, maior proprietário de terras do Estado — possui algo em torno de 37 000 hectares —, reage tranquilamente quando indagado sobre a taxa-ção. "Minhas terras não são um latifúndio e sim uma empresa rural, e como tal estão cadastradas no INCRA", declarou Carli, porta-voz, entre outros, de 38 usineiros de açúcar — todos eles donos de grandes áreas com mais de 18 000 hectares cada —, a Romildo Porto, da sucursal de VEJA no Recife.

Assim, a simples pressão fiscal redobrada não seria suficiente para que Delfim consiga romper as diversas cercas que protegem os grandes proprietários rurais. Desse modo, segundo alguns economistas, a reforma do ITR terá que ser sucedida de outras mudanças importantes. A primeira delas, e talvez a mais urgente, seria a revisão da sistemática dos censos e cadastros rurais, para saber se uma empresa rural não é, na verdade, um latifúndio camuflado.

O ESTADO DE S. PAULO

Banco do Brasil quer vincular crédito rural à produtividade

O Banco do Brasil quer que o "desempenho do produtor" seja o indicador "decisivo" na concessão do crédito rural. O diretor de Crédito Rural do Banco, Alessio Vaz Primo, disse, ontem, que propôs ao ministro Delfim Netto, da Agricultura, na última segunda-feira, a vinculação do crédito à produtividade, dentro do princípio de que os investimentos com recursos subsidiados "precisam dar uma resposta ao custo social".

O diretor do Banco do Brasil sugeriu, também, a desvincu-

lação dos preços mínimos e o valor do financiamento a ser concedido. Mediante a revisão de toda a política de preços mínimos, defendeu a adoção do "custo efetivo da produção, como parâmetro para o cálculo da assistência creditícia, a exemplo do que ocorria antigamente".

Na conjuntura de escassez de recursos, o diretor do Banco do Brasil considerou necessária a prioridade à concessão de assistência creditícia "às decisões iniciais do processo de produção". Assim, os recursos desti-

nados à pecuária seriam canalizados para a criação e, na agricultura, o crédito prioritário seria para os investimentos vinculados diretamente ao plantio.

As sugestões do Banco do Brasil visam, também, a induzir o reinvestimento dos lucros dos agropecuaristas na própria atividade, por meio da criação de novos estímulos. "Hoje — disse Vaz Primo — ninguém nega que a alternativa de usar sempre e em maior volume os recursos subsidiados é mais racional e atraente do que aplicar os pró-

prios recursos, diante do custo oportunidade."

Outra proposta do Banco do Brasil apresentada a Delfim Netto busca a ampliação da cobertura do Programa de Garantia à Atividade Agropecuária (Proagro). A elevação da assistência seria de 80% para 100% do custo da produção, em caso de frustração da safra. ...

... que o Proagro deixe de ser simples "seguro do crédito" e garanta a cobertura total do custo da produção.

DEM AÍ O «MILAGRE AGRÍCOLA» DE DELFIM:

Depondo na Comissão de Agricultura do Senado, no dia 4 de abril, o ministro da Agricultura, Delfim Netto, reafirmou que o aumento da produção e da produtividade agrícolas é a meta prioritária do governo Figueiredo. Delfim justificou a importância atribuída à agricultura por três motivos: «O primeiro é que, se a agricultura não ampliar rapidamente a sua oferta alimentar, o desenvolvimento se fará, necessariamente, sob tensões inflacionárias crescentes, que terminarão por impedir o funcionamento do sistema econômico. Em segundo lugar, se o setor não expandir a sua oferta de exportação, o desenvolvimento encontrará, rapidamente, um teto, pois há uma ampliação de importações que produzirá déficit crescente no balanço de pagamentos e o sistema entrará em colapso. E, por fim, se a agricultura não puder liberar rapidamente mão-de-obra para a indústria, o processo de desenvolvimento também entrará em colapso, porque se terá um aumento rápido de salários no setor industrial.» Entre os motivos que justificam a importância dada pelo governo à agricultura, Delfim não mencionou a preocupação com a melhoria do bem-estar dos trabalhadores do campo e da cidade. Deixou claro, portanto, que o governo do general Figueiredo se volta com tanto interesse para a agricultura porque ela, pelo seu atraso relativo, vem se constituindo num obstáculo cada vez maior à continuidade do desenvolvimento capitalista dependente. E o governo pretende atacar o problema acelerando a penetração do capitalismo no campo, quer através da oferta de facilidades para que as grandes empresas estrangeiras e nacionais façam investimentos na produção e na comercialização agrícolas, quer através da concessão de empréstimos, incentivos fiscais e assistência técnica aos latifundiários para que eles próprios modernizem suas propriedades e adotem métodos capitalistas de exploração de suas terras e de seus trabalhadores.

Por isso, no mesmo depoimento, depois de reafirmar que a expansão agrícola é a meta fundamental, Delfim esclareceu que

A amarga ironia do «celeiro do mundo»

Este ano o Brasil deve importar 4,5 milhões de toneladas de trigo, 130 mil toneladas de carne, 700 mil toneladas de arroz, 100 mil toneladas de feijão, 1 milhão de toneladas de milho e mais alho, cebola, bacalhau etc. Há estimativas de que o País poderá gastar algo em torno de 2,4 bilhões de dólares na importação de alimentos, mais, portanto, do que no ano passado, quando foram gastos 2 bilhões de dólares.

As projeções oficiais não são otimistas a respeito das consequências desses gastos adicionais sobre a balança comercial. Prevê-se um déficit de 2,6 bilhões de dólares, uma vez e meia maior que o de 1978, que foi de 989 milhões de dólares. Assim, no quadro da dependência econômica brasileira, ao lado das compras de equipamentos, que em 1979 deverão orçar 4,7 bilhões de dólares, do petróleo (US\$5 bilhões), das matérias-primas industriais (US\$4,3 bilhões), vai-se expandindo a importação de produtos agrícolas.

E, se todo o processo em seu conjunto vai resultando sempre num progressivo aumento da dependência externa da economia, o aspecto da crescente importação de alimentos é um resultado amargamente irônico do modelo econômico adotado há 15 anos. Serviu-se da crescente exportação de produtos agrícolas para pagar a implantação da industrialização dependente. Beneficiou-se largamente a produção agrícola para exportação em detrimento da agricultura para consumo interno, a qual

as desapropriações e partilhas de terras não constituem, no entanto, problemas prioritários para o governo Figueiredo. Segundo Delfim, elas somente serão feitas em casos isolados, quando ocorrerem «tensões sociais graves». Em outras palavras: trata-se de aumentar a produção e a produtividade agrícolas apoiando-se nos grandes capitalistas estrangeiros e nacionais e nos grandes proprietários de terras, e não nos operários rurais e nos camponeses. Por isso, Delfim, que já declarou em entrevista aos jornais que «reforma agrária é assunto para economista desocupado», aproveitou a oportunidade para fazer novas blagues sobre assunto tão sério, afirmando que «todo mundo é a favor da reforma agrária porque parece que as pessoas têm vergonha de ser contra». Referindo-se em tom depreciativo aos pequenos lavradores brasileiros, Delfim declarou também que a reforma agrária «não daria certo, porque em cada pedaço de terra distribuído a um brasileiro teriam de ser colocados dois japoneses, e não haveria onde arranjar 220 milhões de japoneses»...

...Apesar da troca de elogios, nada garante que a política de modernização capitalista do campo, defendida por Delfim, aumentará a produção e a oferta de alimentos no mercado interno. Os fazendeiros podem aproveitar os favores do governo apenas para comprar mais terras com fins especulativos. E mesmo que ampliem a utilização produtiva de suas terras, serão levados, pela própria lógica do desenvolvimento capitalista, a produzirem os bens de preço mais remunerador e colocação mais fácil, ou seja, os produtos de exportação. O governo pretende conter essas tendências com medidas fiscais e administrativas. Assim, o governo estuda a reformulação do Imposto Territorial Rural de modo a taxar rigorosamente as áreas improdutivas e premiar até com isenções os fazendeiros que provarem usar intensamente toda sua terra; quer forçar todos os latifundiários a se aburguesarem. O governo pretende também, em troca da concessão de crédito para culturas economicamente

estagnou, quando não decresceu. Os créditos subsidiados aos latifundiários, o controle da agricultura pelos monopólios internacionais, seja através do fornecimento de equipamentos, fertilizantes e outros insumos, seja através do controle da comercialização, resultaram numa maior concentração da propriedade da terra, ruína e expulsão de milhões de pequenos produtores, tangidos para as cidades ou convertidos em bóias-frias. Esses desdobramentos, se produziram uma ainda maior concentração da riqueza dos bancos, indústrias e latifúndios, tiveram uma outra face: arruinaram a produção agrícola ao mesmo tempo que crescia a demanda de alimentos. Em consequência, a agricultura foi se convertendo também ela num grande setor importador.

Carece de fundamento a justificativa oficial de que a importação de alimentos se deve às secas e enchentes dos últimos tempos, embora esses fatores a tenham agravado. O fato é que desde 1975 o País vem fazendo grandes importações de alimentos, à média de cerca de 1 bilhão de dólares por ano.

A amarga ironia é que, no momento em que o regime decidiu mais que nunca depositar na agricultura suas esperanças de livrar-se da crise através de exportações de produtos agrícolas para pagar a catastrófica dívida externa do País, a agricultura também se torna um grande setor importador e contribui para agravar ainda mais o déficit comercial com o Exterior.

TODO O PODER AO LATIFÚNDIO CAPITALISTA

fortes, como soja, café e trigo, exigir em contrapartida a destinação de uma área de pelo menos 5% das lavouras desses produtos ao plantio de alimentos básicos, como arroz, feijão e milho.

E duvidoso que essas medidas sejam respeitadas na prática e produzam um aumento na oferta de gêneros alimentícios, como o governo anuncia. O que não é duvidoso, porém, é que a política agrícola do governo Figueiredo aumentará a concentração da terra e do capital no campo, intensificará a expulsão e a proletarianização de pequenos proprietários, posseiros, rendeiros, parceiros e índios, e agravará a exploração dos assalariados agrícolas. A esse respeito, o ministro do Interior, Mário Andreazza, anunciou no dia 6 de abril a provável extensão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ao trabalhador do campo, obviamente para facilitar a contratação e a demissão de assalariados agrícolas.

Por esses motivos, ao contrário da alegria reinante na Confederação Nacional da Agricultura, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) emitiu nota protestando contra as declarações de Delfim, insistindo na reformulação urgente do regime de posse e uso da terra e lembrando que «os latifúndios controlam mais de 70% das terras e canalizam a maior parte do crédito e dos incentivos governamentais; mas são os posseiros, pequenos proprietários, parceiros e arrendatários que, trabalhando em apenas 20% da terra cultivada, são responsáveis por mais de 40% da produção agropecuária e por mais de 50% da produção de alimentos». E Roberto Horiguti, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, comentando as declarações de Andreazza, denunciou que «pela atual legislação o trabalhador na agricultura ainda tem direito à estabilidade e a introdução do FGTS no meio rural seria mais um mecanismo para facilitar as dispensas e aumentar o número de trabalhadores volantes».- Alfredo Pereira

MOVIMENTO 16 a 22/4/79

Fazem-se críticas aos intermediários porque eles realizam a façanha de fazer o produto agrícola custar para o consumidor final oito vezes mais que ao ser vendido pelo produtor. Entretanto, o intermediário é apenas o elo mais fraco da cadeia de espoliação do pequeno produtor agrícola e do consumidor. Não se critica o capital financeiro nem a indústria de equipamentos e fertilizantes, nem os grandes monopólios que controlam a comercialização desses produtos desde a fazenda até o mercado internacional. E que são os principais responsáveis pelo agravamento da crise da agricultura, junto com os grandes proprietários de terra. Pois converteram a agricultura numa área de grande especulação de capitais que desorganizou a produção. Os grandes produtores, por exemplo, desviavam os créditos agrícolas para comprar mais terras ou para especular no mercado financeiro, enquanto a área plantada ia se reduzindo.

Mas a solução não está à vista. Ao lado da duvidosa declaração de que «este será o último ano que o Brasil importa alimentos», o ministro Delfim Netto esmera-se em anúncios de soluções imediatistas e demagógicas. E enquanto recusa a reforma agrária como um absurdo, prepara condições para a continuidade da dominação do capital monopolista sobre a agricultura, o qual, agora, ao que se diz, também intervirá diretamente na produção.

Tiago Santiago

Amazônia

...A preocupação com o que será da Amazônia (a extensa região Norte que, sob o aspecto legal compreende parte de Mato Grosso do Norte e Goiás, todo o Acre, Amazonas, Pará e Maranhão, mais os territórios de Rondônia, Amapá e Roraima, com uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados, ou se-

tem muita razão de ser. Dados do projeto Radam Brasil mostram que, por dez anos estará arrasado, e provavelmente mais rigorosa que seja, a legislação atual não tem conseguido evitar as grandes queimadas — assim como as demais formas de desmatamento —, responsáveis até agora pela eliminação de

Negócios em EXAME, 14-3-79

CPI vai desmascarar os entreguistas

Quem pensou que 79 seria o Ano Internacional da Criança, se enganou profundamente, porque de fato, 79 será o Ano Internacional da Amazônia. Não que antes, não se viesse denunciando os crimes cometidos à Amazônia e mais intensamente após o golpe militar de 64. A coisa pegou fogo, quando em dezembro passado, o tecnocrata Paulo Beirute, no Congresso Florestal — por sinal promovido pelos donos de serrarias — anunciou à Nação, que para o pagamento da dívida externa brasileira, a floresta amazônica seria leiloadada através dos famosos "contratos de arrendamento". Pensava o tecnocrata — boi de piranha na história do dito cujo — que o povo brasileiro iria engolir mais este sapo do regime, assim, calado, sem reagir contra tanta safadeza.

REPRESSÃO

O pau começou a quebrar a partir de Manaus, onde diversas entidades se uniram e formaram o Comitê de Defesa do Ambiente da Amazônia. Dia 30 de dezembro promoveram uma "Caminhada Cívica" que não chegou a caminhar, porque foi violentamente reprimida pelas forças de segurança do regime. Manaus, desde 10. de abril de 64, não via suas ruas

tão policiadas. O centro da cidade transformado em verdadeira praça de guerra, com soldados armados de bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes, metralhadoras, enfim todo armamento coator que o regime utiliza para pressionar o povo brasileiro. Assim mesmo o povo foi à rua e demonstrou seu repúdio, cantou o Hino Nacional, o que provocou a ira do Comandante da Polícia Militar do Amazonas, dispersando o povo arbitrariamente.

O POVO REAGE

O Brasil inteiro se levantou contra a violência policial no Amazonas. Em diversos Estados foram surgindo movimentos com o propósito específico de defender a Amazônia. Em Belém está em fase final de organização o Comitê de Defesa do Patrimônio da Comunidade, congregando 90 entidades, prevendo a coleta de assinaturas de uma Ação Popular, para corrigir atos lesivos ao patrimônio público, como é o caso dos "contratos de arrendamento". A Ação Popular proposta pela Comissão Paulista, tem adesão de entidades conservacionistas de todo Brasil e deverá ser o maior processo já feito no País. A AGAPAM — Associação Gaúcha de Proteção Ambiental, outra entidade que vem se

manifestando contra os "contratos de arrendamento", promove em Porto Alegre manifestações que têm contado com a adesão de grande parte da população gaúcha. Com a volta às aulas é de se prever que os estudantes deverão acirrar mais ainda a luta em defesa da Amazônia.

CPI

Para esclarecer o que há por trás dos "contratos de arrendamento" será instalada em princípios de março, na Câmara Federal, a CPI da Amazônia. Esta CPI foi fruto da atuação do Comitê de Defesa do Ambiente da Amazônia, através de um dos seus membros, deputado Mário Frota (MDB-AM). Para o parlamentar opositorista "a CPI vai desmascarar os entreguistas, além de descobrir o quanto a SUDAM já financiou para devastar a Amazônia". O deputado Mário Frota acrescenta que a CPI só cumprirá seus objetivos se houver uma forte pressão popular, que faça com que os homens do regime sintam as mudanças dos tempos.

A CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito — é uma das poucas ações que restou ao Congresso Brasileiro após o golpe militar. No entanto, seus trabalhos têm sido obstruídos pela ação dos arenistas.

que, desde então, têm maioria no Congresso. A CPI é composta de 9 parlamentares que são indicados pelas respectivas lideranças. No caso da Arena, a indicação cabe ao regime que procura indicar os parlamentares mais dóceis, mais puxa-saca.

No caso da CPI da Amazônia, é de se acreditar que os parlamentares arenistas procurarão por todos os meios relegar o problema com explicações de todos os tipos, a fim de retardar os seus trabalhos. Essa CPI vai mexer com muitos grupos internacionais instalados tranquilamente na Amazônia, e, além disso, há os interesses dos "testa-de-ferro", que por uma coisa ou por outra, são ligados à maioria dos parlamentares arenistas. Quantos grupos nacionais e multinacionais têm terras na Amazônia? Quanto a SUDAM já financiou a tais grupos? — Quanto já foi devastado na Amazônia? — O que querem de fato com o arrendamento da floresta amazônica? Estas e muitas outras perguntas é o que a CPI deverá responder. Ao povo brasileiro cabe mais uma vez a luta pela defesa do seu patrimônio. E esse povo já deu várias demonstrações que não aceita ser roubado ou enganado. Por isso e por tudo, é que 79 será o Ano Internacional da Amazônia.

JOÃO ALENCAR
(DE MANAUS)

Em defesa da Amazônia

De Conceição do Araguaia o lavrador José Basílio de Siqueira conclama os trabalhadores a se posicionarem na defesa de nossas matas

Como deve o trabalhador do campo participar da campanha para a preservação do que é de todos?

O que devemos fazer?

Antes de tudo, deveremos nós, os trabalhadores do campo, fazer um exame de consciência, procurando dentro de nós mesmos, saber se não temos responsabilidades para com nossa Pátria, nossas famílias e com a sociedade, para, a partir daí, vermos o que poderemos fazer e como fazer.

Chegada à conclusão de que não poderemos permanecer alheios a um assunto de tão sérias consequências, como a atual, indagaremos, o que é de todos? Eis a resposta:

De todos é aquilo que temos direito, mas não nos pertence como propriedade individual, particular e exclusiva. Exemplo: o mundo é de todos nós, mas nenhum de nós tem direito exclusivo sobre ele. Para ficar mais claro: o Brasil é a nossa Pátria, mas como brasileiros a nenhum de nós é ilícito e nem tampouco permitido que disponhamos dele como nossa propriedade particular. E de todos.

Outro exemplo: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Conceição do Araguaia, como órgão de classe, é o meu sindicato, pois sou trabalhador rural e a ele sou filiado. Mas eu ou qualquer outro associado, ou mesmo um grupo de associados, não podemos dispor dele como propriedade particular ou individual.

Mais um outro exemplo: as terras públicas devolutas, os campos, as matas, os rios, os lençóis, estradas, as praças das cidades, as ruas, os prédios, públicos, todos são nossos, mas ninguém tem o direito exclusivo sobre isso, pois foram criados e constituídos para o bem de todos. Seja de que classe for. Rico ou pobre, preto ou branco, homem ou mulher, jovem ou criança — todos somos sócios deste patrimônio, que é chamado de bem-comum, por pertencer a toda comunidade.

Aqui é que está a razão-desejo escrito. É que somos chamados por uma parcela bastante numerosa, esclarecida e sobretudo consciente de suas responsabilidades, como participantes e sócios neste bem comum, a defendermos esse nosso patrimônio, a terra, as matas, enfim, todo o meio-ambiente. Principalmente as matas, que estão sendo destruídas indiscriminadamente —

destruição essa que por sua prática, métodos e processos fere os mais coezinhos princípios de conservação da natureza e, além a acima de tudo, ameaça a soberania de nossa pátria. Na condição de sócios, como foi dito acima, não podemos e nem tampouco devemos permitir que seja destruído esse patrimônio, que por natureza e por direito nos pertence, seja qual for o pretexto ou justificativa.

Para isso temos que utilizar todos os meios de luta possíveis, a fim de evitarmos que seja consumado esse crime contra o Brasil e contra nós brasileiros. Temos que usar ferramentas adequadas, para levar a batalha a bom termo. Como a luta é de todos e não somente de uns poucos brasileiros, nosso caso, como trabalhador rural, devemos levar para o sindicato a discussão do assunto e exigir da diretoria que tome posição e providências a respeito.

Há uma perspectiva alvissareira, segundo foi publicado pelo Boletim da Comissão Pastoral da Terra de Goiás, no. 19, de novembro/dezembro de 78. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG — está se preparando para a realização do 30. Congresso Nacional

dos Trabalhadores Rurais Brasileiros, a ser marcado para os dias 21 a 25 de maio do corrente ano, oportunidade em que todas as federações e sindicatos que as integram terão que participar deste evento. Reunindo a partir das bases das Delegacias Sindicais, todos os trabalhadores, associados ou não, levando para os mesmos as teses, os assuntos que mais de perto interessarão os trabalhadores, nos quais devemos propor, se não constar do temário, a inclusão do assunto, a defesa de nossas matas e de nossas terras. É assunto prioritário, que interessa à maioria dos brasileiros e principalmente aos trabalhadores rurais, que precisam de terra para cuidar dela e dela tirar o seu meio de subsistência, como também para o consumo interno do País o que significa lutar pela concretização de seu objetivo fundamental, a Reforma Agrária, há muito falada, sonhada e sobretudo desejada, mas até agora não realizada.

Eis as tarefas urgentes e imediatas do sindicato: conscientizar os trabalhadores para que eles sejam os principais protagonistas na luta para a conquista daquilo que mais de perto lhes interessa. RESISTÊNCIA - FEV. 79

SECA

O governo decide revelar as quebras nas safras

Desde o mês passado, a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), do Ministério da Agricultura, mantinha em sigilo os números da quebra das safras agrícolas, provocada pelas secas que fustigaram a região sul nos últimos meses.

De acordo com os levantamentos da CFP, as perdas maiores foram com o milho e o arroz. O milho, cuja previsão inicial, de 18,950 a 19,4 milhões de toneladas, baixou para algo entre 16,5 e 16,9 milhões de toneladas, exigirá a importação de 1 milhão de toneladas — cerca de 100 milhões de dólares. Já o arroz, de uma previsão inicial de 8,9 a 9,5 milhões de toneladas, recuou, nas atuais estimativas, para 8,1 a 8,4 milhões de toneladas — sua importação exigirá o desembolso de pelo menos 35 milhões de dólares. Somados aos 2,5 milhões de toneladas de soja perdidas — situando as previsões atuais entre 11,3 e 11,6 milhões de toneladas — o prejuízo total com a seca, em termos cambiais, seria de cerca de 735 milhões de dólares. E as perdas totais dos produtores — excluindo-se a pecuária — de 20 bilhões de cruzeiros...

VEJA, 14 DE MARÇO, 1979

SITUAÇÃO CRÍTICA NO NORDESTE

Governadores de quatro Estados nordestinos — Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Paraíba — sugeriram ontem ao governo federal que inclua no programa de auxílio às vítimas das secas as crianças, viúvas e os moradores das zonas periféricas das cidades já atingidas. Estas sugestões, além dos pedidos de compra de mais caminhões pipa e de elevação do percentual concedido a fundo perdido, dos recursos a serem destinados aos agricultores que tiveram suas plantações destruídas, foram formuladas durante encontro que reuniu aqueles governadores e o superintendente da Sudene, o secretário-geral do Ministério do Interior, o comandante do Grupamento de Engenharia da Paraíba, o diretor-geral do DNOCS, secretários estaduais da Agricultura, do Interior e Justiça, e dirigentes de órgãos ligados à agricultura nos Estados já afetados pela estiagem...

Depois de classificar a situação em 260 municípios do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, e Paraíba como "irreversível", o representante da Sudene disse que a presente seca "é das piores". Para ele, "não existe no

mondo calamidade igual à se-elas não comprometem o plano ca" e isto torna difícil ao governo atender satisfatoriamente seguida ele corrigiu dizendo aos milhões de atingidos. Ele disse, também, que técnicos americanos vieram observar a organização oficial brasileira no atendimento aos flagelados nordestinos e, para mostra o grau de dificuldades, observou que "o Exército americano, do 75 a 90% o total das safras de países mais rico do mundo, só deslocou para o Vietnã 400 mil soldados e teve dificuldades para alimentá-los".

Walfrido Salmite fez questão de diferenciar a população atingida pela seca localizada nas zonas urbanas e rurais — calculada em 2,2 milhões de pessoas nos quatro Estados — e os flagelados particularmente, que estimou em 300 mil no Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Piauí. Este número, segundo acrescentou, aumentará na próxima semana, quando o governo de Pernambuco anunciar o estado de emergência em oito municípios.

O superintendente da Sudene, ao analisar as invasões registradas em várias cidades — só o Rio Grande do Norte já teve oito cidades invadidas, em- bora pacificamente — disse que

a cair, podem, segundo Salmite, salvar parte das safras. Lembrou, ainda, que a assistência do governo federal vai evitar a fome mas que o reflexo da seca resultará "extremamente negativo" na economia nordestina.

O município de Marcelino Vieira, situado a 400 quilômetros de Natal quinta-feira última, a sua terceira invasão de flagelados em sete dias. Novamente conduzindo sacos vazios e pedindo comida, cerca de 200 homens se concentraram em frente à Prefeitura Municipal até que o prefeito providenciasse uma rápida distribuição de alimentos.

O ESTADO DE S. PAULO

21-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

PIB CRESCER 41% ; INFLAÇÃO, 200%

MILANO LOPES

No período administrativo do presidente Geisel o Produto Interno Bruto cresceu 41% situando-se em Cr\$ 3.552,8 bilhões (US\$ 192,0 bilhões) em 1978 contra Cr\$ 2.454,8 bilhões (US\$ 132,7 bilhões) em 1974, de acordo com dados oficiais do Ministério do Planejamento.

O PIB "per capita", que em 1973 foi de US\$ 1.308, atingiu o ano passado US\$ 1.650, crescendo 23% no período, bem acima do crescimento demográfico — de 15%, com a população de 101,4 milhões em 1973 ultrapassando 118,4 milhões de habitantes em 1978.

O produto industrial do País cresceu 42% de 1973 a 1978, atingindo Cr\$ 1.004,1 bilhões em 1978 contra Cr\$ 704,2 bilhões em 1973. O produto da indústria de transfor-

mação apresentou um incremento de 39%, passando de Cr\$ 564,5 bilhões para Cr\$ 782,8 bilhões, enquanto o produto agrícola aumentou 26%, elevando-se de Cr\$ 267,4 bilhões em 1973 para Cr\$ 338,9 bilhões em 1978.

Cresceu 16% o emprego na indústria de transformação, com o número de trabalhadores elevado de 3,1 milhões para 3,6 milhões. As exportações aumentaram 104%, passando de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 12,8 bilhões em 1978. O investimento bruto fixo cresceu 34% — de Cr\$ 557,9 bilhões para Cr\$ 751,2 bilhões e o consumo pessoal aumentou 35%, elevando-se a Cr\$ 2.047,4 bilhões em 1978 contra Cr\$ 1.513,8 bilhões em 1973.

A despeito desses resultados, a inflação acumulada no quinquênio superou os 200%, registrando-se índices de 47,1% em maio de 1977, embo-

ra tenha apresentado quedas significativas entre junho de 1974 e maio de 1975. O déficit comercial, que era de US\$ 7 milhões em 1973, chegou a US\$ 4.690 milhões no ano seguinte, caindo para US\$ 988 milhões o ano passado, e o déficit em conta corrente (comercial + serviços) atingiu US\$ 5,7 bilhões.

A dívida bruta passou de US\$ 12.572 milhões em 1973 para US\$ 43 bilhões em 1978. Mesmo com reservas em dezembro de 1978, em torno de US\$ 12 bilhões, ainda assim o endividamento líquido chegou aos US\$ 31 bilhões, colocando o Brasil, entre os países em desenvolvimento, como um dos mais endividados.

Cerca de 30 milhões de pessoas vivem em condições de "pobreza absoluta", sem meios para pagar, com 50% de sua renda, uma dieta de custo mínimo necessária ao

seu organismo, avaliada em CR\$ 2.861 por ano, e reservar ainda a metade para despesas não alimentares, conforme dados extraídos de dois estudos da Fundação Getúlio Vargas: Dietas de Custo Mínimo e Renda Interna por Microrregiões Homogêneas.

Apesar dos números oficiais relativos a indicadores sócio-econômicos apresentam crescimento expressivo na venda de eletrodomésticos (2,9 milhões vendidos em 1986 contra 12,6 milhões em 1977) não se divulgou, no período Geisel, nenhum estudo comprovando uma mais flexível distribuição de renda a não ser meras estimativas. Ao contrário, as análises produzidas, inclusive por técnicos ligados a instituições estatais e paraestatais, indicam uma concentração de renda ao longo da década de 70, sobretudo nas regiões mais pobres do País. 11-3-79

DENUNCIA VAZIA:

Os pontos mais importantes do novo projeto

Ainda sem considerar os eventuais vetos presidenciais, o novo projeto de Lei do Inquilinato aprovado quinta-feira passada pela Câ-

mara dos Deputados apresenta os seguintes pontos principais:

■ **Acaba a denúncia vazia** — Desde 1967, os proprietários podiam retomar os imóveis do contrato, sem necessitar de qualquer justificativa. Isso só não era permitido para os contratos anteriores a 1967. Com o "pacote de abril", de 1977, todas as locações passaram a ficar sujeitas à denúncia vazia.

Segundo o projeto agora aprovado, todas as locações — residenciais e não-residenciais — terão seus contratos prorrogados por tempo indeterminado, após o vencimento. O proprietário só poderá retomar o imóvel nos casos de falta de pagamento dos aluguéis; infração de cláusula contratual; para uso próprio ou de dependentes; e no caso de reformas que atinjam mais de 20% da área construída do imóvel.

Agora, a lei poderá ser efetivamente cumprida.

■ *O locador pode exigir apenas uma das seguintes três formas de fiança: fiador, caução de três meses de aluguel ou seguro de fiança locatária*

■ *Os aluguéis são reajustados de acordo com a variação das ORTNs* — Projeto de lei do então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, depois transformado em lei, obrigava, desde 1977, o cumprimento desse dispositivo. Com a denúncia vazia, porém, os contratos nunca obedeciam a essa determinação.

— A caução deverá ser depositada em caderneta de poupança, com rendimentos a favor do inquilino. Quanto ao seguro, não se espera que ele seja utilizado.

■ *A parcela do condomínio que não diga respeito à conservação e funcionamento normal do prédio será paga pelo locador, mas o locatário continuará pagando impostos e taxa* — Embora livrando o inquilino das despesas com a valorização de um bem que não lhe pertence, o projeto aprovado permite, explicitamente, que o locador continue a cobrar o imposto predial e demais taxas do seu inquilino. VEJA, 11 DE ABRIL, 1979

Aluguéis em alta

(aumento em %)

	Inflação	São Paulo	Rio
1973	15	14	41
1974	28	26	43
1975	27	74	101
1976	43	66	71
1977	43	24	29
1978*	31	23	24
Total acumulado	501	633	1 108

* até o 3.º trimestre

Fonte: BNH

EXAME,
11-4-79

Balança comercial: problemas à vista, novamente

Como no ano passado, o governo montou o Orçamento Monetário deste ano, que contém a previsão de desempenho das diversas contas do balanço de pagamentos, estimando um superávit de 500 milhões de dólares na balança comercial. Também repetindo 1978, já em abril o governo se vê forçado a rever sua expectativa e admitir que este superávit poderia se transformar num déficit em torno de 1 bilhão de dólares. Embora nos dois primeiros meses deste ano a balança comercial tenha apresentado um déficit inferior ao do mesmo período do ano passado (255 milhões de dólares, contra 348 milhões em 1978), as perspectivas para o resto do ano não são animadoras. Primeiro, porque repete-se uma grande quebra nas safras de exportação, provocada pelo mesmo fenômeno de

secas nas regiões de grande produção. Este fato, por si só, justificaria uma reversão de expectativas, como ocorreu no ano passado. Agora, entretanto, acresce-se o agravante da substancial alta de 14,5% nos preços do petróleo em apenas três meses.

Por um lado, esse aumento pesa nas importações, e, por outro, corta as esperanças de grande crescimento nas exportações de produtos industrializados, como ocorreu em 1978. Isso porque uma parte ponderável dos compradores desses produtos brasileiros são países em desenvolvimento, que também terão problemas para assimilar o aumento nas suas importações de petróleo e, por isso, tenderão a compensá-los pela redução nas suas compras de outros produtos, menos essenciais.

O ESTADO DE S. PAULO

DEFICIT MAIOR

Repetindo um seu colega de Ministério, Carlos Rischbieter, ministro da Fazenda, queixava-se aos deputados da Comissão de Economia da Câmara, na última quinta-feira, que infelizmente no Brasil de hoje, quando se ataca um problema surgem três, e quando se ataca os três surgem nove à espera de solução. Esse parece ser o caso atual, em que a preocupação obsessiva pelo combate à inflação, a qualquer custo, está levando o governo a aparentemente descuidar-se do balanço de pagamentos, cuja deterioração deverá atingir seu ponto máximo este ano, provavelmente repetindo os números de 1974.

Naquele ano, o "déficit" em conta corrente, que é o resultado dos itens de comércio e de serviços, alcançou 7.122 milhões de dólares, pressionado pelo resultado negativo da balança comercial de 4.690 milhões de dólares.

ESP-22-4-79

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS E MÉDIOS

Os pequenos e médios empresários da região do ABC realizaram na noite de ontem, em São Bernardo do Campo, no restaurante São Judas Tadeu, uma reunião para estabelecer os objetivos a serem atingidos por uma associação a ser fundada, independente da FIESP. Durante a reunião foi distribuído à imprensa um boletim estabelecendo esses objetivos. Eis a íntegra do comunicado:

"As pequenas e médias empresas do ABCDMR, de capital genuinamente nacional, reúnem-se com o objetivo principal de se fazerem representar perante os poderes constituídos; rede bancária, sindicatos, Federações, fornecedores e clientes em geral, a fim de levar suas reivindicações e oferecer soluções quanto à política salarial, aos custos de produção e financeiro, e estudos dos meios mais adequados de combate à inflação e consonância com as metas do governo.

Os pequenos e médios empresários pretendem ainda:

1) filiar-se à associação da pequena e média indústria (Abepeim) já existente, desde que seus estatutos o permitam e que seus objetivos preencham as mesmas finalidades; 2) criação de uma cooperativa de crédito dos pequenos e médios industriais da região; 3) dissídios sindicais nas mesmas épocas; 4) defi-

nir a pequena e/ou média empresa brasileira considerando capital, número de empregados, faturamento e localização sócio-econômica; 5) definir conceitos de limites de crédito; 6) criação de um núcleo regional da Junta Comercial do Estado de São Paulo na região do ABC para a formação de um setor de informações comerciais; 7) criar um setor de consultas altamente eficiente que esteja apto a responder consultas de seus associados; 8) pretendem também que o movimento ora iniciado tenha boa receptividade patriótica que merece e que se estenda por todo o País através de associações regionais; 9) convocamos todas as pequenas e médias empresas de capital genuinamente nacional de qualquer ramo de atividade que se unam ao nosso movimento."

"Prezado amigo industrial, pequeno ou médio, lembre-se de que o que é bom para o grande não é bom para o pequeno. O pequeno, sozinho, não é ninguém, unido é uma força. Estamos lutando para não cairmos."

O documento é assinado pela Comissão do Pequeno e Médio Empresário. Compareceram à reunião de ontem, 75 empresários das pequenas e médias indústrias da região do ABC e da Capital.

11-4-79

O ESTADO DE S. PAULO 2/3-79

Os gastos cambiais com as importações de petróleo bruto, incluindo as despesas com pagamento de fretes marítimos e seguros, poderão elevar-se este ano a US\$ 5.666 milhões, segundo novas estimativas realizadas pela Petrobrás com base no preço médio anual de US\$ 17 por barril, que deverá ser pago em função dos futuros valores de referência a serem determinados pela OPEP.

Os primeiros cálculos sobre importações de petróleo indicavam que o Brasil, deveria gastar este ano US\$ 4.560 milhões para comprar 333.340 mil barris, além das despesas adicionais de cerca de US\$ 2 por barril para pagamento de fretes e seguros. Recentemente, esse cálculo foi refeito, tomando-se por base um preço médio de US\$ 14,50 por barril, o que importaria dispêndios cambiais, de US\$ 4,8 bilhões.

Novos rumos da política industrial

Em seu primeiro encontro com empresários paulistas, após haver assumido o cargo de ministro da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna expôs, com rara felicidade, a orientação que pretende imprimir à política industrial, em geral, e à dos bens de capital, em particular. O ministro revelou apenas as normas gerais de sua atuação, que ficarão mais claras no sábado, ao divulgarem-se as Diretrizes concernentes à sua Pasta. De qualquer modo, alguns esclarecimentos já prestados pelo ministro merecem realce.

A indústria de bens de capital re-

BNDE É O MAIOR

"O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico é hoje o maior banco do mundo, com capital e reservas de 3 bilhões 778 milhões de dólares, tendo ultrapassado o Bank of America, que totaliza 3 bilhões 39 milhões".

A informação é do Sr Marcos Vianna, que deixa a direção do banco no próximo dia 20, assinalando que no período que vai de dezembro de 1970 a dezembro do ano passado, o capital e reservas do BNDE apresentou um aumento de mais de quatro vezes, enquanto o do Bank of America aumentou em menos de duas vezes e meia. Os desembolsos do BNDE em 1978 atingiram 4 bilhões 99 milhões de dólares, enquanto os do BID ficaram em 1 bilhão 408 milhões de dólares e os do Sistema do Banco Mundial (incluindo o IFC e IDA) se fixaram em 4 bilhões 4 milhões de dólares.

14-3-79

JORNAL DO BRASIL

cebeu grande impulso sob o governo Geisel, o qual, confiando na continuidade ininterrupta do progresso econômico, estimulou investimentos que hoje se percebe terem sido ociosos. O ministro João Camilo Penna assume a responsabilidade dos empreendimentos do governo anterior, mas procurará reduzir, tanto quanto possível, a capacidade ociosa. Indicou, com clareza, as regras do jogo, dizendo que precisamos de uma política voltada para os bens de capital, não destinada a ampliar, com certa irresponsabilidade, a capacidade de produção, mas a aproveitar a capacidade existente. Reconhece que, para isso, a indústria nacional necessita de alguma proteção, muito embora esta não deva perpetuar-se, mas ter duração temporária. A fim de alcançar seu objetivo, o ministro recorrerá à política tributária. Aliás, até agora esta política foi muito mal utilizada. Sob a pressão da lei do similar nacional, concederam-se isenções exorbitantes. Hoje, estamos em condições de mudar as regras e de estabelecer os direitos correspondentes a qualquer importação de bens de capital.

JORNAL DO BRASIL

Brasília — "A indústria nacional deve se preparar para produzir menos bens elitistas, como, por exemplo, TV a cores, e fabricar bens de consumo destinados às camadas mais pobres da população, conforme diretriz do "Pai Severo", o Presidente Figueiredo, que deseja deslocar o perfil de consumo do país." A advertência foi feita, ontem, pelo Ministro da Indústria e do Comércio, Sr João Camilo Penna.

Para o Ministro da Indústria e do Comércio, "o Governo Figuei-

redo vai perseguir, implacavelmente, a desconcentração do crescimento econômico em termos regionais e sociais, vai deslocar o perfil de renda, através de medidas monetárias, fiscais e trabalhistas, buscando sempre ampliar a renda das faixas mais pobres. Todos têm de se conscientizar que a inflação tem de ser combatida, ou poderemos ter medidas mais austeras para combatê-la".

O ministro João Camilo Penna compromete-se a instituir o debate com os empresários, acedendo, pois, a uma velha reivindicação, que, se tivesse sido satisfeita há mais tempo, teria evitado muitos atritos e divergências.

redo vai perseguir, implacavelmente, a desconcentração do crescimento econômico em termos regionais e sociais, vai deslocar o perfil de renda, através de medidas monetárias, fiscais e trabalhistas, buscando sempre ampliar a renda das faixas mais pobres. Todos têm de se conscientizar que a inflação tem de ser combatida, ou poderemos ter medidas mais austeras para combatê-la".

O Ministro Camilo Penna acredita, que "todos os empresários conscientes fizeram suas reservas para atender os momentos difíceis", e frisou: "Não se faz um omelete, sem quebrar ovos".

31-4-79

Inflação: uma batalha que terá de ser ganha agora

O aumento do índice geral de preços, em março, embora tenha ficado abaixo da apavorante casa dos 6%, quase chegou a alcançá-la. Apavorante porque, se projetada para o período de um ano (ou seja, supondo-se que se mantivesse nesse patamar ao longo de doze meses), equivaleria a uma taxa anual de 100%. Apavorante porque desde o governo João Goulart não se verifica um índice mensal tão alto.

Atribuir a culpa, mais uma vez, ao chuchu, à cebola, ao tomate, ou a outro vilão qualquer da perigosa quadrilha dos hortigranjeiros, é hipótese que o próprio governo à primeira vista descarta. O ministro Mário Henrique Simonsen admitiu, por exemplo, durante o Encontro Nacional Empresa/Governo, promovido por EXAME

, que os números de março (até então não divulgados) refletiriam não apenas aumentos normais, mas uma exacerbação das expectativas inflacionárias que terá de

ser revertida. E advertia que se a inflação chegasse a patamares como os que atingiu em 1963/1964 só haveria um remédio: "Aplicar a mesma dosagem que foi aplicada em 1965, quando o produto industrial caiu de 5%".

É bom lembrar, contudo, que o recrudescimento da inflação em março se deve, aparentemente, a dois componentes: especulação, com o aproveitamento de uma fase de transição de governos em que os controles normalmente se afrouxam, e um certo descrédito, ou falta de confiança, em relação às diretrizes anunciadas pelo governo Figueiredo, que colocou a redução da inflação como prioridade n.º 1.

Portanto, a questão que se coloca hoje é muito mais política do que técnica. De pouco adiantam medidas puramente de força, de efeito psicológico, como colocar na cadeia um punhado de atravessadores. O problema, agora, é reestabelecer a con-

fiança da sociedade no governo — e na política por ele traçada — porque sem essa confiança qualquer esforço será inútil. E isso exige a formulação de um novo pacto social. Inclusive para definir a quem caberá a maior cota de sacrifício no combate à inflação. A batalha da inflação, não custa lembrar, terá de ser ganha agora; ou já estará perdida. EXAME, 11-4-79

Visão da semana: os reflexos do "pacote"

Após o "pacote", o presidente da República anuncia um container, o ministro do Planejamento insiste quanto ao caráter transitório das medidas, enquanto o ministro da Fazenda, lamentando que o Brasil tenha de continuar no regime de "pacotes", adianta com otimismo outras medidas que, da guerra defensiva, passarão para uma guerra ofensiva. De um certo modo, o "pacote" foi maior do que se esperava, mas, por outro lado, tem-se a impres-

são de que, fora algumas medidas, as decisões são mais psicológicas do que reais.

Ao analisar as medidas tomadas, podemos perguntar o que o governo tem por objetivo. Naturalmente, todos reconhecem que visa a combater a inflação, mas a dúvida subsiste: como? Um governo que acredita na liberdade e no lucro acaba de tomar medidas que transformam o CIP num monstro ainda mais feio de que antes. A margem de lucros é congelada em valor nominal, a estrutura de preços não mais levará em conta a possibilidade de uma modificação como se, em nosso país, os preços de insumos crescessem na mesma proporção e seu peso não variasse de um setor para outro. Quem acreditava que o CIP era para fiscalizar os oligopólios tem de

perder suas ilusões: existe para acabar com o capitalismo, ou estimular as fraudes... Temos pelo menos uma certeza: as medidas adotadas impedirão os investimentos que dependem do autofinanciamento.

Verdadeiras blitz serão feitas para combater os especuladores e os comerciantes desonestos. Podemos regozijar-nos desde que não perguntemos quem vai exercer essa fiscalização. Não teria sido mais fácil dar alguns exemplos, punindo não o açougueiro da esquina, mas o grande atacadista para prevenir os outros tubarões?

A regulamentação das vendas a prestação faz sentido para restringir a demanda, ainda que tal objetivo somente poderá ser atingido se se conseguir controlar a demanda agregada. Mas, paralelamente, podemos

perguntar se através do crédito direto das financeiras não será possível contornar a regulamentação, até que as lojas descubram meios de burlá-la. Na realidade, as restrições somente atingem os "pequenos" (compradores e lojistas), que não têm acesso fácil às financeiras, as quais, aliás, não se interessam por pequenas operações.

As medidas estritamente monetárias nos parecem de maior alcance: mostram a vontade do governo de respeitar o orçamento monetário. Duas medidas merecem ser destacadas: a redução — ou, melhor dito, a suspensão — dos empréstimos externos ao setor privado e as medidas relativas aos depósitos a prazo fixo. A suspensão dos empréstimos externos terá um efeito violento sobre as disponibili-

dades do setor privado, mas podemos ter dúvidas quanto a seus efeitos sobre o balanço de pagamentos, o que poderá obrigar o governo a rever daqui a alguns meses uma medida tão drástica que talvez leve algumas empresas multinacionais a reforçar seu capital próprio.

O alongamento dos depósitos a prazo fixo e a proibição para os bancos comerciais de captar recursos com emissão de CDB representam uma mudança importante: o controle monetário começa a atingir também o M2. Apenas temos de lamentar a manutenção de um regime de liberdade para taxas de juros: será que vamos fortalecer mais uma vez o capitalismo financeiro, já que para os produtores não há mais chances? 23-4-79

O que escapou ao pacote

O ESTADO DE S. PAULO
TARCISIO BALTAR
Da sucursal do Rio

A Petrobrás, todas as empresas telefônicas e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos seriam também atingidas pelas medidas antiinflacionárias do pacote divulgado na quarta-feira, mas a pressão dos seus dirigentes evitou, à última hora, que lhes fossem também exigidos os sacrifícios impostos a setores da iniciativa privada.

Altos funcionários federais que acompanharam os debates nas reuniões do Conselho Interministerial de Preços (CIP) e na do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), para a definição do pacote, revelaram que estava previsto o congelamento dos preços dos produtos derivados de petróleo (nafta petroquímica, gás natural e solventes) utilizados como matéria-prima na indústria plástica.

Esse congelamento chegou, inclusive, a ser aprovado pelo CIP, conforme havia sugerido a equipe de técnicos do Ministério da Fazenda, mas, na reunião seguinte à do CDE, as pressões da Petrobrás fizeram o governo

mudar de idéia. Sobre o sacrifício que seria imposto a empresas do grupo da Petrobrás, já estava até preparado um parágrafo, entre os muitos através dos quais o governo justificou as medidas, afirmando que o congelamento dos preços de derivados de petróleo que servem como matéria-prima da indústria significava o interesse do poder público em evitar novos aumentos dos preços finais de um grande número de artigos de consumo popular.

A barganha: salário por juros

As discussões no governo para a elaboração do pacote antiinflacionário divulgado na quarta-feira mostraram duas tendências claras entre os ministros. Um grupo, o integrado por Karlos Rischbieter, Camilo Penna e Murillo Macedo, sustentava que os trabalhadores já foram muito sacrificados em todos esses anos de combate à inflação. Por isso, os três ministros durante os cansativos dias de debates sobre a definição do pacote insistiram em que não

deveria haver qualquer restrição a aumentos salariais entre as medidas que seriam estabelecidas.

Do outro lado, os ministros Simonsen, Golbery e Saíd Farhat defendiam que no pacote, houvesse pelo menos a menção de que o governo estaria disposto a manter a política salarial que estabelece um reajuste anual único por categoria profissional com percentuais fixados pelo poder executivo a partir dos índices da inflação, isto até que se modificasse a tendência da própria inflação.

O primeiro grupo manteve pé firme sobre a questão e sua vitória, no entender de altos funcionários que acompanharam os debates em Brasília, foi justamente a não menção no pacote ou em suas justificativas, da problemática salarial.

Mas para chegarem até aí, Rischbieter, Penha e Macedo tiveram de ceder no ponto de vista de que os juros deveriam ser tabelados. Essa por sinal, foi a principal vitória do grupo integrado por Simonsen, a Golbe-

ry e Farhat. Assim, como aconteceu no caso do grupo de Rischbieter, a principal vitória do grupo de Simonsen foi através de medidas que foram evitadas e não pôde medidas inseridas no pacote.

Nessa disputa — da qual o ministro Delfim Netto preferiu se afastar — houve alguns episódios que demonstram a tensão que envolveu o governo. O primeiro foi o adiamento, por mais de uma semana, da divulgação das medidas, isto por falta de um consenso entre as diversas autoridades que estudavam o problema. O segundo foi o desentendimento entre Farhat e Macedo, o primeiro afirmando que durante a fase de combate à inflação não haveria alteração na política salarial, enquanto o segundo reafirmava que os aumentos quadrimestrais seriam possíveis mesmo em fase tão difícil. E o terceiro aconteceu sexta-feira, no Rio, quando, sem procurar esconder a diferença de pontos de vista, o ministro Simonsen, indagado pelos repórteres sobre tabelamento de juros, disse que "isso é problema de Rischbieter". 23-4-79

PEDIDA REVOGAÇÃO DO PACOTE

A Associação Comercial de São Paulo considera que o congelamento da margem de lucro das empresas, imposto pelo CIP, fere os conceitos básicos da livre iniciativa e por isso, segundo divulgou ontem, espera pela sua imediata revogação.

A posição daquela entidade representativa da indústria e do comércio sobre o conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal na semana passada com o objetivo de conter a expansão inflacionária foi comentada ontem pelo seu presidente em exercício, Alberto Figueiredo.

"O que ocorreu no entanto, foi que as medidas adotadas durante o governo anterior visavam a inibir a demanda, mas resultaram apenas no achatamento da livre iniciativa e no alargamento da participação do Estado na economia nacional".

Amedeu Papa esclarece que com as medidas divulgadas agora há uma tendência do Governo inverter a situação, limitando também os gastos governamentais.

Mas segundo o documento divulgado pelo presidente da entidade, algumas das medidas devem ser objeto de cuidadoso acompanha-

mento por parte do governo, já que podem acarretar "desorganização de alguns setores em consequência grave para a economia", Alberto Figueiredo sugere que este acompanhamento se processe através de um diálogo permanente, "que não ocorreu antes do anúncio das medidas entre o setor privado e as autoridades".

Sobre o congelamento dos lucros, Figueiredo esclareceu que se caracteriza num "grau de intervencionismo incompatível com o regime econômico que vivemos e que nem mesmo a situação conjuntural do momento justifica a sua adoção". FOLHA DE S. PAULO 25-4

JORNAL DO BRASIL GOVERNO DERRUBA INFLAÇÃO OU É DERRUBADO

"O chamado pacote antiinflacionário ainda é muito tímido. O Governo precisa cortar mais na área estatal, restringir ainda mais o crédito e suprimir gradativamente o crédito subsidiado para fazer a inflação cair praticamente a zero. Se o Governo não tomar essa atitude, é bem provável que dentro de algum tempo a inflação derrube esse Governo".

A advertência é do ex-Ministro da Fazenda no Governo Castelo Branco, professor Octávio Gouvêa de Bulhões, para quem "a atual fase inflacionária é uma das mais graves no pós-Guerra, pela persistência da manutenção dos índices acima dos 40%".

Em sua opinião "a causa básica da inflação atual resulta de um excesso de crédito. Excesso esse sistematicamente verificado em anos sucessivos de 1973 até agora". Disse que o surto inflacionário "é grave não por ter ocorrido em 1974. Mas, porque daí em diante declinou muito pouco e voltou a subir de 1976 em diante".

Lembrando que em 1964 a causa básica da inflação era os elevados déficits orçamentários, Bulhões disse que o país está vivendo situação semelhante hoje, "pois, se não há desequilíbrios orçamentários em termos tradicionais (receita inferior às despesas e alguns investimentos estatais), o reforço ao crédito, com o Banco Central devolvendo à circulação os recursos captados por Letras do Tesouro Nacional, no fundo, significam dispêndios do Governo não computados no Orçamento Federal".

"Se as LTNs representam hoje cerca de Cr\$ 150 bilhões", disse, "podemos verificar, aí, a influência inflacionária de um título que foi destinado a combater a inflação. É um montante tão grande que o Governo para resgatar precisa emitir outros papéis — porque não fez reservas para isso — criando um círculo vicioso que pressiona as taxas de juros e não reduz a inflação".

— Basta o Tesouro formar superávits em proporções elevadas, fazendo restrições de investimentos governamentais, e utilizar esses saldos nos resgates de LTNs, evitando-se emissão de novos papéis". afirmou que "essa política iria reduzir substancialmente os juros. E as importâncias dos resgates semanais iriam contrabalançar a falta de liquidez decorrente dos superávits orçamentários.

"Assim", frisou, "se obteria um equilíbrio entre a liquidez e o combate à inflação. Com a vantagem de não se sacrificar a esfera particular, que tem sido a tônica da política do Governo". Observou que "o Governo alega que está controlando a atuação das empresas estatais, mas, na verdade, nas resoluções baixadas pelo CIP, CDE e CMN, afetou-se praticamente só a área privada."

Bulhões defende cortes drásticos na área estatal, "sem afetar despesas de funcionalismos e contribuições a Estados e municípios, porque há bastante flexibilidade para cortes na área dos investimentos, preservando-se projetos quase concluídos ou que substituam o uso de petróleo, em hipótese alguma vai cair de preço".

22-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

O PACOTE

ESTÁ VAZIO

"O pacote está vazio", foi a expressão usada por um assessor do ministro da Agricultura, Delfim Netto, para explicar o elenco de medidas na área de abastecimento, que o governo divulgou com o objetivo de reverter a expectativa inflacionária. Com exceção das importações de milho, arroz e feijão, as demais decisões foram consideradas inócuas e, algumas, até mesmo inexecutáveis. Pelo clima que se criou em torno do assunto, estavam sendo aguardadas ações mais drásticas, como o confisco dos estoques de óleo de soja em poder das indústrias, que estão sonegando o produto para forçar aumento de preço.

Como medida inexecutável, foi indicada a decisão de controlar, as margens máximas de comercialização entre os preços de atacado e varejo nas vendas ao consumidor, por meio da qual o preço final seria fixado pela fórmula custo mais despesas e mais lucro. Isto já foi tentado em anos anteriores, sem qualquer efeito prático, porque a fiscalização é difícil e os preços variam muito em função dos desequilíbrios naturais da oferta.

19-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

ANGOLA: BRASIL NÃO ENTRA NO PACTO

Angola considera que acaba de receber garantias suficientes, do governo brasileiro, de que o Brasil não se integrará a um pacto militar do Atlântico Sul, do qual participaria, também, a África do Sul. A afirmativa foi feita ontem pelo ministro do Comércio Exterior de Angola, Roberto de Almeida, durante entrevista à imprensa. O ministro afirmou, ainda, que, na sua opinião, a presença de soldados cubanos em seu país ou na África não deve ser uma razão impeditiva para que o Brasil restabeleça relações com Cuba. E justificou: "Há soldados norte-americanos em Cuba (referia-se à base naval de Guantanamo) e nem por isso o Brasil deixa de manter relações com os Estados Unidos".

Roberto de Almeida acredita que existe um "certo apagamento" do Brasil em relação à África, embora o Itamaraty procure adotar uma ação mais efetiva perante problemas como o da Rodésia, da Namíbia e do apartheid na África do Sul. Lembrou que o Brasil também votou na ONU contra o anticolonialismo, alinhando-se à posição de Portugal. "A distância histórica que o Brasil tem em relação à sua

O ESTADO DE S. PAULO

FIGUEIREDO: DEPOIS DO PACOTE, UM "CONTAINER"

"Vocês chamaram aquelas medidas de pacote mas, para mim, eu soltei uma caixa de charutos. Depois ainda virá um container com novas medidas, em doses cavalares" — afirmou ontem o presidente João Baptista Figueiredo, sorridente, a um grupo de jornalistas que tentou uma rápida entrevista durante a cerimônia do Dia do Diplomata, em Brasília.

Em São Paulo, o ministro Karlos Rischbieter, da Fazenda, adiantou que um novo pacote será divulgado no próximo mês. "mas, desta vez, trata-se de um pacote positivo, destinado à agricultura, em que serão tratadas questões como a fixação dos novos preços mínimos e financiamentos aos produtores, entre outras", disse ele.

Segundo disse, o governo elegeu duas prioridades básicas: o combate à inflação e o fortalecimento da agricultura. No primeiro caso, as recentes medidas — "que infelizmente viraram um pacote", disse ele — tiveram, entre outras razões, o propósito de "mostrar que o governo não hesita em adotar aquilo que for necessário para reverter o índice inflacionário". Mas advertiu que "não se deve pensar que esse pacote esgotou o combate à inflação".

OTIMISMO

Rischbieter veio a São Paulo para, juntamente com os ministros Mário Henrique Simonsen, do Planejamento, e Antonio Delfim Netto, da Agricultura, "sentir os reflexos das medidas antiinflacionárias" junto a industriais e banqueiros. "Pelos jornais — disse ele — vi que as opiniões variavam entre declarações de que as medidas seriam inócuas até de que elas provocariam a recessão. Mas nos contatos pessoais pude apurar que os empresários não pensam assim. Eles estão convencidos de que a inflação será controlada."

21-4-79

libertação da condição de militar do Brasil, porque já colônia fez, talvez, com que possui o que lhe é fornecido se esquecesse aqui como é pelos países socialistas e es importante uma nação independente".

O ministro confirmou meira entrevista em Brasília que até o fim do ano Angola lia é que Angola quer conserterá uma representação ditituir seus quadros de formação civil — entre os quais

Ele também procurou esclarecer que Angola deseja a cooperação brasileira não pretende obter apoio leira.

21-4-79

ACORDO NUCLEAR: SEM RESTRIÇÃO

O chanceler Helmut Schmidt informou, ontem, que o Brasil e a Alemanha decidiram "seguir uma política paralela, que atenda às necessidades de segurança das usinas nucleares" construídas nos dois países.

Schmidt disse, também, não ter conhecimento de qualquer intenção do governo brasileiro de introduzir modificações no acordo nuclear assinado com a Alemanha. "Não ouvi do presidente Figueiredo qualquer restrição quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil" — assegurou o chanceler alemão.

O comunicado manifesta, também, a "profunda preocupação" dos dois países com as tendências inflacionárias mundiais e com a difusão de políticas protecionistas de toda ordem, que afetam os interesses de todos os países.

5-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

Greves já irritam Figueiredo, afirma fonte governista

BRASILIA (Sucursal) — “O presidente está até aqui com essas greves”, afirmou ontem de manhã uma fonte arenista, levando a mão estirada ao pescoço, numa indicação do ponto de saturação a que chegou o Governo com as greves que estão sendo deflagradas em vários pontos do País.

CASTIGO

Dando um exemplo da irritação do presidente com a continuação das greves, o líder arenista lembrou a decisão de Figueiredo de “não dar um cruzeiro sequer aos governantes que, por terem negociado com os grevistas, comprometeram os orçamentos estaduais, na esperança de uma ajuda federal.

O ESTADO DE S. PAULO

Governo nega a intenção de extinguir partidos

Da sucursal de BRASILIA

O Palácio do Planalto, o ministro da Justiça e o presidente nacional da Arena desmentiram, ontem, que o governo esteja estudando a possibilidade da criação de novos partidos políticos. Em resposta a perguntas de repórteres, o assessor-chefe de Imprensa do Palácio do Planalto, Marco Antonio Kraemer, esclareceu que não existe, na área do governo, nenhum estudo visando à extinção dos dois atuais partidos. “O que há — acrescentou — são estudos para a regulamentação dos novos dispositivos constitucionais relativos à organização e ao funcionamento dos partidos políticos”.

Por sua vez, o ministro da Justiça, Petrônio Portella, afirmou, após despachar com o presidente João Baptista Figueiredo, que, até agosto, deverá estar concluído o estudo sobre a reformulação da Lei Orgânica dos Partidos, a fim de adaptá-la à

FOLHA DE S. PAULO

O parlamentar citou especificamente o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que no seu entender, “ter-se-ia excedido” nas concessões que fez aos professores, para terminar uma greve que já estava em seu 13.º dia.

Por outro lado, não só os líderes como setores influentes da Arena manifestavam preocupação com o destino da abertura política, a continuar a intensidade dos movimentos grevistas.

Na opinião destes arenistas, esta situação poderá aguçar os setores radicais do regime, sobretudo ligados às áreas de segurança, que sempre fizeram restrições à dissensão política, sob pretexto de falta de maturidade do povo para as questões políticas.

25-4-79

Em confidência

TRIBUNA DA IMPRENSA PAULO BRANCO

Tomem nota: são totais as possibilidades de o governo acionar os dispositivos de emergência, se recrudescerem os movimentos grevistas durante o mês de maio.

Essa informação foi fornecida por alta fonte do Palácio do Planalto, que confirma também as perspectivas de fechamento total do regime. Esse período em que o país vive sem as leis de exceção, serviu para consolidar junto a amplos setores militares a idéia de que greve não é uma manifestação civilizada e democrática de reivindicação, mas simplesmente o caminho da baderna.

Há também no governo a certeza de que os Estados Unidos não estão dispostos a bancar a redemocratização no exterior, sobretudo depois da experiência do Irã, que o próprio presidente Carter considerou desastrosa. Há setores de oposição que endossam essas informações e estão, desde

já, dominado por grande pessimismo. 30-4-79

O governo já decidiu adiar

eleição de 80

BRASILIA (Sucursal) — O governo já concluiu pelo adiamento das eleições municipais do próximo ano para 1982, mas somente dará a conhecer oficialmente sua decisão a longo prazo, pois entende que ainda tem muito tempo para formalizar seu ponto de vista sobre a questão.

A informação foi prestada por fonte segura do Palácio do Planalto, assumindo caráter plebiscitário, acrescentando que o assunto, como conveniente no momento. 25-4-79

O ESTADO DE S. PAULO

FRENTE OPOSICIONISTA, SUGERE FREIRE

Uma coligação das forças populares e progressistas em torno do MDB foi apontada, ontem, no Rio, pelo senador Marcos Freire, como o caminho mais indicado para se chegar à democratização do País, sem a qual ele não acredita que seja possível convencer o governo da necessidade de reformular o atual modelo econômico, “cuja perspectiva de êxito é pouca ou nenhuma”.

O senador oposicionista, que veio ao Rio especialmente para participar de um seminário sobre o momento político brasileiro, anteontem, na PUC, afirmou, pouco antes de regressar a Brasília, que reconhecia e defendia o direito de representações de todos os grupos em partidos autônomos, mas advertiu: “Do ponto de vista tático, acho desaconselhável a tentativa de constituição de novas agremiações na conjuntura

em que vivemos, julgamos que a união de todas essas forças que se contrapõem ao governo é essencial para aprofundar e dar consistências e desdobramentos, em prazo mais curto, do processo de normalização democrática”.

Marcos Freire reagiu às declarações do ministro da Justiça, Petrônio Portella, condicionando a realização de eleições diretas, para governador, em 1982, ao sucesso da política de abertura democrática do presidente João Baptista Figueiredo. O parlamentar pernambucano não admite que se venha a colocar condicionantes ao processo de normalização institucional, lembrando que ele não depende exclusivamente do governo, “pois o que já se conquistou nesse setor, até agora, foi fruto, sem dúvida das pressões da opinião pública, e o governo, de certa forma, está em cheque”. 1-5-79

1-5-79

CPI sobre "Relatório" pode criar crise política

BRASILIA — O primeiro choque potencialmente explosivo entre governo e oposição, capaz de gerar consequências graves para o processo de abertura política, poderá ter sua data marcada esta semana pelo MDB, se suas bancadas, amanhã, resolverem apoiar a tese do deputado Francisco Pinto, já endossada por Ulysses Guimarães e Freitas Nobre, no sentido da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o "Relatório Saraiva". Está confirmada a disposição do ex-ministro do Exército, general Sylvio Frota, de comparecer à CPI ou a qualquer outro órgão legislativo para dizer o que sabe sobre o assunto (e pelas suas mãos passaram pelo menos dois dos três documentos que formam o conjunto chamado erroneamente de "Relatório Saraiva").

Junto com ele, dispõe-se a prestar depoimento o general Adyr Fiuza de

Castro, também na Reserva. E que teve acesso aos papéis enviados de Paris pelo ex-adido militar do Brasil na França. Em suma, e sem entrar no mérito de possíveis acusações feitas pelo coronel Saraiva, não constitui mais segredo que, por três vezes, ele se dirigiu a seus superiores, no caso, o Estado-Maior do Exército, referindo-se a irregularidades havidas na Embaixada do Brasil, ao tempo em que era embaixador ou atual ministro Delfim Netto. Preparou uma informação, eivada de denúncias e nomes, mas, antes de encaminhá-la, preferiu sintetizar suas observações num rádio-cifrado, que veio primeiro, recebido pelo Estado-Maior do Exército e levado ao ministro Frota.

Mais importante do que a reforma do quadro partidário, a falada extinção dos atuais partidos, o voto distrital, a volta às eleições diretas de

governador e até a anistia, coloca-se de surpresa, assim, um tema destinado a ampla repercussão política, com a perspectiva de formação da CPI. Porque, não se duvida, com a presença do general Frota na devassa sobre o "Relatório Saraiva" estarão acirradas velhas posições e abertas antigas cicatrizes que um dia, não muito recente, dividiram o meio militar.

© ESTADO DE S. PAULO 1-5-79 C.C.

64-22-CO-005 PAULO 1-5-79

Com a aprovação pelo Congresso do projeto que cria a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o governo em breve passará a atuar poderosamente num setor reservado à iniciativa privada nos regimes democráticos: o jornalismo e a informação pública, incompatíveis por natureza com o envolvimento oficial, dadas suas características intrínsecas de crítica às realidades nacionais ou as estrangeiras, que influenciam a vida do País, além da indispensável independência para o desempenho de sua função social desligada de interesses políticos.

QUEM ACREDITA EM FIGUEIREDO?

Num gesto teatral, o general Figueiredo estendeu as mãos para o MDB, sugerindo a conciliação e repetindo uma velha tática, que vem desde os tempos do Império. Mas o que é que ele pode oferecer à oposição, sem perder o apoio do grande capital monopolista?

Por Décio Saes

O sucessor do presidente Geisel formulou um convite, de endereço aparentemente amplo (Nação), mas de fato restrito (a cúpula do MDB) à conciliação e ao desarmamento dos espíritos. Sua disposição psicológica, própria de um gesto teatral: a mão estendida. Desde logo, fica a pergunta: a quem se estende a mão?

Vejam as posições já assumidas publicamente pelo novo presidente: preconização de medidas limitadas de liberalização do regime militar, promessa de manutenção das linhas gerais da política de desenvolvimento, escolha de um ministério "revolucionário". Tais posições sugerem que a atual proposta de conciliação tem um alcance social limitado, lembrando em muitos os tradicionais processos de conciliação política do Brasil imperial. De resto, a semelhança está inclusive no apelo comum à ideologia da "cordialidade" do homem brasileiro: tanto o Barão de São Lourenço, no Senado de 1864, como o sr. Otto Lehman, no Senado de 1979, garantem que a conciliação é inevitável, porque a nação brasileira tende naturalmente à fraternização. E o historiador José Honório Rodrigues caracterizou com bastante justeza o processo de conciliação, tal qual foi praticado a partir do gabinete de Visconde do Paraná (1853): um acordo partidário de cúpula, objetivando a reabsorção de facções divergentes, mas pertencentes à classe social hegemônica no seio do Estado. Aliás, esclarecia Salles Torres Homem que a conciliação não implicava a satisfação das aspirações da parcela majoritária do povo; ela devia se fazer, fundamentalmente, pelo "entendimento dos partidos". Nada de estranho, portanto, em que as propostas de conciliação do Império falassem de postos no Gabinete ou de cargos na burocracia, mas não de abolição da escravatura ou da repartição da grande propriedade. Como diz José

Honório Rodrigues: "A conciliação foi uma arte finória da minoria dominante e visou sempre ao compromisso dos interesses divergentes dos seus próprios grupos".

O objetivo é fazer o MDB recuar

Ora, a política de "mãos estendidas", hoje preconizada pelo regime militar, consiste numa retomada das velhas técnicas da conciliação imperial; ela implica que o partido oposicionista deixe de ser um "inimigo" (ou seja, que deserte da luta pelo cumprimento dos seus objetivos programáticos), para se converter em mero partido de cobertura legal e ideológica para o regime vigente. Mas poderia este propor, às oposições, algo mais que isso? O comprometimento do regime militar com os interesses do grande capital monopolista (industrial, bancário) obstaculiza qualquer acordo mais consistente com a verdadeira oposição: aquela que representa as classes trabalhadoras do campo e da cidade, uma fração da classe média urbana, contingente da média propriedade e da média burguesia industrial. Buscar um acordo com essas classes, implica aceitar as tarefas da redemocratização (algo bastante diferente da "abertura" em pauta), bem como reorientar radicalmente a política econômica e social do Estado. Mas isso não equivaleria para usar a expressão da moda, ao abandono do "modelo" econômico, social e político perseguido a partir de 1964? Caso isso ocorresse, o regime militar estaria deixando de ser a expressão política dos interesses do grande capital monopolista.

A resposta do povo: frente política

E aqui coloca-se a pergunta decisiva: é possível uma ruptura do laço de representação política existente entre o grupo militar e o capital monopolista? Para respondê-la, o fundamental não é saber das possibili-

dades de uma crise ideológica no seio das Forças Armadas, e da reemergência, no seu seio, de tendências democráticas. O principal é ter em conta que uma reorientação radical da política de Estado, sem mudanças substanciais no grupo dirigente, só ocorreria caso uma forte pressão popular o obrigasse a rever sua política, como condição de permanência à frente do aparelho de Estado. Sem essa pressão, o deslocamento político do grupo dirigente seria um ato suicida: ele perderia o apoio daquela fração de classe (o grande capital) que o mantém — pelos mecanismos mais complexos, indiretos e enviesados que se possa imaginar — a frente do aparelho de Estado, sem dispor de nenhuma base de apoio alternativa. Isso significa que, para a oposição popular, é inútil especular sobre possibilidades, ou não, de regeneração política da fração militar hegemônica no seio do Estado; em qualquer dos casos (e desde já ressaltando a quase impossibilidade prática dessa estupenda metamorfose), só lhe resta lutar com autonomia e intransigência, pelo cumprimento de um programa de ampla redemocratização (anistia ampla e irrestrita, convocação de uma Assembléia Constitucional livre e soberana), de redistribuição da renda e melhoria das condições de vida do povo, e de luta contra o capital imperialista e os monopólios. Portanto, a constituição de uma poderosa frente política oposicionista é a resposta que as classes sociais interessadas no cumprimento desse programa deverão dar às tentativas governamentais de promover a reconcialização entre as diferentes facções do grande capital monopolista: bancários, financeiro, industrial. Ao fazê-lo, tais classes estarão reivindicando para elas mesmas, na prática, a fraternidade, que os discursos do partido situacionista transformaram em pura fórmula retórica. Só é fraternal quem procura, na sua luta, satisfazer os reclames da parcela majoritária da Nação.

POR UMA FRENTE DE OPOSIÇÃO POPULAR

Presos políticos, no anonimato, divulgam documento sobre partidos

a primeira parte do documento analisa "as articulações em torno da reconstituição do PTB" e qual deve ser o posicionamento daqueles que se alinham dentro da oposição popular diante dessa rearticulação.

3º) — defender o direito do PTB se organizar, como de todo e qualquer partido político da oposição (ou da situação) e combater as teses de que isto representa fazer o jogo do regime, como se não se pudesse fazer o jogo do regime dentro do MDB (como de resto tem muita gente fazendo).

4º) — deve-se considerar as diversas forças que estão se propondo reorganizar o PTB. Existem aqueles setores que realmente se interessam pelos problemas das massas trabalhadoras, e lutam para incorporá-las ao processo político respeitando seus interesses e sua independência (ainda que possamos identificar os seus equívocos, no caminho escolhido); mas estes setores devem ser valorizados pelo que representam, em termos da possibilidade de levar adiante a luta de massas trabalhadoras; em termos da possibilidade de atividade comum e coordenada de todas as forças políticas que procuram representar os interesses das massas trabalhadoras; e finalmente, da perspectiva inevitável da unidade dessas forças políticas, através de mecanismos supra-partidários.

QUE FAZER?

Todos os partidos criados nesta conjuntura estarão dentro dos limites ditados pelo regime, ou melhor partirão desses limites e só conseguirão ultrapassá-los a custo de muita luta. Dadas as condições atuais, em que nem todas as tendências conseguirão se organizar, estes partidos terão que comportar dentro de si, necessariamente várias tendências políticas, ainda que afins. Assim, a partir de agora já se torna necessário a unidade política das forças políticas que pretendem representar os interesses das massas trabalhadoras; e estando em um ou varios partidos, forjarão sua unidade e procurarão mecanismos formais para sua expressão.

2. Como na atual conjuntura política o centro da luta da oposição popular (e até mesmo dos setores mais consequentes da oposição liberal burguesa), é colocar fim à ditadura militar e como a liberdade de organização político-partidária ainda é limitada e continuará a sê-lo enquanto prevalecer a ditadura militar a unidade das forças representativas dos interesses das massas trabalhadoras, deverá satisfazer dois requisitos: a) a luta contra a ditadura militar b) a luta pela liberdade de organização político-partidária, e construção de canais de expressão política das massas trabalhadoras. Essa unidade só poderá ser feita ao nível político através de um movimento unitário, que ainda que respeite as diversas tendências e partidos políticos existentes ou em articulação, deverá se concretizar através de um instrumento político.

co capaz de aglutinar todas as forças políticas de base popular. Um instrumento dessa natureza deverá assumir o carácter de uma frente ou movimento político supra-partidário.

3. A constituição de uma frente ou movimento de oposição à ditadura militar e pela democratização do país em todos os níveis, não é contraditório com as articulações partidárias que se processam hoje, na medida em que essas articulações possam servir para elevar o nível de organização, consciência e combatividade das massas. Esse movimento ou frente de oposição popular deverá comportar a presença de todos os partidos ou tendências que tenham representatividade e sejam defensores dos interesses populares, porém, não se restringirá a ser uma frente de Partidos ou tendências, mas sim um instrumento político das massas que englobasse membros dos diversos partidos lideranças populares, setores avançados da massa.

A constituição de um instrumento político das massas que permitisse unificar, coordenar e fazer avançar o nível das lutas e consciências das massas, transformando um amplo movimento de oposição à ditadura militar levando a democratização da vida nacional em todos os níveis, criando melhores condições de vida e de participação política seja partidária, seja sindical, seja associativas, etc. Criando assim maiores possibilidades para se forjar uma forte e coeso bloco constituído por todos explorados e oprimidos em sua luta contra a ditadura militar, à base para um projeto político independente com perspectivas socialistas.

EM TEMPO 19 à 25/4-79



NOVOS PARTIDOS

O MDB foi pego de surpresa, há duas semanas, com o pedido de registro no Tribunal Superior Eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro. Foi a gota d'água: depois de uma inusitada seqüência de reuniões entre seus parlamentares, feitas à revelia de suas lideranças, ao final da semana passada, o MDB dava a impressão de estar num verdadeiro impasse, na medida em que diversas tendências do partido começavam a se organizar, visando a uma possível reformulação do quadro partidário.

«Nós tomamos uma medida acautelatória. A antecipação do registro se deveu ao fato de que dona Ivete ia registrar um projeto divisionista e queria assegurar a legenda do PTB para a sua própria pessoa», declarou a Movimento o escritor Moniz Bandeira, um dos maiores entusiastas da corrente mais progressistas do PTB.

Em Nova Iorque, o próprio ex-governador Leonel Brizola, justificava da mesma maneira a iniciativa do grupo petebista contrário à ex-deputada paulista Ivete Vargas. O ex-governador conseguiu uma certa simpatia entre os que faziam ressalvas ao PTB em virtude das evidentes ligações de Ivete Vargas com o chefe da casa Civil do Palácio do Planalto, Golbery do Couto e Silva.

Surpreendida pelos acontecimentos, Ivete Vargas não esperou muito tempo para relizar seu contra-ataque. Anunciou, logo que soube da inesperada operação do grupo rival, que criaria um Partido Trabalhista Brasileiro Cristão (PTBC), e que este seria o legítimo herdeiro do trabalhismo.

Uma resposta mais sibilina a o que chamou de «tentativa de usurpação do PTB», porém, seria dada depois. No começo da semana passada, Ivete Vargas anunciaria que o «verdadeiro» PTB estava fundado. E mostrou a edição do Diário Oficial que saiu na segunda-feira, com data de 11 de abril — o mesmo dia no qual o primeiro grupo pediu o seu registro junto ao TSE. No Diário apareciam publicado o manifesto, o programa e o estatuto de seu partido trabalhista. Para a ex-deputada, o primeiro pedido de registro do PTB «é inócuo, pois não se registra um partido que não tenha sido fundado». Assinado por uma comissão provisória integrada pela própria Ivete Vargas, além de outras seis personalidades «históricas» do petebismo, o manifesto desse PTB não difere fundamentalmente do documento da «esquerda do PTB». Os dois apontam metas que vão da luta pela anistia até a defesa do País contra os interesses estrangeiros, sem apresentar substanciais divergências de enfoque. Mas se em seus manifestos não aparecem explícitas grandes diferenças, as declarações de seus membros não deixam dúvidas quanto à existência de profundas divergências ideológicas entre eles. Para Moniz Bandeira, por exemplo, «as duas propostas são distintas e contraditórias». Ivete visa a manipulação do trabalhador, «à base do caciquismo e do condomínio familiar, enquanto nós defendemos o PTB democrático, popular, com vistas à criação de uma sociedade socialista». Mesmo entre o grupo ao qual pertence Moniz Bandeira, não há completa unidade de pensamento. Há divergências, por exemplo, entre seus membros históricos — como ex-líder do governo Jango na Câmara dos deputados, Doutel de Andrade e o ex-chefe da casa civil Darci Ribeiro — e os chamados «jovens trabalhistas», como disse um integrante dos «Cadernos trabalhistas», a Movimento:

«O que eles pensam sobre o trabalhismo não é exatamente o que nós queremos. Eles vêm de uma época em que o PTB era mais um partido que gravitava em torno de pessoas do que de coisas e fatos políticos e nós somos pioneiros em dar ao PTB um novo caráter».

Todos indistintamente concordam, porém, num ponto: «O PTB é uma grande herança, dois dos parlamentares que abertamente defendem o PTB, Getúlio Dias e Magnus Guimarães, não se cansaram de repetir que «se há uma briga dentro do PTB, é porque ele não é uma massa falida. Quando é deixada uma herança substancial, é natural que haja briga por ela». Justamente por causa dessa «herança comum» para filhos tão diferentes é que ficam dúvidas sobre o que seria definitivo o rompimento entre as duas principais facções do PTB. Pergunta-se, por exemplo, se seria vantajoso ao ex-governador gaúcho manter a ruptura com Ivete Vargas, antes do seu retorno ao Brasil. Para um membro da comissão que luta pela aglutinação do PTB no Distrito Federal, a próxima cartada de Brizola é justamente fazer a reconciliação com Ivete Vargas. Também para Magnus Guimarães, a briga é temporária. Para ele, «o PTB é muito amplo e cabe todo mundo», acrescentando: «até os marxistas, desde que se atenham ao programa trabalhista».

Enquanto esperam do TSE uma decisão judicial para o problema de registro de suas respectivas siglas e vencer os tropeços da ainda impeditiva «lei orgânica dos partidos», os petebistas aguardam a volta de seu maior líder, o ex-governador Leonel Brizola. A anunciada disposição do governo de conceder-lhe uma anistia é sempre levada em conta.

Diante de uma série de mudanças no cenário político, porém, o PTB logo deixou de ser o principal acontecimento partidário dos últimos dias. A convicção dos emedebistas, de uma maneira geral, é a de que novos partidos seriam criados inevitavelmente, como manobra ou não do regime. Entendem esses parlamentares que é preciso então preparar-se para evitar novas surpresas.

«Até duas semanas atrás eu defendia intransigentemente a frente emedebista, da forma como ela está. Agora vi que o MDB não tem condições de continuar como está sem ter de fato um programa partidário necessário a nova conjuntura política». A surpreendente declaração é do goiano Adhemar Santillo, que acrescenta: «Se o MDB tinha um programa adaptado às condições de uma ditadura absoluta, é preciso que tenha outro próprio para as dos tempos da ditadura relativa».

No decorrer de toda a semana passada, essas e outras idéias foram amplamente discutidas em várias reuniões reservadas, e à revelia da direção do MDB. Delas participou a maioria dos membros do chamado «grupo autêntico». As reuniões chegaram a surpreender os próprios deputados, pelo fôlego e pela quantidade com que foram realizadas. Na terça-feira, na casa de um deputado, participaram de um encontro cerca de 19 deputados e dois senadores. Na quarta, a reunião desse grupo foi ampliada com novos convidados, enquanto um outro grupo de parlamentares — que discutiam os mesmos problemas — reuniam-se na Comissão de Agricultura da Câmara. E na quinta-feira à noite, na residência do senador goiano Henrique Santillo, um novo encontro aconteceu, dele participando os membros desses diversos grupos, que hoje defendem as mesmas metas para o MDB. Conforme afirmou um parlamentar, cerca de 50 deputados e 3 senadores participaram desse encontro.

«Adaptação do programa emedebista voltado não apenas para a reconquista da democracia formal, mas contemplando e definindo metas nos setores econômico e social, mesmo depois da reconquista da democracia; defesa intransigente do MDB enquanto for possível, isto é, até o limite em que o governo, compulsoriamente, resolvesse extinguir o partido; finalmente, caso isto aconteça, lutar pela manutenção

da frente emedebista, porém com uma face de partido popular e progressista.» Estas são, em síntese, as conclusões a que chegaram esses parlamentares do grupo autêntico. Para o deputado João Gilberto, nesta frente os grupos seriam bem definidos ideologicamente, «acabando com a falsa idéia de que dentro de uma frente, a organização interna de um dos seus componentes racharia o organismo».

Estas idéias não são propriamente novas. Há muito tempo vêm sendo discutidas dentro do próprio MDB. A diferença é que, agora, a oposição parlamentar mais combativa chegou à conclusão de que esta é uma maneira inteligente e fundamental para que a oposição possa fazer face às manobras do governo. Um dos principais articuladores desse esquema diz que «é assim que a gente poderá vencer as manobras de uma abertura controlada, que procura alijar e isolar os setores mais combativos da oposição». Outro importante parlamentar desse grupo de autênticos, o deputado paranaense Osvaldo Macedo, afirma que «o MDB tem uma tradição histórica de luta que não deve ser desprezada e será baseada nesta tradição e nesta estrutura forjada em 13 anos de lutas, que a gente poderá manter o MDB como um partido popular, mesmo depois de conquistada a democracia formal».

Como Movimento pôde apurar, além dos deputados Adhemar Santillo, Osvaldo Macedo e João Gilberto, alguns dos principais articuladores desta nova proposta emedebista, são os gaúchos Odacir Klein e Jorge Uequed, o paranaense Euclides Scalco, os paulistas Airton Soares e Aurélio Peres, além dos senadores Henrique Antônio Santillo, de Goiás, o pernambucano Marcos Freire e o catarinense Jaison Barreto, dentro de um núcleo de cerca de 50 outros parlamentares do grupo autêntico.

Preocupados também «em preservar a estrutura emedebista» igualmente de forma reservada, um outro grupo do MDB também procurava fazer os seus próprios encontros. Batizados de «neomoderados», 48 parlamentares estiveram na residência do ex-deputado mineiro João Hercúlio, que recuperou seus direitos políticos no ano passado. Segundo se apurou, esses parlamentares fizeram ásperas críticas à direção do MDB — segundo eles hoje «nas mãos dos autênticos» — e planejaram boicotar a recondução de Ulysses Guimarães à presidência do MDB. A intenção maior, no entanto, será criar um partido de centro — caso o governo imponha essa possibilidade. Desse partido fariam parte moderados, como o senador Tancredo Neves que no entanto negou veementemente a sua participação nas articulações. Para o deputado Francisco Pinto, «um partido desse tipo poderia ser o fiel da balança entre o governo e a oposição, uma linha auxiliar do governo, ainda que mantendo a retórica oposicionista».

Por outro lado, consolidando uma série de articulações que vinham sendo feitas há mais de um mês, foi reativada na quarta-feira a «Frente Nacional de Redemocratização», através do lançamento no Rio de um contundente manifesto em defesa do «principal instrumento da oposição no momento: o MDB» em favor da unidade da oposição na luta contra a ditadura. Assinaram o manifesto o senador arenista Theotônio Vilella, o ex-deputado Raphael de Almeida Magalhães, os ex-ministros Severo Gomes e Almino Afonso — todos em vias de se filiarem ao MDB — e ainda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o compositor Chico Buarque de Hollanda e o senador Saturnino Braga, entre outros.»

Por Antonio Carlos Queiroz

Uma advertência ao revanchismo

Empossado como ministro do Exército, o general Walter Pires afirmou: "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se opor a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia". E prometeu estar vigilante "para que os inconformismos, frustrações e ambições de velhos aventureiros, e dos que a eles se juntam, não perturbem e comprometam a tranqüila e segura evolução democrática".

Na cerimônia, o ministro que saía, general Belfort Bethlem, informou que o Exército "nunca esteve e jamais estará comprometido com problemas de política partidária". Advertiu que "minorias extremistas continuam insistindo (...) em deformar o nosso pensamento e em ignorar que a ética militar não admite tergiversações". ESP-16-3

Derrota de Rodrigo

A derrota do general Rodrigo Octávio Jordão Ramos na eleição para a presidência do Superior Tribunal Militar alterou, substancialmente, as perspectivas existentes sobre o desempenho daquela corte, nos próximos anos do governo Figueiredo. Até a eleição do general Reynaldo Meilo de Almeida, as perspectivas nos meios jurídicos eram de que o STM ampliaria o desempenho mais tolerante e liberal ocorrido nos cinco anos de governo do presidente Ernesto Geisel.

Esse desempenho, inclusive, teria agradado especialmente ao presidente, que no jantar que os ministros daquela corte lhe ofereceram, na primeira quinzena de fevereiro, chegou a confidenciar a um deles: "O tribunal está com uma boa bandeira e eu espero que ele a mantenha". Na verdade, segundo fontes do STM, qualquer observador poderia supor a perfeita identidade existente entre as decisões do tribunal e a política seguida por Geisel nessa área.

O STM colocou-se firmemente contra a prática de torturas denunciadas pelos presos condenados com base na Lei de Segurança Nacional. Pelo menos em cinco oportunidades o tribunal decidiu mandar apurar

as responsabilidades pela prática de tais atos (quatro desses pedidos, todos dirigidos ao governo do Rio de Janeiro, continuam sem respostas e um deles nada apurou). E essa posição do tribunal coincidia com as soluções encaminhadas por Geisel na área da repressão à subversão, intransigente no que se refere ao problema da tortura.

ESP-17-3-79

Abreu

"A luta continua, e mesmo desligado do serviço ativo do Exército, permaneci em estreito contato com meus companheiros de farda, com políticos da situação e da oposição, empresários e representantes de outros segmentos da sociedade, dentro do objetivo maior de impedir que o governo do general João Baptista Figueiredo tente o retrocesso institucional e volte a um período de exceção e de arbítrio completos. O novo governo não terá como evitar crises, e buscará, em prazo não muito longo, restabelecer a prepotência ampla, mas não conseguirá,

Délio: "País não aceita revanchismo"

O ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Délio Jardim de Mattos, disse ontem que "o País não comporta revanchismo" e que "estamos voltando à normalidade democrática". A anistia, prosseguiu, "vai depender de conjuntura" e o presidente Figueiredo é que a decidirá, "porque nós, militares, estamos voltados para nossos afazeres e não estamos dispostos a pressionar para abrir ou fechar". E sugeriu que o ministro da Justiça, Petrônio Portella, era o mais indicado para falar do assunto.

Portella, por sua vez, declarou que a anistia "deve ser precedida de uma tendência ao desarmamento dos espíritos", pois "somente com a colaboração de todos poderemos chegar ao esquecimento, que outra coisa não é senão a anistia". ESP-15-3-79

pois a Nação não mais suporta a ditadura. E quando for o momento, estaremos prontos a resistir, civis e militares, plenamente articulados em todo o País, impedindo o golpe e lutando para a implantação de um regime verdadeiramente democrático. Ao contrário do que se poderia pensar, o Exército não mais admite retrocessos, e estará na primeira linha da resistência."

Com estas palavras, o general Hugo Abreu deixou Brasília, na manhã de quinta-feira, dia da posse do general Figueiredo, viajando de carro para o Rio, em companhia de sua esposa. A chegada ao Rio estava prevista para ontem à noite, pois guiando ele mesmo um Opala azul, preferiu fazer o caminho mais longo, via Triângulo Mineiro e Ribeirão Preto, onde pernitoitou. Esse trajeto, segundo declarou, foi feito para "despistar o SNI", pois antes informara pretender viajar via Belo Horizonte e até reservou hotel em Sete Lagoas: "Quero ver a surpresa deles ao chegarem lá e descobrirem que eu não estou".

ESP-15-3-79

Os obstáculos à abertura,

BRASÍLIA — Dois obstáculos podem ser identificados no meio militar, para o desenvolvimento da abertura política: a perspectiva de a oposição chegar ao poder e o levantamento do problema dos direitos humanos. De uma série de conversas com líderes militares, inclusive aqueles que ocupam importantes funções ou exercem postos de comando, fluiu uma postura que, se não é contrária à tese do aprimoramento institucional e à volta à democracia plena, estabelece essas ressalvas e, salvo engano, torna a equação democrática falida e condicionada, antes mesmo de se completar.

Entendem, os militares, que a Revolução não desapareceu, e, enquanto o País estiver dividido politicamente entre revolucionários e não revolucionários, dificilmente surgirá a hipótese de composição. Para eles, permanecem vivos os ideais de 64, inclusive porque a maioria das Forças Armadas participou do movimento, em sua eclosão e, depois, e até agora, na condução ou gerência maior dos negócios públicos. Abandonar a cena, de repente, mesmo por força de reformas que restabeleçam a verdade eleitoral, parece-lhes um absurdo, se o resultado for a ascensão dos grupos e setores que não se acoplaram à Revolução e mantêm, rígida, uma posição contrária ao Sistema.

O segundo empecilho, mais premente, refere-se aos direitos humanos. Centenas, talvez milhares, de oficiais participaram, em especial nos anos de 69 a 72, do que chamam de verdadeira guerra contra a subversão. Excessos foram cometidos, mas, para eles, não como regra. Arriscaram-se no desempenho de missões e, agora, não admitem passar ao banco dos réus, como classe. Os majores, capitães e tenentes daquela época chegam hoje ao nível de coronel, ou seja, formam a estrutura básica das corporações militares, e reagem inflexivelmente à perspectiva de serem acusados e execrados. Se a oposição insistir na tentativa, mesmo não formando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas preparando relatórios e "livros negros", e com isso agitando a opinião pública, não haverá como evitar uma reação em cadeia, cujos primeiros efeitos se farão sentir sobre o processo de abertura política.

Uma terceira dificuldade existe, mas para os chefes militares, ainda que grave, incapaz de, isoladamente, perturbar a volta do País à democracia: a crise econômica. Entendem que precisamos conviver com ela, buscando remédios amargos e sabendo que a tarefa é para décadas, sujeita a oscilações e períodos de maior ou menor dificuldade.

ESP-1-4-79

A nova formação do Alto Comando

Com as novas nomeações feitas pelo presidente João Baptista Figueiredo, a constituição do Alto Comando do Exército sofreu várias alterações. Esta é a nova formação do Alto Comando:

Ministro do Exército, general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque; chefe do Estado-Maior do Exército, general Samuel Augusto Alves Correa; comandante do I Exército, general Gentil Marcondes Filho; comandante do II Exército, general José Fragoneri; comandante do III Exército, general Antonio Bandeira; comandante do IV Exército, general Florimar Campello; chefe do Departamento de Material Bélico, general Benedicto Maia Pinto de Almeida; chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, general Ernani Ayrosa da Silva; chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações, general José Ferraz da Rocha; chefe do Departamento Geral de Pessoal, general Antonio Carlos de Andrada Serpa; chefe do Departamento Geral de Serviços, general Ruy de Paula Couto; comandante militar do Planalto e da 11ª

Região Militar, general-de-divisão Heitor Luís Gomes de Almeida; comandante militar da Amazônia e 12ª Região Militar, general-de-divisão Rosalvo Eduardo Jansen; secretário-geral do Ministério do Exército (secretário do Alto Comando), general-de-divisão Octávio Pereira da Costa; e chefe do Centro de Informações do Exército, general-de-brigada Geraldo de Araújo Ferreira Braga.

Todos os membros do Alto Comando, com a patente de general-de-exército, inclusive o ministro do Exército, têm direito a voto por ocasião da lista de promoções. Nos demais casos, o Alto Comando apenas assessora o ministro do Exército, a quem cabe a decisão final.

Os comandantes militares do Planalto e da Amazônia tomam parte das reuniões para a discussão de assuntos administrativos, manifestando opiniões especificamente sobre os assuntos de sua área.

O chefe do Centro de Informações do Exército toma parte da reunião como convidado e só se pronuncia quando solicitado pelo ministro ou por um dos generais-de-exército. *ESP-4-79*

IBIAPINA NEGA TORTURA

Em entrevista concedida logo após deixar a vida militar ativa, o general-de-brigada Hélio Ibiapina de Lima afirmou que não autorizou qualquer tipo de violência ou tortura a presos políticos quando chefiava a 2ª Seção do IV Exército, no Recife, no período pós-revolucionário (ele permaneceu no cargo de 62 a 68).

Por se julgar "injustificado em campanhas difamatórias", ele explicou que, apesar de ser "o único responsável pela repressão à subversão política na área do IV Exército", outros órgãos também influíram na repressão em Pernambuco, citando os casos de Gregório Bezerra e de Francisco Julião, "que ficaram no quartel mas não eram presos meus". Ele reconheceu,

ainda, que Bezerra sofreu violências físicas, ressalvando não ter autorizado a medida, que atribuiu à responsabilidade do major Darcy Vilocq.

Hélio Ibiapina é considerado um dos primeiros revolucionários, mas foi preterido várias vezes nas listas de promoções — o que o levou a se ressentir contra Castello Branco, apegar-se a Costa e Silva (que o promoveu) e discordar do processo sucessório de Geisel. Sua amizade com Hugo Abreu e sua identificação com a candidatura do general Euler Bentes Monteiro fizeram que integrasse a cota compulsória de 79, como general-de-brigada. *ESP-22-4-79*

DECRETO SOBRE DISCIPLINA MILITAR

O Diário Oficial da União publicou ontem decreto presidencial determinando que "aos militares da reserva e aos reformados aplicam-se os regulamentos disciplinares das Forças Armadas quando, ainda que no meio civil, se conduzam, inclusive por manifestações através da imprensa, de modo a prejudicar os princípios da hierarquia, da disciplina, do respeito e do decoro militares".

O decreto

Decreto 83.349 de 18 de abril de 1979. Dispõe sobre a aplicação dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas aos militares da reserva remunerada ou reformados.

O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 15 de seus parágrafos e no artigo 32 da lei 5.774 de 23 de dezembro de 1971 (Estatuto dos Militares), decreta:

Artigo 1º — Aos militares da reserva remunerada e aos reformados aplicam-se os regulamentos disciplinares das Forças Armadas quando, ainda que no meio civil, se conduzam, inclusive por manifestações através da imprensa, de modo a prejudicar os princípios da hierarquia, da disciplina, do respeito e do decoro militares.

Parágrafo único — Estão igualmente sujeitos à aplicação dos regulamentos disciplinares, nas hipóteses indicadas por este artigo, os agregados de acordo com o parágrafo único, letra B, do artigo 56, combinado com o parágrafo 19, letra D, item XIV, e parágrafo 8º do artigo 86 da lei 5.774 de 23 de dezembro de 1971 (Estatuto dos Militares).

Artigo 2º - Ficam revogados o decreto 54.062, de 29 de julho de 1964 e o parágrafo 2º do artigo 8º do Regulamento Disciplinar do Exército (decreto 79.985, de 19 de julho de 1977) introduzido pelo artigo 1º do decreto 82.028, de 24 de julho de 1978.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. *ESP-20-4-79*

ABREU PODERÁ RECORRER À JUSTIÇA

O general Hugo Abreu reunir-se-á hoje pela manhã, no Rio, com seu advogado, Rafael de Almeida Magalhães, para examinar a hipótese de impetrar antes do meio-dia mandado

de segurança contra o decreto assinado quarta-feira e ontem publicado, segundo o qual o presidente João Baptista Figueiredo proíbe manifestações de militares da reserva remunerada ou reformados, inclusive através da imprensa, "consideradas prejudiciais aos princípios da hierarquia, da disciplina, do respeito e do decoro militar".

Hugo Abreu considera o decreto mais uma prova de fraqueza do governo, mais um casuísmo, desta vez destinado a impedir que ele prossiga criticando a atual situação e pregando a sua mudança. *ESP-20-4*

NOVOS OFICIAIS QUEREM DEMOCRACIA

Restaurar em seu meio profissional a mística da legalidade e o primado dos valores democráticos é o objetivo de um grupo de oficiais do Exército recém-saídos da Escola de Comando e Estado-Maior e preocupados com a imprecisão e fluidez do conceito de democracia e o enfraquecimento contínuo do legalismo, que outrora constituiu uma idéia-força para os militares.

Preliminarmente, registra-se a preocupação de que os militares identificados por essas preocupações não sejam rotulados de "grupo", uma tendência quase incontrolável de simplificar e catalogar pessoas e até mesmo idéias, no entender deles próprios.

No caso em questão, esta tendência para simplificar e resumir poderia falsear o verdadeiro propósito de oficiais jovens e já possuidores do curso de Estado-Maior, (o que pressupõe capacidade profissional e conhecimento da realidade brasileira), de se colocarem numa posição rigorosamente identificada com aquela que deverá ser a filosofia do atual governo, tomando-se como base os reiterados compromissos democráticos assumidos pelo presidente Figueiredo.

A diferença básica entre esta tendência, que agora se registra, e movimentos militares como o MDB e outros reside no fato de que, ao contrário das demais, prescinde de qualquer espécie de articulação. Sua ação deverá resumir-se à disseminação de idéias, independentemente de líderes, coordenadores ou ativistas, e não envolvendo, ao que se presume, qualquer risco para seus adeptos. Este, segundo avaliação dos próprios militares, só ocorreria se o presidente Figueiredo reformulasse seus compromissos democráticos e ingressasse num regime de força. *ESP-6-4-79*

militares e Abertura tem apoio MDB

militar, diz general

ARGUS LIMA E A DEMOCRACIA

Os grupos militares que apoiaram a candidatura Euler Bentes Monteiro à Presidência da República já estão mantendo contatos com setores do MDB para montagem de um esquema de resistência democrática destinado a prevenir novos retrocessos institucionais e até mesmo estudando alternativas de ação, caso tal hipótese venha a ocorrer.

Aos militares que politicamente se vinculam às teses do partido da oposição, interessa participar da reformulação da estrutura social, política e econômica do País, tema considerado pela bancada emedebista no Senado, durante reunião realizada na última quarta-feira, quando foi debatida sugestão do senador Marcos Freire para uma consulta de âmbito nacional, buscando sugestões para aquelas mudanças estruturais. **ESP-25-3-79**

As Forças Armadas apóiam as intenções do presidente Figueiredo de prosseguir com a abertura política, e várias demonstrações desse apoio já foram feitas por militares. A afirmação é do general Moraes Rego, chefe do Gabinete Militar do governo Geisel, que chegou ontem a Salvador para tomar posse (hoje) no comando da 6ª Região Militar.

Ele admite que, "se houver dissidências", no Exército, trata-se de "uma minoria que tem de respeitar a vontade da maioria. Se não, não é democracia". As greves, disse ainda, são um problema "dos Ministérios do Trabalho e da Justiça, não das Forças Armadas".

No Rio, o ministro da Marinha, almirante Maximiano Fonseca, reafirmou haver planos para introduzir o sistema de propulsão nuclear na Marinha. Mas isso, explicou, "é um processo lento e complexo". **ESP-23-3-79**

Convicto de que os chefes militares não permitirão a volta do caos de antes de 1964, pelo "abuso nocivo e deliberado das liberdades democráticas", o general Argus Lima deixou ontem o comando do IV Exército, com sede no Recife. Em seu discurso, ele acusou os que atentam contra a democracia, "para levá-la à falência, ferindo-a de morte", de serem comandados pelo comunismo internacional e, no Brasil, de contarem com "falsos democratas, cujo verdadeiro propósito só não vêem os cegos, omissos, líricos e convenientes úteis". Passando à reserva após 50 anos de serviço militar, Argus Lima transmitiu o posto ao general Hélio Galdino Martins, que exercerá as funções interinamente, até a posse do general Florimar Campelo, no mês que vem. **ESP-12-4-79**

FORÇAS ARMADAS: CRESCIMENTO E DESPESAS

No período que transcorreu a partir de 1964, o tamanho absoluto do estabelecimento militar aumentou de maneira gradual, porém firme. O Brasil mantém atualmente cerca de 257.200 homens em armas. A força autorizada para o Exército é de 170.000 homens, enquanto que a da Marinha (incluindo os fuzileiros navais), é de 45.800 e a da Força Aérea, 41.400.

Portanto, as forças brasileiras são numericamente superiores à de qualquer outro Estado sul-americano, e são equivalentes a quaisquer dois deles juntos (Quadro I). Além disso, as Forças Armadas brasileiras podem recorrer a uma fonte de material humano superior a de todos os demais Estados sul-americanos juntos.

Exército vai receber tanques nacionais

Quadro I
Forças Armadas dos Principais Estados Sul-americanos, 1976*

	Total	Exército	Marinha	Aeronáutica
Brasil	257.200	170.000	45.800	41.400
Argentina	132.800	83.500	32.300	17.000
Chile	79.600	45.000	23.800	10.800
Peru	63.000	46.000	8.000	9.000
Colômbia	54.300	40.000	8.000	6.300
Venezuela	42.000	28.000	8.000	6.000

*Dados de The Military Balance, 1976-1977, Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, Londres, Inglaterra, 1976.

Melhorar a qualidade das Forças Armadas e expandir o alcance de suas operações exige a aplicação constante e substancial de recursos financeiros. E, nesta área, o ímpeto da política governamental é bem claro. Durante os 12 anos subsequentes à revolução, o orçamento militar mais do que quadruplicou, elevando-se — em dólares reais — de pouco menos de 500 milhões, em 1963, a mais de 2,2 bilhões, em 1975. A cifra tem significação especial dentro do contexto regional, pois corresponde mais ou me-

nos à totalidade das despesas das demais potências importantes da América do Sul. (Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela, juntos, gastaram 2,3 bilhões, no mesmo ano).

A porcentagem elevou-se rapidamente, logo depois da Revolução (para 2,61 em 1964), mas decaiu a seguir, e permaneceu relativamente firme durante a década de 1970, em nível, mais ou menos, comparável aos de outros importantes Estados latino-americanos (ver Quadro II).

Quadro II
Despesas Militares Latino-americanas em Porcentagens do Produto Nacional Bruto, 1963, 1975*

	Argentina	Brasil	Chile	Peru	Colômbia	Venezuela
1963	2.30	1.44	2.33	2.84	1.61	1.92
1975	2.23	2.21	4.32	4.80	1.22	2.08

*Gastos Militares Mundiais e Transferências de Armas, 1966-1975, 1963-1973. Agência de Controle de Armas e Desarmamento dos EUA, Washington D.C. **ESP-8-4-79**

O primeiro carro de combate leve de projeto brasileiro, modelo X1A2 desenvolvido em São Paulo pela empresa Bernardini Indústria e Comércio, já está em linha de montagem e deverá ser incorporado pelo Ministério do Exército ao longo dos próximos 45 dias. O programa, iniciado em 1977, prevê a fabricação de um número não revelado de unidades, mas as entregas deverão dar-se em lotes de 50 tanques. O blindado nacional incorpora soluções tecnológicas muito sofisticadas, como uma torre de 360 graus de giro, movimentando um canhão de 90 milímetros (normalmente, este tipo de arma tem mobilidade limitada) de velocidade média, da ordem de oito tiros por minuto. Paralelamente, o veículo, que pesa 19 toneladas em ordem de combate, pode rodar a 65 quilômetros horários sobre estradas, ou a 55 sobre terreno irregular, graças a um motor Scania, série DS-11, turbinado, de 300 H.P. e seis cilindros.

Na América Latina, apenas a Argentina produz um carro semelhante, o TAM, de 30 toneladas, desenhado na Alemanha Ocidental pela Thyssen Henschel originalmente para servir ao transporte de tropas, patrulha ou reconhecimento. Nas usinas argentinas, o carro recebeu algumas adaptações, inclusive um novo sistema, a ar, de refrigeração auxiliar. O conjunto de armas é formado, basicamente, pelo canhão de 105 milímetros, acoplado a duas metralhadoras. **ESP-3/79**

CONJUNTURA BRASILEIRA segue divulgando as repercussões de PUEBLA na Igreja Brasileira.

Dom Hélder fala ao povo sobre Puebla e aponta pecado social

Os principais trechos do sermão de dom Hélder Câmara: "Recentemente, todo o mundo ouviu falar do encontro que o Papa João Paulo II quis realizar em Puebla, no México. Lá estavam todos os bispos da América Latina, e nos preocupamos em ver dentro de Deus, à luz da fé, a quantas andam os nossos pensamentos. Não era uma reunião qualquer. De fato, era o episcopado da América Latina reunido para um exame de consciência. Ora, os bispos reconheceram que na América Latina está havendo um pecado social, além do pecado de cada um de nós. Existe o pecado social."

"Vocês vão permitir que eu leia apenas uma página do documento final de Puebla. É bom que o povo saiba das decisões de Puebla. À luz da fé vemos a distância crescente entre nações ricas e pobres. É uma vergonha, é um escândalo, o luxo de uma minoria contra a miséria insultuosa das grandes massas. A Igreja da América Latina descobriu uma situação de pecado social. A conversão pessoal não basta."

"Temos que nos unir para livrar a América Latina do pecado social. Temos que ficar juntos para acabar com a fome, com a situação desumana em que vivem milhões de pessoas. Descobrimos que esta pobreza não é eterna. Mas fruto da injustiça do sistema econômico e social. Nós sabemos que o nosso povo — há mais de 300 anos — acompanha a Proclamação dos Passos com a cruz carregada nas costas. Ai de nós, se a religião for apenas um passado. Só seremos dignos de entrar no ano 2.000 com espírito de fé, com a capacidade de construir o novo. A cruz que Cristo carregou o povo continua levando-a nas costas. Antes de ingressarmos no ano 2000 temos que, acima de tudo, acabar com a fome."

"Quando leio as orações da Quaresma, quando es-

cuto falar em abstinência de carne. Meu Deus do Céu, naquele tempo se comia carne. Hoje a abstinência é diária e geral (neste momento, a multidão aplaude delirantemente dom Hélder Câmara). Temos que nos reunir para defender o Nordeste que se torna a cada dia mais pobre. Mas o desenvolvimento deve ser de todos os homens."

"Hoje, no País considerado como o do café, quando é que o pobre pode, de fato, beber seu café. O café para o pobre não é como para o rico, quando depois de um lauto jantar vem o cafezinho de sobremesa. Para os pobres, o café com um pedaço de pão, um pedaço de broa, é o jantar (novos aplausos). Vamos pedir a Deus que antes do ano 2.000 não haja mais ninguém passando fome. É uma vergonha, é um absurdo que a humanidade permaneça, em mais de dois terços, na miséria e na fome."

"Existem dois tipos de poluição. A primeira a das águas. Há, espalhadas por aí, várias Itapissumas, despejando a calda poluidora dentro das águas dos rios. Matando peixes e pescadores. Tenho conversado com pescadores e sei que a poluição está matando essa gente."

"A outra poluição é da miséria, a pior de todas. Quanta gente chega do Interior do Estado. Em breve o Recife atingirá a faixa de dois milhões de habitantes. Há um plano de urbanização, mas é um plano que visa atrair apenas os turistas, limpar as fachadas, e o povo que chega e se aloja como pode nos morros e subúrbios distantes começa a construir favelas. São atirados para os lugares mais distantes, para que os turistas não vejam as péssimas condições em que vivem (a multidão interrompe o sermão, com aplausos)."

"É preciso união, união do povo, não para pisar os direitos dos outros, mas

para não deixar que pise nos seus direitos. (Nesse ponto, dom Hélder repete mais uma vez a frase). Os direitos fundamentais não são presentes dos dirigentes ou dos poderosos. Os direitos fundamentais vêm daqueles que está no Céu, vêm de Deus. É necessário que nos unamos, meus irmãos."

"Deus nos abençoe a todos nós, aos pais e mães de família, aos órfãos, aos oprimidos. Deus nos dê força para, com a ajuda da libertação do Evangelho, possamos construir um mundo diferente, mais respirável e mais humano."

Enquanto a procissão seguia em direção à rua 1ª de Março, dom Hélder, aplaudido pelos presentes, encaminha-se em direção ao bispo-auxiliar dom Lamartine Soares. O governador do Estado, junto ao prefeito Gustavo Krause, em silêncio, o sermão, ajeitando por várias vezes a gravata.

DLuciano fala de Puebla

Ao proferir a aula inaugural da Pontifícia Universidade Católica do Rio, o bispo auxiliar de São Paulo, dom Luciano Mendes de Almeida, conclamou as universidades — fundamentalmente as católicas — a criarem "homens voltados para uma preocupação crítica com o mundo que os cerca", e considerou inexistente o amor quando não existe o perdão.

"Precisamos de um novo amor, um amor que é perdão porque sem perdão não há reconciliação na sociedade. Numa sociedade como a da América Latina, ainda ferida pelas guerrilhas, pelas injustiças sociais, pelas grandes depressões, pelos espaços vazios de cultura, nada poderá ser modificado sem a experiência diuturna do perdão."

O bispo auxiliar de São Paulo falou para um auditório de cerca de 800 espectadores e fez um resumo do que foi a Conferência de Puebla e seus objetivos, principalmente no que se refere à universalidade. Mas falou muito de perdão e anistia, embora fizesse questão de considerar a "anistia uma parte do perdão"

ESP-10-3-79

NORDESTE II encerra sem discordância

Recife — "Puebla confirmou Medellín e, consequentemente, o trabalho de evangelização que vinhamos desenvolvendo nesta região. Agora, resta continuar e aprofundar o trabalho. Os passos concretos serão nossos, nós é que devemos dá-los".

Segundo o Bispo-Auxiliar Marcelo Carvalheira, de João Pessoa, "o confronto entre Puebla e a Regional Nordeste II mostrou que os aspectos mais importantes de Puebla já estavam sendo vividos aqui".

O resumo, feito por um dos participantes da 14.ª Assembléia do Conselho Regional Nordeste II, da CNBB — que reúne as 19 dioceses de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas — refletiu o consenso a que chegaram os mais de 100 participantes do encontro, iniciado dia 10 e encerrado ontem, no Seminário de Olinda. JB.14.3.79

Nomeação desagradada

Todos os frades e freiras da Prelazia de Conceição do Araguaia, no Sul do Pará, pertencentes à Ordem dos Dominicanos, vão deixar aquela região dentro de seis semanas, por não concordarem com a recente nomeação do novo bispo, o irlandês Patrick Joseph Hanrahan, da Congregação dos Redentoristas, e que trabalhava em Fortaleza.

O bispo de Goiás Velho disse "lamentar profundamente este fato que está trazendo um grande sofrimento para os religiosos que saem de Conceição do Araguaia, mas sobretudo para o povo que lá fica". E ressaltou: "Não perco a esperança de que o processo de escolha de pastores na Igreja se purifique cada vez mais, levando em conta a dignidade e os direitos humanos das pessoas".

Dom Tomás admitiu que a crise que surge na Igreja em Conceição do Araguaia pode ser comparada à situação que existe atualmente na diocese de Viana, Maranhão, cujo bispo, o capuchinho dom Adalberto Paulo da Silva, foi empossado à revelia das indicações do clero local e deu origem a uma série de problemas, tendo sido recentemente acusado de denunciar lavradores e agentes pastorais aos órgãos de segurança. 17-3

ALVORADA E OS RESULTADOS DE PUEBLA.(cb)

O Papa disse, nos seus discursos, muitas coisas importantes. Como foi muito importante o DOCUMENTO DE PUEBLA, que os bispos fizeram nessa Conferência, ALVORADA irá apresentando, durante o ano esse Documento e os resultados de PUEBLA. O que os Bispos falaram e o que nós devemos fazer. "A Evangelização no presente e no futuro da América Latina" depende de todos os cristãos desse Continente. Então, também depende de nós.

O Papa João Paulo II disse:

- que essa reunião ligava com aquela II Conferência de MEDELLIN e que também a Igreja devia fazer uma opção, uma escolha, EM FAVOR DOS POBRES,

- que a Igreja deve anunciar sempre a verdade e que essa verdade se encontra, certa e completa, na palavra, na vida, na morte e na ressurreição de JESUS CRISTO, filho de Deus feito Homem.

- que a Igreja nos faz cristão pela palavra de Deus e pelos sacramentos e nós vamos fazendo a Igreja com a nossa fé em Jesus Cristo, manifestada na sinceridade da nossa vida.

- que a LIBERTAÇÃO que a Igreja prega é a libertação total do Homem (corpo e alma, particular e social, no tempo e na eternidade). E que essa libertação exige o respeito dos Direitos de cada pessoa e de cada Povo, sem escravidão de nenhuma espécie. É a libertação do pecado e a libertação da injustiça.

- e o papa pediu a NOSSA SENHORA DE GUADALUPE, padroeira do México e de toda a América Latina, que amparasse essa reunião dos bispos e todo o Povo do Continente e pediu para Ela pedir a seu filho Jesus que os bispos tivessem coragem, clareza e bondade, como profetas, mestres e pais.

(ALVORADA- da Prelazia do São Felix do Araguaia. março/1979.)

Justiça e Paz

Foi criada em Porto Alegre a Comissão de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. A nova entidade será submetida à CNBB para ser transformada em Comissão de Justiça e Paz. O Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Ivo Lorscheider, já manifestou seu apoio ao novo órgão, apesar do Cardeal Metropolitano, Dom Vicente Scherer, ter se posicionado contra, no início do movimento.

A Teologia da Libertação serviu de base a todas as teses dos palestrantes. Entre os itens aprovados, estão «apoio e solidariedade aos presos políticos detidos na Argentina, à Ordem dos Advogados pela posição tomada diante do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, à anistia (que segundo Dom Ivo Lorscheider não comporta adjetivos), aos movimentos sindicais, ao direito de greve, e a todas as iniciativas populares que visam dar ao homem um melhor nível de vida».

EM TEMPO n.º 57

" PUEBLA FOI INUTIL"

Realizada em Puebla, no México, com o objetivo de definir uma linha de atuação dos bispos nas suas comunidades, a Conferência Episcopal Latino-Americana — CELAM — vem tendo opiniões divergentes a respeito de seus resultados.

Enquanto alguns acham que nesta conferência se corrigiu uma tendência de uma igreja combativa, «à esquerda, marxista», outros preferem não falar muito, afirmando apenas que a Conferência foi «boa», «consolidou os passos dados até agora». Para o bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hipólito, a Conferência foi «inútil» e em nada vai contribuir para aprimorar ou modificar o seu trabalho.

Na verdade a CELAM esteve dividida entre aqueles que desejavam o prosseguimento de ação comunitária da Igreja em cima da linha trada em Medellín, na Costa Rica, em 68, e outros que discordando da linha de Medellín, estimulam uma ação voltada basicamente para o lado espiritual, sem uma preocupação social que leve a conscientização dos problemas. A linha de Medellín está definida na Teologia da Libertação e defende um trabalho da Igreja no sentido de libertar o povo explorado e oprimido estimulando e dando apoio às suas lutas.

D. Adriano Hipólito, responsável por uma das regiões mais populosas e carregada de problemas sociais, apesar de achar que não houve uma negação total da Teologia da Libertação, não gostou de Puebla exatamente por não ter a Conferência aprofundado a linha de ação que se coloca ao lado do povo.

AUTO CRÍTICA

Para Dom Adriano o papel da Igreja é assumir a luta dos explorados até que eles tomem consciência e partam para lutar por seus direitos, aí só nos cabe dar apoio. Neste ponto ele faz críticas a própria Igreja, que durante a greve dos motoristas e dos garfis, por exemplo, não prestou solidariedade, o que segundo ele seria uma obrigação.

DÍVIDA AO POVO

Para Dom Adriano a conferência de Puebla ficou devendo ao povo Latino-Americano, a partir do momento em que não aprofundou os ensinamentos de Medellín de se lutar ao lado dos oprimidos. Segundo ele não adianta somente «dizermos que estamos ao lado do povo, precisamos demonstrar isto na prática, mostrarmos um gesto de boa vontade».

Ele exemplifica: «agora toda a América Latina fala em aberturas democráticas, a igreja sempre falou nisso, e agora? Esta democracia é o que basta? É isso que exigimos? Como vamos agir? Isto é o que devia ter sido estudado em Puebla e demonstrado o nosso gesto ao povo, não apenas palavras. Para chegarmos a isso, teríamos uma posição profética, iríamos analisar aonde val esta democracia latino-americana e nos posicionarmos». Berro-Fev/Março.79

DIVULGUE O BOLETIM DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/LEIA ALVORADA/LEIA ENCONTRO ENVIE-NOS JORNAIS E BOLETINS LOCAIS

Bispos vão manter sua autonomia

ESP-7-3-79

Tanto o governo como a Igreja se empenharão em dialogar, mas só o futuro poderá determinar como serão suas relações, pois a Igreja pretende conservar sua total autonomia, criticando sempre que achar necessário. Essa foi a principal conclusão do encontro de ontem, na sede da CNBB, em Brasília, entre a cúpula dos bispos e o futuro presidente, general João Baptista Figueiredo.

Dom Aloísio Lorscheider, presidente da CNBB, admitiu que "nos próximos anos haverá uma carga pesada" sobre os ombros do general Figueiredo; este prometeu manter o diálogo "até o final do governo", pois, se não houver esse diálogo, "aqueles pontos em que nós não nos entendemos não serão solucionados". Participaram do encontro, além de dom Aloísio, outros sete bispos; com o general Figueiredo estavam Saíd Farhat, o coronel Paiva Chaves e o empresário carioca João Fortes, responsável pela aproximação, por ser amigo de Figueiredo e de dom Aloísio.

Pará

A regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — protestou ontem, em nota oficial, contra as declarações do comandante do 8º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército, tenente-coronel Aldo Rangel, de que o clero da região de Santarém desenvolve "princípios negativos na mente da população", através dos boletins "contrários à Revolução" que imprime e distribui nas paróquias e prelaças.

Em sua nota oficial, a Regional Norte II da CNBB diz estranhar "o fato de o comandante denunciar a presença e a ação de padres estrangeiros na Amazônia como contrárias aos interesses da Nação e aos princípios da Revolução de 1964", quando se encontram, na região, grandes empresas multinacionais que, "com seu capital estrangeiro — japonês, americano, holandês, alemão, etc. —, devastam a região e a ocupam em função de seus interesses econômicos e aumento de seus lucros".

ESP-10-4-79

CNBB: D.IVO É O PRESIDENTE

ITAICI — Dom José Ivo Lorscheiter é o novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, eleito ontem pela 17.ª Assembléia-geral do Episcopado, em Itaiçi, por 170 votos, contra 72 dados a dom José Freire Falcão, arcebispo de Teresina, lançado candidato pelos conservadores, e 2 atribuídos a dom Luciano Mendes de Almeida.

O bispo auxiliar de São Paulo, todavia, elegeu-se secretário-geral com votação sem precedentes: recebeu 219 votos contra 22 dados a outros 10 bispos, e um em branco. Dom Luciano tinha apoio da ala progressista, mas sua candidatura surgiu por iniciativa de conservadores, fato que poderia esvaziar a chapa encabeçada por dom Ivo Lorscheiter.

Dom Clemente Isnard, bispo de Friburgo é o novo vice-presidente, recebendo 189 votos, contra 40 para dom Serafim Fernandes, bispo auxiliar de Belo Horizonte, e 11 para dom José Freire Falcão. Foram eleitos, ainda, os oito membros da Comissão Episcopal de Pastoral, além de dom Aloísio Lorscheiter (173 votos) para delegado da CNBB junto ao Celam.

Computados todos os resultados, a ala mais progressista conquistou 70 por cento dos votos. Na escolha da nova presidência, o percentual foi de 78 por cento. Na CEP, 67 por cento.

A nova presidência da CNBB, que, pela primeira vez não contará com cardeais ou arcebispos, toma posse em data a ser marcada, juntamente com os demais vencedores do pleito cuja importância vem sendo ressaltada, porque, dada as dimensões e o destaque do Episcopado brasileiro na América Latina, poderá equilibrar o quadro que se delineara com a recente vitória dos conservadores no Conselho Episcopal Latino-Americano, o Celam. 23-4-79

Os generais e os «marxistas» de batina

Nos seus primeiros dias de mandato, o presidente Geisel mandou realizar um completo levantamento da «penetração esquerdista» na Igreja Católica. Um longo documento, publicado na revista VEJA n.º 553, foi o resultado da investigação, que esteve sob a responsabilidade dos órgãos de informação do regime, principalmente o CISA (Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica). Na coleta de dados; o CISA não se inibiu para interceptar cartas, infiltrar agentes nos cursos religiosos. Uma das cartas interceptadas foi a que o então ministro da Educação Jarbas Passarinho enviou a D. Evaristo Arns, respondendo às indagações deste sobre as verdadeiras causas da morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme. Nela Passarinho diz que Alexandre foi morto não por ser estudante, mas em razão de sua militância na guerrilha urbana, dando a entender que isso justificava seu assassinato. Acrescentava ainda que a Igreja protegia guerrilheiros e esquecia-se das «vítimas da subversão». O CISA estabeleceu cinco pontos onde, segundo ele, «incide com maior vigor a ação do clero comunista». São os seguintes: 1) Conscientização das classes menos favorecidas; 2) Negação do capitalismo; 3) Submissão à filosofia marxista; 4) Defesa dos membros do clero envolvidos na subversão; 5) Falta de autoridade para

reprimir os membros mais atuantes. A assessoria de imprensa do Planalto confirmou a existência do documento, atribuindo-o uma «iniciativa espontânea de um procurador da Justiça Militar». A reação do clero não tardou. D. Evaristo Arns tachou como «falsificação grosseira» uma das cartas interceptadas, atribuída a D. Agnelo Rossi, que pedia a D. Arns que desmoralizasse um ex-padre convertido ao protestantismo. D. Angélico Sândalo, bispo da Zona Leste, disse que o documento configura «mais um fato obscurantista destes 15 anos de ditadura, ora clara, ora disfarçada». D. Ivo e D. Aloísio Lorscheider também repudiaram as conclusões do relatório. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos, declarou no STM que o «o país não suporta revanchismo» e que por isso não mandaria apurar as responsabilidades dos elaboradores do documento. MOVIMENTO-16 a 22-4/

Os da lista negra não recebem cartas. Só ameaças

«É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas» É o que diz o artigo 153 da Constituição Brasileira. Medidas contrárias só poderão ser tomadas quando o País estiver sob estado de sítio, em guerra, ou, de acordo com as mais recentes salvaguardas, quando uma região estiver submetida a medidas de emergência.

Nenhum destes casos estava ocorrendo ou ocorreu em Belo Horizonte nos últimos três anos. Nesse período, porém, os padres da Pastoral Operária da Cidade Industrial tiveram quase toda sua correspondência violada. As cartas chegavam abertas, grosseiramente coladas de novo, e muitas chegavam com sinais feitos a lápis ou caneta, bastante visíveis. Além disso, várias revistas procedentes do exterior não foram recebidas.

Cansados de terem seus direitos desrespeitados e depois de terem reunido muitas provas, os padres resolveram denunciar o fato publicamente, através de um documento entregue à imprensa e às autoridades, recentemente. Segundo Frei Eduardo Metz, da Pastoral Operária, o principal motivo da denúncia foi «mostrar à opinião pública que seus direitos mais elementares são desrespeitados». Em grande parte eles conseguiram: o assunto ganhou destaque na imprensa e o diretor da ECT na capital mineira, Moacyr de Paula Jr. acabou colocando a agência local à disposição de todos aqueles que quisessem ver seu funcionamento. Não abriu, porém, nenhuma sindicância para apurar as denúncias dos padres, que inclusive se basearam em depoimentos dos próprios carteiros.

Segundo eles, a ECT lhes fornecia uma «lista negra» de nomes para os quais não deveriam entregar a correspondência antes de uma primeira «verificação».

Os padres aguardam, no entanto, a sindicância e prometem apresentar provas mais contundentes de suas denúncias, se os fatos voltarem a se repetir.

A revelação também serviu para confirmar que não são eles os únicos perseguidos pelos serviços de segurança. Na semana passada, a presidente do Movimento Feminino Pela Anistia de Belo Horizonte também informava que sua correspondência é violada e retida. Além disso seu telefone é censurado (e é também através dele que recebe constantes ameaças). MOVIMENTO 16 a 22/4/79...

Ex-banido Preso

○ ESTADO DE S. PAULO

A prisão do ex-banido Nelson Chaves dos Santos — que retornou clandestinamente ao País e estava sendo vigiado pelos órgãos de segurança — foi o motivo da detenção de seis pessoas, duas das quais continuam presas em Belo Horizonte. Os estudantes mineiros resolveram protestar contra essas prisões, decretando greve em 18 das 19 unidades da Universidade Federal de Minas Gerais. Também houve protestos — sob forma de notas e comunicados — da Associação de Sociólogos do Brasil e do Diretório Central da UFMG.

Dos presos, Maria de Fátima Oliveira (Fatinha), e Zilda Engracia Gama Oliveira — além de Nelson Chaves dos Santos, continuam à disposição das autoridades. 17-3-79

denúncia C.B.

Os 14 presos políticos que cumprem pena no Rio divulgaram ontem um extenso documento destinado, especialmente, à comissão do MDB que está levantando casos de tortura para justificar a CPI dos Direitos Humanos, com os nomes das pessoas que, segundo eles, os torturaram e as circunstâncias em que teriam se dado essas torturas. O documento, com 52 páginas, relaciona 251 nomes de oficiais das Forças Armadas, policiais civis e militares. O documento foi distribuído pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e cópias foram endereçadas à Ordem dos Advogados do Brasil, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e ao Movimento Feminino pela Anistia. O documento é assinado por Alex Polaris Alverga, Antônio Pereira Matos, Carlos Alberto Sales, Gilney Amorim Viana, Hélio da Silva, Jesus Paredes Soto, Jorge Santos Odría, José André Borges, José Roberto Gonçalves de Resende, Manoel Henrique Ferreira, Nelson Rodrigues, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, Paulo Roberto Jabour e Perly Cipriano. 19-4-79

denúncia C.B.

A violação da correspondência destinada a padres e freiras que trabalham na Cidade Industrial foi denunciada ontem pelo arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, dom João de Resende Costa, que em carta enviada às autoridades e distribuída à imprensa protestou contra a medida que classificou de discriminativa e ilegal. CSP-4-4-79

Solta a estudante

Depois de 15 dias de prisão, foi solta a estudante Maia de Fátima Oliveira, a "Fatinha", indiciada no inquérito aberto pela Polícia Federal para apurar as atividades do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em Belo Horizonte. Assim, das sete pessoas detidas na capital mineira há pouco mais de duas semanas, apenas o ex-banido Nelson Chaves dos Santos, que retornou clandestinamente ao País, continua preso no DOPS.

A Polícia Federal informou que a libertação da presidente do diretório acadêmico do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG não significa o término do inquérito, que continua em andamento. Não adiantou, porém, qualquer informação sobre a situação do ex-banido sequer antecipando a possibilidade de que sua prisão preventiva venha a ser solicitada pelo presidente do inquérito. 30-3-79

denúncia C.B.

Ao deixar o Presídio Barreto Campelo, em Itamaracá, onde cumpriu pena de quatro anos e seis meses de reclusão, Alanir Cardoso, ex-vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, denunciou ter sido torturado por oficiais do Exército e agentes da Polícia Federal quando foi preso no Recife, em 1974.

Entre os que foram apontados como torturadores por Alanir estão o general Nei Armando Meziat, na época chefe da 2ª Seção do IV Exército; o major Augusto Fernandes Maia, do DOI/CODI; o agente da Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco, Luis Miranda; os agentes da Polícia Federal, Abdorá da Mota Gomes Filho e Djalma Franca Barbosa. Ele citou, ainda, outros que só conseguiu identificar pelos prenomes: os carcereiros Valdec, Teles e Jair; o policial Edson e um coronel Clóvis. Estes últimos o acompanharam até Brasília, onde não conseguiu identificar nenhum dos torturadores, que se diziam do Movimento Anti-Comunista — MAC. 4-4-79

denúncia C.B.

CSP-14-3-79

Exibindo um envelope rasgado e uma carta do vice-cônsul brasileiro em Miami, o escritor e jornalista goiano Antônio José de Moura denunciou, ontem, em Goiânia, a "censura postal, que não pode mais ser negada".

O ESTADO DE S. PAULO

criminoso C.B.

Os advogados da Funai entraram, ontem, com um pedido de anulação do julgamento do fazendeiro João Mineiro, absolvido terça-feira, e de dois companheiros seus, João Borges e Bento Bispo, também absolvidos no júri realizado quarta-feira, na cidade de Barra do Garças. Os três foram julgados por terem participado da invasão realizada à reserva indígena de Merure, em 1976, por fazendeiros, que resultou na morte do padre Rodolfo Lumkelbein, do índio bororó Simão Cristino e ferimentos em outras pessoas.

Com a absolvição dos envolvidos no crime de Merure, comenta-se, em Barra do Garças, que os fazendeiros que se

sentem prejudicados com a desapropriação de suas terras não indenizadas tentarão reavê-las, especialmente os que perderam fazendas na área habitada pelos índios xavantes de Pimentel Barbosa. Os funcionários da Funai, na região, estão temerosos de que os fazendeiros, agora fortalecidos com a absolvição dos réus de Merure, possam investir contra as áreas indígenas, especialmente aquelas habitadas pelos Bororó, que, embora garantidos pela demarcação feita pela Funai, têm sido constantemente ameaçados, além das reservas xavantes de Pimentel Barbosa e de Couto Magalhães, onde há uma fazenda encravada — a Fazenda Xavantina.

Protesto de jornalistas C.B.

FOLHA DE S. PAULO

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e a representação paulista da Associação Brasileira de Imprensa distribuíram ontem a seguinte nota:

"A condenação do jornalista Lourenço Diáféria, o enquadramento do repórter Antônio Carlos Fon na Lei de Segurança Nacional e as anunciadas pressões econômicas e políticas contra jornais que assumem uma postura crítica em relação a atos do Governo fazem parte de um conjunto de medidas inseridas em um plano maior, que visa a calar a imprensa e a atemorizar seus profissionais. Esse plano está contido em documento do Centro de Informações do Exército, elaborado em setembro de 1978 e divulgado ontem pelos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde".

A pretexto de denunciar "infiltração comunista na imprensa alternativa", o documento propõe uma série de dispositivos contra a liberdade de informação e contra os profissionais de imprensa. Diante desses fatos, que atingem frontalmente a liberdade de imprensa, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e a representação da ABI em São Paulo denunciam à Nação aquele sinistro plano colocado em dispositivos utilizados pelo nazismo.

"Ambas as entidades repudiam o plano, que fere a democracia e o direito que tem a sociedade brasileira de ser corretamente informada sobre tudo o que ocorre no País." 19-4-79

"tortura psicológica"

RECIFE (Do correspondente) — Após ter experimentado a sensação de liberdade durante cerca de vinte minutos e, em seguida, receber a notícia de adiamento de sua libertação, o preso político Marcelo Mário de Melo disse que se tratava de "uma tortura psicológica".

O fato ocorreu na Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, na presença de familiares do detido e funcionários que foram ao local para ver o primeiro caso de um prisioneiro político, na área da Auditoria Militar da 7.ª CJM, a ser beneficiado com redução da pena de acordo com a nova Lei de Segurança Nacional.

Marcelo, solteiro, 35 anos, estudante secundário, está cumprindo pena há oito anos, como incurso no artigo 28 do Decreto-Lei 898/69.

Já com as malas prontas e depois de ter comemorado com os demais presos políticos a libertação, Marcelo foi informado pelo major Siqueira, responsável pelo sistema penitenciário estadual, que existia contra ele uma condenação de 15 anos de reclusão, de 26 de novembro de 1971, que ainda faltava ser cumprida.

O detido argumentou que essa condenação fora apelada para o Superior Tribunal Militar, que a diminuiria para três anos. 25-4-79

FOLHA DE S. PAULO

Journal de l'Association des Étudiants de l'Université de Bordeaux

Le Journal de l'Association des Étudiants de l'Université de Bordeaux est un périodique qui a pour but de défendre les intérêts des étudiants et de promouvoir leur culture. Il est publié par l'Association des Étudiants de l'Université de Bordeaux (AEUB) et est accessible à tous les étudiants de l'université.

Le Journal de l'Association des Étudiants de l'Université de Bordeaux est un périodique qui a pour but de défendre les intérêts des étudiants et de promouvoir leur culture. Il est publié par l'Association des Étudiants de l'Université de Bordeaux (AEUB) et est accessible à tous les étudiants de l'université.

Le Journal de l'Association des Étudiants de l'Université de Bordeaux est un périodique qui a pour but de défendre les intérêts des étudiants et de promouvoir leur culture. Il est publié par l'Association des Étudiants de l'Université de Bordeaux (AEUB) et est accessible à tous les étudiants de l'université.

Le Journal de l'Association des Étudiants de l'Université de Bordeaux est un périodique qui a pour but de défendre les intérêts des étudiants et de promouvoir leur culture. Il est publié par l'Association des Étudiants de l'Université de Bordeaux (AEUB) et est accessible à tous les étudiants de l'université.